

**AMÉRICA LATINA:
IMPASSES E ALTERNATIVAS**

USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA,

LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

CONSELHO EDITORIAL DA HUMANITAS

Presidente Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento (Filosofia)

Membros Prof^ª. Dr^ª. Lourdes Sola (Ciências Sociais)

Prof. Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Moura (Filosofia)

Prof^ª. Dr^ª. Sueli Angelo Furlan (Geografia)

Prof. Dr. Elias Thomé Saliba (História)

Prof^ª. Dr^ª. Beth Brait (Letras)

VENDAS

LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: (011)3818-3728/3796

e-mail: pubfflch@edu.usp.br

<http://www.fflch.usp.br/humanitas>



Humanitas
FFLCH/USP

Humanitas – FFLCH/USP – janeiro 2000



Afrânio Mendes Catani
(organizador)

**AMÉRICA LATINA:
IMPASSES E ALTERNATIVAS**

Humanitas
FFLCH/USP



2000

Copyright 2000 da Humanitas/FFLCH/USP

É proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO DA FFLCH/USP
FICHA CATALOGráfICA: MÁRCIA ELISA GARCIA DE GRANDI CRB 3608

A536 América Latina: impasses e alternativas/organizado por Afrânio Mendes Catani – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000.

286p.

ISBN 85-86087-63-7

Trabalhos apresentados no Seminário Internacional “Mercosul: Identidades Culturais e Integração Regional”, realizado na Universidade de São Paulo em 11-13 de fevereiro de 1998.

1. América Latina (Política) 2. América Latina (História) 3. Universidades 4. Relações Internacionais I. Catani, Afrânio Mendes II. Seminário Internacional Mercosul: Identidades Culturais e Integração Regional

CDD 320.098

980

378

HUMANITAS FFLCH/USP

e-mail: editfflch@edu.usp.br

Tel: 818-4593

Editor responsável

Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação editorial

Walquir da Silva – MTb n. 28.841

Diagramação

Walter Messias de Anunciação

Capa

Jocely Vieira de Souza

Revisão

Shirley Souza Sodré

Sumário

América Latina: impasses e alternativas <i>Afrânio Mendes Catani</i> _____	7
Uma Universidade para o Mercosul <i>Carlos Guilherme Mota</i> _____	9
Las Universidades Públicas Hispanoamericanas: tendencias y perspectivas <i>Rodrigo Arocena</i> _____	15
Mercosul e Educação Universitária: de 1991 ao terceiro milênio <i>Marília Costa Morosini</i> _____	49
Universidade Pública no Brasil: perspectivas para o século XXI <i>Afrânio Mendes Catani</i> _____	65
Papel Estratégico dos Estudos Latino-Americanos <i>Paulo Henrique Martinez</i> _____	77
A Metamorfose do Homem: de erótico a cordial <i>Sedi Hirano</i> _____	89
Identidad e Integración en América <i>Ricardo Alberto Rivas</i> _____	115
Integração e Identidade em uma Era de Ditaduras: a narrativa curta no cone sul latino-americano <i>Gilda Neves da Silva Bittencourt</i> <i>Márcia Hoppe Navarro</i> _____	143
Meditaciones Brasileñas <i>Horácio González</i> _____	163
Questões Políticas no Mercosul (Brasil e Argentina): crise ou aprofundamento <i>Tullo Vigevani</i> _____	191
Argentina, Brasil, Chile y Estados Unidos, en el Contexto de la Política Exterior y el Mercosur <i>Raúl Bernal-Meza</i> _____	215

Globalização, Regulação Social e Novo Padrão de
Desenvolvimento na América Latina: considerações
metodológicas

Jaime Marques Pereira

Maria Cristina Cacciamali _____ 249

Autogestão, Economia Social, Cooperativismo:
novas concepções organizacionais

Gustavo Luis Gutierrez _____ 263

AMÉRICA LATINA: IMPASSES E ALTERNATIVAS

Os textos que integram o presente livro foram produzidos, em sua maioria, para serem lidos no Seminário Internacional *Mercosul: Identidades Culturais e Integração Regional*, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro de 1998. Originalmente planejado sob a forma de uma conferência de abertura e de três mesas-redondas (América Latina: construção histórica de identidades; Universidade na América Latina: tendências e perspectivas; Integração Cultural na América Latina: impasses e alternativas), os trabalhos do Seminário foram acrescidos de dois outros, com a finalidade de suprir algumas lacunas ou de completar aspectos que julgamos merecer maior destaque.

A realização desse importante evento para o PROLAM recebeu o decisivo apoio material da CAPES, através do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), bem como da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. O diálogo frutífero mantido com estas duas instâncias, representadas pela Sra. Zena Martins (Coordenadora de Desenvolvimento Setorial da CAPES) e pelo Prof. Dr. Adolpho José Melfi (Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP), garantiram a tranqüilidade para que o Seminário pudesse ocorrer e suas discussões pudessem, agora, chegar a público.

Os trabalhos, ao longo dos três dias, contaram com a participação de cerca de uma centena de alunos de pós-graduação do PROLAM, de demais unidades da USP e, também, de outras universidades públicas e privadas, congregando expositores da Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Universidad Nacional de Mar del Plata, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires – República Argentina; Universidad de la República – República Oriental del Uruguay; Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista e Universidade de São Paulo.

O Seminário só conseguiu “sair do papel” porque algumas pessoas se empenharam além da conta para que isso ocorresse. Inicialmente, o Prof. Paulo Henrique Martinez e a Prof^a. Maria Cristina Cacciamali ajudaram-me a formatá-lo. Posteriormente, Paulo Giovanni de Oliveira, Kátia Cilene Beltran Souza Nobre e Ida Nakaiama responsabilizaram-se por todas as atividades de secretaria. Devo ainda, e uma vez mais, a Paulo Giovanni de Oliveira, a preparação destes originais. Agradeço, também, aos expositores, que aceitaram, em plenas férias, o convite de participar de um Seminário numa São Paulo acolhedora *pero* chuvosa.

Afrânio Mendes Catani

São Paulo, junho de 1999

UMA UNIVERSIDADE PARA O MERCOSUL*

Carlos Guilherme Mota* *

Muito se tem falado da “integração” dos países destas Américas. Na América Latina, o grande processo que marca este fim de século é, sem dúvida, a formação do Mercosul, uma entidade supranacional bastante concreta no plano econômico, ainda não completamente definida no plano político (ausência de um Parlamento, por exemplo) e muito vaga no plano educacional e cultural. Está claro, entretanto, que as políticas em que se empenham os lidadores do Mercosul, do NAFTA (o *North American Free Trade Agreement*, que os mexicanos chamam de Tratado de Livre Comércio), da ALCA e os defensores da posição peregrina de Cuba operam com teorias de História bastante diferentes, quando não conflitivas. Em meio a tantas teorias – e, algumas vezes, mitos – sobre a nova ordem internacional, marcada pela globalização, como não notar indícios de que, a médio prazo, o NAFTA e o Mercosul poderão entrar em rota de colisão e, mais uma vez, o Norte e o Sul estarão separados pela História? E Cuba, onde ficará? Claro que esses blocos

* Publicado também no jornal *O Estado de S. Paulo*, 24 ago.1998.

** Historiador, Professor Honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP. Coordenador de Educação no Programa de Pós-Graduação da Universidade Mackenzie (São Paulo).

mais visíveis constituem e se movem a partir de experiências, embates e negociações que, em muitos casos, remontam ao início do século passado, ao tempo das independências ou, quando menos, à Guerra da Tríplice Aliança. Mas a universidade latino-americana tem ficado um tanto fora desse debate, perdendo um papel que já teve.

No caso da América meridional, além do passado ibérico de seus povos e apesar das especificidades das colonizações espanhola e portuguesa, houve uma similitude na sucessão histórica de fases de dependências, e participação em “globalizações” de variada ordem e profundidade. A escalada dos imperialismos, formais ou informais, e as disputas, partilhas e definição de zonas de influência do mundo colonial podem ser lidas na presença e nos interesses ingleses, franceses, alemães, belgas etc. e, na curva do século, dos norte-americanos. O mundo intelectual e universitário traz marcas dessas “influências”, modas e manias. Mais recente, o conhecimento da história da presença norte-americana entre nós ainda está para ser aprofundado, embora já existam estudos de mérito na bibliografia brasileira. Apesar de sua importância diplomática, geopolítica, cultural e econômica, nosso grande tema histórico permanece, entretanto, quase virgem: o Atlântico Sul. O sistema universitário ao sul do Equador, sistema recente no caso brasileiro, ainda não assumiu completamente sua tarefa prioritária: estudar de modo sistemático os povos, grupos de interesses, a circulação (e produção) de capitais, os variados regimes de trabalho e as histórias das culturas que interagiram no subcontinente. Na verdade, há grandes ensaios genéricos dos “explicadores” ou, no extremo opos-

to, monografias acadêmicas e revistas locais que circulam num meio quase anônimo, a mercê da precariedade da comunicação interuniversitária e biblioteconômica da sub-região. Em nome da internacionalização e do “cadinho acolhedor de povos” que imaginamos ser, deixamos de estudar o “outro”, raramente inserindo nossos temas no quadro geral da História Contemporânea e conhecendo muito mal as histórias da América meridional. Fala-se muito em comunicação, fazem-se congressos em abundância, mas o sistema ainda não se implantou. O esforço para uma inserção alta da universidade brasileira no contexto internacional torna-se, pois, hoje, uma justa exigência da CAPES para avaliação e reconhecimento de cursos de pós-graduação. Temos boas universidades – em verdade, não muitas, e as avaliações recentes da própria CAPES são um indicador –, mas apesar de contarmos com iniciativas de mérito, como o Instituto de Estudos Avançados da USP e o Instituto de Estudos Avançados da América Latina, de Porto Alegre, ainda não se consolidou entre nós um centro universitário *interdisciplinar* de excelência para estudos voltados para nossas problemáticas histórica, cultural, educacional, ambiental etc. Estudos que tenham uma dimensão deveras internacional.

Essa constatação se torna mais clara quando nos voltamos para o Mercosul. Nota-se que o equacionamento de problemas nas esferas da economia e da política caminha, bem ou menos bem, em seus tempos e termos próprios. As de cultura e de educação, não. Ainda dependem de iniciativas mais vigorosas, nítidas, antecipatórias até, por parte dos países envolvidos. Nos meios educacionais, a “integra-

ção” do Mercosul é mais falada que efetivada. (A História nos adverte: a universidade brasileira tardou muito – mais de um século – para se implantar...).

É, pois, na encruzilhada de uma nova era que se propõe a criação de uma Universidade do Mercosul, transnacional, portanto, para a elaboração de uma pauta permanente de problemas a serem estudados e pesquisados por especialistas das principais áreas do conhecimento. Mais importante que se discutir onde se localizaria sua sede (Montevideu seria ideal, com os outros *campus associados* distribuídos pelos países membros) é definir, primeiro, que áreas do conhecimento principais serão privilegiadas, e que variam segundo a cultura universitária de cada país. E depois detectar os temas – problemas maiores, comuns – que se traduziriam em eixos de pesquisas associadas. Essa seria tarefa para um conjunto de estudiosos, num colegiado inicial em que, além de antropólogos, historiadores, educadores, escritores, arquitetos, cientistas, ambientalistas e jornalistas, teriam assento, também, economistas e cientistas políticos, paritariamente.

A idéia de uma Universidade do Mercosul tem surgido de modo difuso e vago, mas depende de uma liderança (colegiada) nítida e vigorosa, dada a variedade de interesses que estariam envolvidos. Para administrar tantos interesses, resguardando a qualidade acadêmica, criar-se-ia uma fundação internacional, com verbas próprias, mas também com participação dos governos dos países da sub-região, supervisionados pelos respectivos Ministérios de Relações Exteriores, Educação e Cultura, Ciência e Tecnologia. Como deverá ela estar voltada para a pesquisa, um de seus conselhos de administração seria composto pelos diretores das respectivas Bibliotecas Nacionais do subcontinente, cuja

presidência seria rotativa (como todos os postos de direção, aliás, com mandatos bem definidos).

Uma característica importante dessa universidade é o fato de que não teria alunos. Ou melhor, não teria alunos no sentido convencional, ao menos nos seus primeiros anos. Volta-se, assim, um pouco ao ideal do professor Anísio Teixeira, quando imaginou pela vez primeira a Universidade de Brasília, que depois tomou outro rumo: seria ela uma universidade para requalificar professores, de todos os quadrantes do Brasil, para completarem sua formação, muitas vezes iniciando-os nas modernas técnicas e métodos das ciências humanas e das ciências em geral.

A Universidade do Mercosul, ao aglutinar num só espaço institucional (que poderá ser multiplicado por vários campus nos países membros) uma série de especialistas de notável saber, de “escritores em residência”, de cátedras (não para “catedráticos”, mas entendidas como postos rotativos para intelectuais de notável saber, com títulos acadêmicos ou não) etc., estará criando uma nova condição para a universidade latino-americana. A discussão de currículos escolares comuns, manuais, cooperação internacional, formação de profissionais, planejamento supra-regional, comunicação, desenvolvimento científico, novas tecnologias, transportes, meio ambiente etc., por certo constituirá uma alavanca para se pensar a nova cidadania latino-americana que está para ser construída. Tal iniciativa deve partir dos Estados membros do Mercosul, e já tarda. Claro está que as universidades particulares responsáveis, inescapavelmente envolvidas nesse processo político-cultural, também terão seu papel e lugar. Afinal, se até a Stanford University possui campus universitário avançado no Chile, por que não iniciarmos uma experiência supranacional em nossos próprios países, coordenada por intelectuais latino-americanos? O desafio bate à porta.

LAS UNIVERSIDADES PUBLICAS HISpanoAMERICANAS: TENDENCIAS Y PERSPECTIVAS

Rodrigo Arocena*

Una historia larga, un presente colmado de dificultades y una incidencia futura que hoy no suscita mayores optimismos, pero que podría ser relevante, configuran la personalidad específica de la universidad pública hispanoamericana y convocan a su estudio. En las páginas que siguen se ensaya una sumaria revisión de algunos aspectos del tema; primero se evocan ciertos procesos generales que condicionan las perspectivas de esa universidad; luego se aborda la cuestión de por qué se justifica estudiar dicha institución como tal; a continuación se consideran aspectos sustantivos de su problemática actual; finalmente se esbozan algunos rasgos de lo que parece el futuro más probable, sin dejar de anotar tendencias e interrogantes que sugieren que otros futuros son posibles.

El enfoque se inspira en la idea de que una comparación cuidadosa entre las universidades públicas brasileña e hispanoamericana puede ser un aporte fecundo para el análisis de las tendencias y perspectivas de la universidad latinoamericana.

* Unidad de Ciencia y Desarrollo, Facultad de Ciencias, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

I. SOBRE EL CONTEXTO GENERAL DE LA PROBLEMÁTICA ACADÉMICA

Entre los grandes procesos que condicionan la evolución de las universidades latinoamericanas, tres aspectos serán muy brevemente considerados aquí: las nuevas dinámicas asociadas a la generación y al uso de los conocimientos, ciertas transformaciones que están experimentando las universidades de los países centrales, y las principales características de la etapa nueva de su evolución socioeconómica en la que parece haber ingresado el continente tras la crisis de los '80.

a) Nuevo papel del conocimiento y nuevo modo de producirlo

Amplio acuerdo registra la afirmación de que la economía internacional se basa en el conocimiento y es conducida por la innovación (de la Mothe; Paquet, 1996). Se afirma, también, que el conocimiento científico-tecnológico y la gente capacitada para generarlo y usarlo en función de problemas específicos constituyen las verdaderas claves del desempeño productivo contemporáneo, en el cual los factores tradicionalmente destacados – recursos naturales, capital y disponibilidad de mano de obra – tienen más bien un papel de intermediación (Freeman; Soete, 1997).

No parece haber dudas de que el conocimiento científico y tecnológico tiene hoy, en el conjunto de las actividades sociales, un papel todavía más relevante que hace un cuarto de siglo. Ese papel es también más directo, pues el impacto de lo nuevo suele ser bastante más inmediato

que antes, y porque las actividades de investigación científica, desarrollo tecnológico y aplicación práctica se entretengan crecientemente. Dicho papel es, en fin, más incierto, ya que tanto los costos financieros y las eventuales ganancias o pérdidas como los peligros de diverso tipo que se asocian al uso del conocimiento han crecido en flecha. Las características anotadas – obviamente interrelacionadas – sugieren que el uso del conocimiento no ha devenido más “fácil” sino todo lo contrario: más complejo, más riesgoso y más dependiente del contexto específico. Esto, a su vez, permite comprender la centralidad que ha adquirido la capacidad para la innovación, entendida en un sentido muy amplio como la introducción de lo nuevo en algún ámbito de actividades prácticas, constituya ello o no una novedad absoluta e involucre o no resultados de investigación. La creciente interacción entre innovación e invención, o creación de conocimientos en general, hace más necesario que nunca tener en cuenta las diferencias entre ambas actividades; para cada nación o región, la cuantía y el signo, positivo o negativo, de los diversos impactos asociados al nuevo papel del conocimiento dependen en buena medida de la capacidad de innovación disponible. Retomaremos esta cuestión más adelante, al ocuparnos de la evolución reciente de América Latina¹.

Lo dicho se vincula estrechamente con lo que se ha catalogado como un nuevo modo de producción del conocimiento (Gibbons et al., 1994). Esquematisando mucho,

1 Las afirmaciones de este párrafo y, en general, las que se refieren a la problemática de la innovación y sus manifestaciones en América Latina, se basan en el análisis de Sutz (1997c).

el enfoque puede resumirse sigue. La investigación ha sido realizada hasta hace poco principalmente en la modalidad propia de la ciencia académica, radicada en instituciones específicas, desarrollada en el “contexto de descubrimiento”, orientada a la búsqueda de principios básicos y generales, organizada por disciplinas, evaluada ante todo por los propios científicos-los “pares”– y regida en gran medida por los intereses propios de la comunidad académica. Junto a esa modalidad está cobrando fuerza otra, vinculada a la multiplicación de las vías, los agentes y las sedes de la producción de conocimientos, la que tiene lugar más bien en el “contexto de aplicación”, con carácter transdisciplinario, orientándose a la obtención de resultados válidos en un marco específico y localizado, y siendo evaluada a partir de criterios vinculados con los impactos económicos y sociales de los resultados obtenidos.

Diríamos por cuenta nuestra que presenciamos una nueva fase del “matrimonio” entre la ciencia y la tecnología cuya celebración consituyó uno de los rasgos mayores de la “Segunda Revolución Industrial”: si durante un siglo se asistió al éxito creciente no sólo de las tecnologías basadas en la ciencia sino también de la tecnología desarrollada cada vez más al modo propio de la ciencia, estamos asistiendo ahora a una creciente tecnologización de gran parte de la ciencia, que se desarrolla cada vez más al modo propio de la tecnología. Esto responde a dos fenómenos convergentes pero de naturaleza muy distinta. Por un lado, sin desmedro de los inmensos logros de la ciencia, muchos científicos ya no creen que se puede llegar a un cierto conjunto unificado de “primeros principios”, de los que toda aplicación importante pudiera deducirse de forma más o menos directa, lo

que convertiría a la tecnología en poco más que ciencia aplicada; por lo tanto, la atención tiende a concentrarse en las vías para atacar problemas concretos. Por otro lado, se ha llegado a comprender mucho mejor que en los años '50, cuando las políticas para la ciencia se pusieron de moda, la gran distancia que existe entre la creación científico-tecnológica y su aprovechamiento social. En el fondo, lo propio de este "nuevo modo" es que procura producir conocimientos en la forma más directa y rápidamente aprovechable para la innovación.

Aunque lo apuntado tiene implicaciones culturales y educativas no menores, no es éste el lugar para discutirlo. Lo que sí corresponde es avanzar alguna conclusión sobre el impacto que tendrá en las universidades esta centralidad creciente del conocimiento y de la innovación.

La academia se transformará al influjo de dos grandes fuerzas de signo opuesto, una que apunta a realzar su importancia y otra a disminuirla. Lo que más arriba catalogamos como un papel más relevante y más directo del conocimiento tiende a convertir a la universidad en una institución de primer plano; pero los costos, los riesgos y la diversificación de los modos de producción del conocimiento desbordan a la universidad. Previsiblemente, perderán gravitación las formas institucionales que confieren un elevado margen de autosuficiencia a la vida académica, incluso en las modalidades propias de la universidad de investigación, esa gran innovación del siglo XIX que mucho se ha difundido durante este siglo. Recíprocamente, cabe anticipar que aumentará la gravitación de las universidades capaces de constituirse en nodos de amplias redes de generación de conocimientos e innovaciones.

b) ¿Nueva revolución académica?

De una manera u otra, la universidad se ve una vez más urgida a transformarse. Se aduce que, en los países centrales, la institución estaría experimentando una mutación comparable a la revolución que constituyó, durante el siglo XIX, el surgimiento de la moderna universidad de investigación. Esta segunda revolución académica estaría convirtiendo a la universidad en un protagonista directo y fundamental del crecimiento económico (Etzkowitz, 1997).

No cabe discutir aquí las diversas facetas de esta tesis, pero sí subrayar que la universidad vive una mutación inducida precisamente por el nuevo papel económico del conocimiento. En este sentido, lo que aparece como verdaderamente nuevo y gravitante es el involucramiento directo de ciertas universidades en la producción de bienes y servicios para usuarios finales (Sutz, 1997b).

Más en general, no se puede dejar de advertir que la evolución de las universidades, a lo largo y a lo ancho del mundo, se ve crecientemente condicionada por el tipo de relaciones que se establecen (o no) entre ellas, los gobiernos y las empresas, para generar y usar conocimientos².

c) La tercera etapa en la evolución económica latinoamericana

El “crecimiento hacia afuera”, de base primario exportadora, constituyó el primer gran período en la evolución económica de la América Latina independiente y marcó la

2 Estas relaciones han sido intensamente estudiadas, en particular, en el marco de las conferencias sobre la *Triple Hélice Universidad-Gobierno-Industria* (Leysderdorff; Etzkowitz, 1997 y 1998).

inserción periférica de la región en la economía mundial. El considerable excedente generado, en el marco de una gran inequidad, se canalizó preferentemente hacia el consumo conspicuo, y en medida ínfima hacia la construcción de una capacidad endógena de investigación e innovación. Esta capacidad se incrementó bastante, aunque sin dejar de ser débil, durante el siguiente período del “crecimiento hacia adentro”; en efecto, la industrialización sustitutiva de importaciones creó una estructura productiva de cierta significación – y permitió incluso avances sociales y políticos de importancia, sobre todo en sus fases iniciales – pero sin que la demanda de conocimientos dejara de canalizarse fundamentalmente al exterior, y sin que el consumo de los sectores privilegiados dejara de ser un condicionante mayor de la evolución no sólo económica sino también política del continente.

El dinamismo del crecimiento hacia adentro terminó de agotarse durante esa misma década de los '80 que vio agudizarse la comparativamente alta desigualdad que caracteriza a América Latina tomada en conjunto. Se inició una nueva etapa, signada por la apertura y la desregulación de la economía, y por la privatización de activos productivos fundamentales. En 1990 la CEPAL propuso una estrategia de “transformación productiva con equidad”, en el entendido de que no se puede avanzar mayormente hacia una de esas metas sin hacerlo también hacia la otra; en efecto, la alta inequidad se manifiesta directamente en la escasa capacitación de mucha gente y ello – en la economía basada en el conocimiento y conducida por la innovación – limita grandemente las posibilidades de transformar la

producción: eso es precisamente lo que está ocurriendo en nuestra región. Durante esta década el nuevo aflujo de fondos externos ha favorecido la estabilidad, el crecimiento y también una cierta transformación productiva, cuyos niveles varían de un país a otro y se combinan con niveles también variados de equidad, generando dinámicas socioeconómicas diversas, pero que en conjunto dan cuenta de una transformación productiva escasa con poca equidad (Arocena, 1997a).

El nuevo papel económico del conocimiento está generando una nueva división internacional del trabajo, en la cual América Latina se dedica primordialmente a las facetas productivas que, en términos comparativos, involucran poco valor agregado intelectual. El crecimiento del continente se basa en el uso, frecuentemente dilapidador, de su rica dotación de recursos naturales y en la inversión, externa en medida significativa, mucho más que en la capacidad para la innovación. Ello va de la mano con la escasa atención que recibe la creación científica y tecnológica, tanto de casi todos los gobiernos de la región como de la mayor parte del sector empresarial; en particular, la privatización de empresas públicas que actuaban en sectores productivos estratégicos ha sido frecuentemente acompañada por el desmantelamiento de sus laboratorios de investigación y desarrollo, así como por la cancelación de sus acuerdos de cooperación con las universidades. Por otro lado, la alta inequidad y la postergación de las necesidades sociales hacen que una variada gama de problemas, cuya solución requiere generar conocimientos específicos de alto nivel, no llegue a constituir una importante de-

manda efectiva de investigación nacional. Esos mismos factores canalizan el excedente económico hacia la satisfacción de los estratos privilegiados, lo que a menudo incluye una demanda de conocimientos de cierta sofisticación pero que en general se vuelca al exterior. En suma, el sector académico apenas si recibe los estímulos, apoyos y exigencias que, en materia de generación de conocimientos, han llegado a ser habituales en los países económicamente más dinámicos.

Así pues, esta incipiente tercera etapa en la evolución latinoamericana se caracteriza también por la poca demanda de conocimientos endógenamente generados y por el uso escaso de los que efectivamente se generan.

II. UNIVERSIDAD LATINOAMERICANA Y UNIVERSIDAD HISPANOAMERICANA

a) Aproximación al tema

Como bien se sabe, la evolución de la institución universitaria ha sido muy distinta en la parte del continente que estuvo sometida al dominio español que en la colonizada por los portugueses. En Hispanoamérica la historia de la universidad se remonta al propio siglo de la conquista, que presencié la traslación de la corporación medieval y monástica a tierras de Indias como parte del sustento ideológico del poder de los conquistadores. Universidades coloniales durante siglos, universidades republicanas después – instituciones nuevas en algunos casos, apenas cambiadas en otros –, universidades sacudidas más tarde por el Movimiento de la Reforma Universitaria (MRU):

una larga historia de continuidades y cambios ofrece un panorama bastante diferente al del Brasil, donde la universidad como tal surge recién en este siglo.

Para analizar las tendencias y las perspectivas de la institución universitaria latinoamericana conviene pues efectuar una primera distinción entre la universidad hispanoamericana y la universidad brasileña. Estamos convencidos de que la especificidad de la primera – lo que la constituye en una potencialmente fructífera unidad de análisis – proviene ante todo de la impronta del MRU, movimiento profundamente original y de singular gravitación en el acontecer continental, dentro y también fuera de los claustros. Si ese es el principal factor de diferenciación de la universidad hispanoamericana respecto a la brasileña, quizás en la especificidad de la segunda influya poderosamente el tipo de política para la ciencia, la tecnología y la educación superior que en el Brasil ha tenido bastante más envergadura que en el resto de la región.

Ahora bien, junto a las diferencias son también relevantes las similitudes, que provienen de una evolución contemporánea de nuestros países con rasgos compartidos, no sólo en los aspectos internos y externos de la economía sino también en las dimensiones ideológica y política. En la dramática historia continental de las últimas décadas, las universidades públicas latinoamericanas y sobre todo sus movimientos estudiantiles han desempeñado un papel destacado en los esfuerzos democratizadores. Las tradiciones, relaciones y pautas de comportamiento que en ese acontecer se fueron forjando contribuyen al “aire de familia” que presentan esas universidades, afianzado también por

la similitud de ciertos condicionantes externos a los que se hizo mención en la sección precedente.

La Universidad Latinoamericana es pues una y doble, lo cual sugiere que un estudio comparativo de sus dos grandes componentes podría arrojar no poca luz sobre sus tendencias de cambio y sus futuros posibles.

b) Relevancia de las grandes instituciones públicas tradicionales

Puede empero cuestionarse la afirmación de que existe algo así como “La Universidad Hispanoamericana”, argumentando que en todo caso esa noción tuvo validez cuando la educación superior de la región alcanzaba a un sector minoritario y estaba esencialmente en manos de unas pocas instituciones públicas, pero que perdió vigencia décadas atrás, cuando la Universidad de la Reforma empezó a verse desbordada por la multiplicación de establecimientos tanto públicos como privados.

El “peso de los números” (Brunner, 1990) es indudable, pero los números no hablan sólo de diversificación y heterogeneidades: dan cuenta también de la gravitación considerable, en la educación superior hispanoamericana, de algunas grandes universidades públicas tradicionales.

En aras a la brevedad mencionemos sólo unas pocas cifras: a mediados de los años '90 las 65 universidades públicas hispanoamericanas con más de 10 mil estudiantes representaban:

– una matrícula total de bastante más de dos millones de estudiantes;

Rodrigo Arocena

- casi el 40% de todos los estudiantes matriculados en las 4587 instituciones de educación superior registradas en la región;
- más de la mitad de todos los estudiantes matriculados en las 685 universidades de la región;
- casi el 75% de todos los estudiantes de las 251 universidades públicas hispanoamericanas. (Estas afirmaciones se basan en datos de García Guadilla, 1996).

El peso de esas universidades es todavía mayor en la generación de conocimientos, pero no nos extenderemos en detalles aquí. Lo que sí corresponde consignar, pues hace directamente a la sustancia del argumento presentado, es que de esas 65 universidades, 48 ya existían en 1950 y 36 en el siglo pasado. En una institución tan memoriosa como es la universidad, cabe sospechar que las dinámicas propias de esos establecimientos de prolongada trayectoria, numeroso estudiantado y sobresaliente contribución relativa a la creación de conocimientos, influenciaron no poco las pautas originarias de varias otras universidades y sus trayectorias posteriores.

En definitiva, puede sostenerse que un conjunto de universidades de larga tradición, moldeadas por los avatares de la Reforma Universitaria y regidas por alguna forma del cogobierno autonómico, constituyen todavía hoy el núcleo central de la enseñanza superior en la región; ello es lo que permite considerar a la universidad pública hispanoamericana como una unidad de análisis significativo.

III. ELEMENTOS PARA UN CUADRO DE SITUACIÓN

Los trabajos emanados de la Conferencia de 1996 en La Habana, realizada por la UNESCO para analizar “la transformación de la educación superior en América Latina y el Caribe” (CRESALC/UNESCO, 1997a,b) ofrecen variados elementos de juicio sobre la situación de las universidades latinoamericanas. Consignamos a continuación algunos de los que nos parecen más relevantes para dar cuenta de cómo se ve hoy el panorama de la Universidad Hispanoamericana. Analizar en qué medida estos rasgos caracterizan también a la Universidad Brasileña, aunque en ciertos casos parece claro, escapa a nuestras posibilidades pero por cierto no a nuestra preocupación.

1) De un modelo de élite a uno de masas

Se considera que el modelo de acceso a la educación superior es de élite cuando la tasa de escolarización superior (definida como el porcentaje de la población entre 20 y 24 años de edad que se encuentra cursando estudios a ese nivel) es inferior al 15%, de masas cuando se ubica entre el 15% y el 35%, y de acceso universal cuando supera el 35%. Surge de los números que, durante las últimas dos décadas América Latina evolucionó, en este ámbito, de un modelo de élite a otro de masas. Ello, claro está, resulta de promediar situaciones muy diferentes que, por ejemplo, ubican a la Argentina en un extremo, con una tasa de escolarización superior próxima al 39%, y al Brasil cerca del otro extremo, con una tasa de 11,4%. Más en detalle, resulta que:

a) el modelo de acceso a la educación superior es todavía de élite en México, Paraguay, Guatemala, Brasil, Nicaragua y Honduras;

b) dicho modelo es de masas en Venezuela, Uruguay, Costa Rica, Perú, Panamá, Chile, Bolivia, Ecuador, El Salvador, Colombia, Cuba y República Dominicana; en este conjunto, los seis países anotados en primer término presentan una tasa superior al 25%;

c) sólo Argentina ejemplifica en América Latina el modelo llamado de acceso universal a la educación superior (García Guadilla, 1997).

Luego, con excepciones entre las que se destaca México, Hispanoamérica ha ingresado en la educación superior de masas y en varios países de la región más de la cuarta parte de los jóvenes entre 20 y 24 años acceden a alguna forma de educación superior.

2) Una problemática frondosa

Previsiblemente, es larga la lista de dificultades que aquejan a la Educación Superior (ES) de la región. Tomando como base la exhaustiva lista que ofrecen González y Ayarza (1997, 356-368) se puede proponer la siguiente clasificación de los problemas más relevantes:

a) el sistema en su conjunto: falta de continuidad de las políticas educativas; heterogeneidad y segmentación del sistema de ES; instituciones que atienden masivamente a sectores de menores ingresos sin brindarles adecuada formación; surgimiento de instituciones privadas de baja calidad y que resultan engañosas;

b) aspectos generales de la vida académica: insuficiente articulación entre docencia, investigación, extensión y prestación de servicios; disminución relativa de los aportes del Estado;

América Latina: impasses e alternativas

c) docencia: cantidad de estudiantes que llegan mal preparados a la ES; carencia de docentes bien capacitados, que se agrava por la disminución de sus remuneraciones; alto porcentaje de repetición y deserción;

d) investigación: ausencia de agenda y deficiencias en la fijación de prioridades; dificultades de financiamiento en general y de renovación de equipos en particular; decrecimiento de la matrícula en ciertas carreras estrechamente ligadas a la investigación; muy escasas oportunidades de empleo para nuevos investigadores;

e) extensión y relacionamiento: deficiencias en las interacciones con la comunidad; extrema escasez de recursos para las labores de extensión y carencia de políticas adecuadas en la materia; débil relacionamiento con el sector productivo y poca experiencia de los científicos en este campo; riesgo de alterar las funciones universitarias por exceso de prestación de servicios rentables;

f) gestión: baja eficiencia en el uso de recursos humanos y materiales; formas de administración poco idóneas, burocráticas y lentas para adoptar decisiones; restricciones normativas para modernizar la universidad estatal; injerencia de grupos de poder externos en el quehacer académico.

Ahora bien, una cosa es detectar problemas y muy otra cosa es priorizar su atención. Gran parte de las cuestiones anotadas reciben una atención escasa por parte de quienes toman decisiones, y frecuentemente ni siquiera encuentran su lugar en los discursos de las autoridades vinculadas a la ES. Esta constatación nos lleva al próximo ítem.

3) La agenda reconocida

Tres grandes temas parecen concentrar los mayores esfuerzos e intentos de cambios relacionadas con la educación superior de la región: el financiamiento, el relacionamiento con el sector productivo, y el incremento de la eficiencia vía evaluación y acreditación.

“Calidad, financiamiento, flexibilidad curricular, equidad, pertinencia y eficiencia interna, son las principales carencias más frecuentemente señaladas por agentes internos y externos a las instituciones. Para enfrentar estas deficiencias se ha ido construyendo en la región una agenda de transformación cuyos aspectos más relevantes son: búsqueda de opciones alternativas de financiamiento; relaciones más estrechas con el sector productivo; búsqueda de mayor eficiencia de las instituciones para lo cual se proponen mecanismos de evaluación y acreditación.” (García Guadilla, 1997, 52).

Si comparamos la agenda reconocida con la problemática detectada, se hace notorio el relegamiento de cuestiones de primera importancia, lo cual en sí mismo constituye un problema mayor, vinculado tanto a la complejidad intrínseca de las instituciones de ES como a los juegos de poder.

4) La centralidad del financiamiento

“Son múltiples los temas importantes asociados a la discusión de la educación superior; sin embargo, se puede asegurar que el asunto del financiamiento de este nivel educativo ocupa el primer lugar [...] con el tiempo este asunto se ha convertido en una preocupación creciente.” (Sarukhán; Seco, 1997, 855).

Se han buscado numerosas vías para diversificar las fuentes de financiamiento, pero los resultados hasta la fecha son limitados: “a pesar de la instauración de mecanismos de diversificación de fuentes de financiamiento, en la actualidad, más del 90% del total del financiamiento de los conjuntos universitarios latinoamericanos proviene de ingresos gubernamentales.” (Díaz Barriga coord., 1997, 669). La única excepción de consideración es Chile, donde la financiación pública directa de la educación superior en los primeros años de los '90 apenas superaba la tercera parte del total, siendo solventado más de un 20% por las matrículas, y el resto por la venta de bienes y servicios, y por fondos competitivos de investigación.

La centralidad que conserva pues el aporte estatal dentro de la inversión en ES de la región muestra que el futuro de la misma depende crucialmente del papel que al respecto quieran y/o puedan adoptar los gobiernos. Es notorio que el gasto público en ES no ha acompañado el crecimiento de la matrícula estudiantil ni de la nómina docente. En esta materia, los gobiernos parecen combinar de manera diversa tres estrategias: (I) el impulso a la diversificación de ese gasto vía la búsqueda de fuentes no estatales de recursos – matrículas y cobro de servicios en primer lugar –; (II) la disminución de los presupuestos asignados globalmente y la asignación de recursos en función de evaluaciones más o menos específicas, frecuentemente mediante fondos concursables; (III) la disminución lisa y llana del financiamiento público de la ES.

En resumen: la cuestión del financiamiento es ubicada al tope de la agenda de la ES, sobre todo por los actores

internos; es también probablemente el tema que más iniciativas suscita a nivel gubernamental en la materia, las que por lo general se orientan a disminuir la participación estatal; esa disminución ha sido hasta ahora, en términos relativos y en la mayor parte de los países, poco significativa. Tales elementos de juicio se suman a varios otros para anticipar que el financiamiento de la ES pública seguirá constituyendo una cuestión crítica, que signará un relacionamiento difícil entre Estado y ES pública, impulsará una creciente atención tanto al relacionamiento con el sector productivo como a los procedimientos de evaluación entendidos como forma de distribución de recursos, y alimentará el crecimiento más bien rápido de la ES privada en la región.

5) El relacionamiento con el sector productivo

Esta cuestión se plantea con características bastante especiales en la región, por la escasísima vinculación entre empresas y universidades, porque éstas últimas dan cuenta de una proporción de la investigación que es mucho mayor que la que se observa en los países desarrollados – lo que significa que la contribución empresarial en la materia es mínima –, y porque los gobiernos no estimulan mayormente el relacionamiento que aquí nos ocupa. Tales características son consecuencia de las formas de crecimiento que ha conocido la región, a las que antes se hizo alusión.

Se afirma, sin embargo, que esa desconexión entre empresas y universidades no podrá continuar por el efecto combinado de la importancia del conocimiento para la producción y de la relevancia de las universidades en lo

que hace al conocimiento disponible en AL: “el conocimiento acumulado, institucionalizado y multidisciplinario que se requiere para la búsqueda de soluciones a los problemas complejos de la producción y el uso de tecnologías, es patrimonio fundamental, por lo menos en nuestra región, de la universidad, por lo que la interacción o vinculación entre la universidad y la empresa es de carácter no sólo deseable sino inevitable .” (Sela, 1997, 244).

Las universidades hispanoamericanas han adoptado una serie de iniciativas bastante similares para propiciar ese relacionamiento, pero son pocos los casos en los que se ha establecido una colaboración de gran envergadura con el sector productivo. Este último, por lo general, sigue sin ser un gran demandante de conocimiento avanzado y sofisticado ni, mucho menos, de conocimiento nuevo creado especialmente para resolver problemas específicos. No se trata, por cierto, de que estos problemas no existan, ni de que puedan ser siempre resueltos acudiendo al acervo de conocimientos libremente disponible a escala mundial. Como bien se sabe, la tecnología necesaria para resolver problemas importantes no suele tener ese carácter. Pero la dinámica económica latinoamericana reciente – como se destacó antes – no ha alterado demasiado su tradicionalmente escasa relación con la incorporación de conocimientos generados endógenamente. Y los gobiernos no conceden demasiada atención a la cuestión.

En suma, si bien cabe esperar un cierto avance del relacionamiento entre universidades y sector productivo, con notorias diferencias de un lugar a otro, las tendencias que hoy prevalecen no apuntan a una rápida expansión de este relacionamiento.

6) Sobre la acreditación y la evaluación

Un estudio cuidadoso acerca de lo que ha venido sucediendo en el continente en materia de evaluación concluye que “la experiencia existente en los países latino-americanos sobre evaluación y acreditación universitarias es reciente y limitada”, pese a lo cual “existe un creciente consenso en el medio académico, gubernamental y profesional sobre la importancia y urgencia de incorporar estos sistemas de regulación a las instituciones y programas universitarios, por considerarlos esenciales para fortalecer y mejorar la educación superior, ser un instrumento para dar fe pública de su calidad y un mecanismo de rendición de cuentas ante la sociedad y el Estado, sobre el adecuado uso de los recursos puestos a su disposición para el cumplimiento de su misión declarada.” (González; Ayarza, 1997, 385). Esto no significa sin embargo que se vaya a avanzar rápidamente en la materia, pues las dificultades para implementar de manera eficiente y transparente los procesos de evaluación son grandes, y también lo son las resistencias más o menos justificadas que cualquier modalidad suscita en algún sector u otro. Aún así, el consenso destacado en la cita precedente y, sobre todo, el que la evaluación se vincule por lo general con la distribución de fondos hacen prever que estos tipos de regulación seguirán desarrollándose, y llegarán a constituir un aspecto significativo del panorama universitario regional.

7) De reconocimientos, relegamientos y exclusiones

Ahora bien, cuando hablamos de “la agenda reconocida”, ¿a quiénes nos estamos refiriendo? Los que

inciden prioritariamente en la fijación de la agenda de la universidad pública hispanoamericana son los dos componentes del sistema dual que, en los hechos y con peso desigual, la rigen: por un lado el componente autonómico, vertebrado en torno a las autoridades universitarias emanadas de los procesos electorales internos, que tienen en sus manos el grueso de la gestión cotidiana; por otro lado el componente gubernamental, constituido por los organismos públicos involucrados en la regulación y financiación de la educación superior.

Por motivaciones diferentes, ambos componentes tienden a coincidir en la priorización de la “agenda reconocida”, así como en la ubicación del financiamiento como eje de la misma. La ampliación de sus exiguos montos es imprescindible para el éxito gestor y aún electoral del componente autonómico, mientras que el componente gubernamental ha sido encargado de reducir el peso de la enseñanza superior en el gasto público. Ambos componentes coinciden pues en la motivación presupuestal que impulsa al relacionamiento de las universidades con el sector productivo, aunque otros aspectos relevantes del asunto no preocupen demasiado al componente gubernamental y sean encarados de manera muy variada dentro del componente autonómico.

La problemática financiera no es sólo de montos, porque de cómo se administren los fondos correspondientes depende en buena medida el reparto del poder real entre los dos componentes del sistema dual. En gran parte esto último se dilucida en la cuestión de la evaluación y acreditación, que el componente gubernamental maneja ante todo

como una vía para limitar los estatutos autonómicos; por lo mismo y porque le genera no pocos problemas internos, el componente autonómico encara la cuestión con recelo, pero su actitud es ambigua, porque ésta es una vía potencial para la obtención de fondos, hacia la cual lo impulsan los sectores universitarios que, por su excelencia académica o por otros motivos, mayores esperanzas conciben.

La mayor parte de los ítems incluidos en la “frondosa problemática” universitaria antes rozada encuentran, en el mejor de los casos, un lugar marginal en la agenda reconocida, aunque se trate de aspectos fundamentales para que nuestras universidades puedan cumplir con su insustituible papel en las dinámicas del conocimiento y la innovación – y sobre todo en un hipotético desarrollo humano autosustentable. Ese relegamiento no tiene explicación simple en relación a ninguno de los dos componentes del sistema dual. Sin embargo, en el caso del componente gubernamental lo decisivo parece ser que la evolución económica real y la apuesta política oficial coinciden en atribuir un papel mínimo al conocimiento avanzado endógenamente generado.

El relegamiento de tantos asuntos fundamentales por parte del componente autonómico es un problema mucho más complejo, cuyos datos probablemente varían no poco de una institución a otra, por lo cual aquí sólo podemos plantearlo y esbozar una conjetura.

La idea es que afrontar la agenda relegada pondría de manifiesto la endeblez del sistema decisional de la institución. Este fue concebido en otra etapa histórica, a partir de una ideología que entonces tenía mucho vigor pero que

hoy manifiestamente no lo tiene. Algunos estamos convencidos de que es posible reformular la doctrina de la Reforma Universitaria, y su tan propia “idea de Universidad”, de modo que inspire un accionar fecundo en el mundo de hoy, y de que concomitantemente es también posible revitalizar el cogobierno participativo de los órdenes universitarios. Pero lo cierto es que ni lo uno ni lo otro asoma con fuerza en la realidad.

Los supuestos fundacionales del cogobierno se ajustan cada vez menos a los hechos del presente y no es de extrañar que la gestión discurra cada vez más por vías ajenas a la doctrina: “mientras las modalidades de autoridad burocrática han tendido a consolidarse, las formas colegiadas de gobierno has sufrido un proceso de refuncionalización sólo contenido por la necesidad de legitimación del gobierno universitario. En el nivel institucional, principalmente, las decisiones han pasado en buena medida a la competencia de cuadros administrativos” (Díaz Barriga, 1997, 657).

Las cúpulas del componente autonómico reclaman legitimidad en función de una gran tradición, ayer relevante pero que hoy no logra revivir, incidiendo cada vez menos en el imaginario y en la conducta de los universitarios, cúpulas en particular. Atacar ciertas grandes cuestiones impondría transformaciones que afectarían las pautas vigentes para la distribución del poder interno; no es de extrañar que el funcionamiento mismo del componente autonómico tienda a relegar esas cuestiones, concentrando la atención en lo que a menudo es poco más que la administración de la crisis.

Sea como sea, de la agenda que se discute en las universidades públicas hispanoamericanas ha sido prácticamen-

te excluido el problema del desdibujamiento del cogobierno autonómico, tema que debiera figurar en primerísimo lugar, tanto por su incidencia en el presente como por la medida en que condiciona el futuro.

IV. PERSPECTIVAS DE CAMBIO

a) La iniciativa externa

El principal impulso para modificar las pautas de funcionamiento de las universidades públicas hispanoamericanas viene de afuera de los claustros.

Los cambios legales que se han venido proponiendo y a menudo plasmando priorizan la evaluación y acreditación, apuntan a coordinar el conjunto de las instituciones de educación superior, incluyendo a las privadas y a las no universitarias, y atribuyen a las instituciones estatales la potestad de establecer matrículas y regímenes de ingreso, si ya no disponían de ella.

El proceso tiende a disminuir la relevancia de las universidades públicas, no sólo debido a las restricciones presupuestales y a la promoción de la ES privada sino también a través de la limitación de la autonomía de aquéllas, objetivo que ha generado tan grandes enfrentamientos en nuestro continente a lo largo del siglo XX y que frecuentemente parece relegado a un segundo plano en los dichos, aunque en los hechos juega un papel no menor.

Las modificaciones impulsadas por varios gobiernos del continente tienen como telón de fondo ideológico lo que se proclama como “discurso modernizador”, formula-

do particularmente por ciertas agencias financiadoras internacionales, el cual por cierto no prioriza la expansión de la capacidad creativa y formativa de las universidades públicas hispanoamericanas, ni su mejor aprovechamiento por la sociedad en su conjunto. Cuando se entra en una economía basada en el conocimiento e impulsada por la innovación, subestimar el principal activo continental en materia de conocimiento avanzado tiene muy poco de moderno, pero contribuye a afianzar la inserción dependiente de América Latina en esa economía.

b) La debilidad interna en materia de reforma

La perspectiva mal llamada modernizadora es ampliamente resistida por las universidades públicas autónomas, desde las cuales se ha protestado enérgicamente en varios casos que incluyen los de Argentina y El Salvador, cuando dicha perspectiva se plasma en leyes. Ahora bien, “ha habido un vacío por parte de la propia comunidad académica en cuanto a generar propuestas de políticas y proyectos nacionales que lleven a la palestra pública opciones diferentes orientadas hacia el mejoramiento del sistema.” (García Guadilla, 1997, 55).

Coexisten en la universidad hispanoamericana ciertas inercias comportamentales y formulaciones verbales de antaño con nuevos temas, modas y preocupaciones, en cuyo contexto no se articulan propuestas globales pero tampoco desaparecen las referencias a las grandes consignas. La resultante de todo ello, por supuesto, es distinta en cada caso y varía con el tiempo, pero en conjunto se parece más al bloqueo que a la primacía de la tradición o a la consagración de algún proyecto global de transformación.

Ello no significa que, a nivel meso o micro, no se impulsen cambios significativos. Por el contrario, el descreimiento acerca de las grandes iniciativas vuelca energías hacia transformaciones más específicas y viables. Puede incluso sostenerse que es a este nivel donde tienen lugar las más fructíferas conjunciones de los valores de la tradición con las nuevas preocupaciones. En efecto, en las universidades públicas – en las cuales, recordémoslo, tiene lugar el grueso de la generación de conocimientos y de la enseñanza de postgrado – no son pocos los docentes e investigadores de alto nivel en cuya visión del mundo convergen el compromiso social y la comprensión del nuevo papel del conocimiento, lo que los convierte en promotores de cambios en su entorno laboral.

El escenario no es pues, en absoluto, el de la pasividad interna ante la dinámica externa. Pero difícil sería negar que, al analizar las perspectivas de la universidad pública hispanoamericana, se destacan, por un lado, los procesos conjugados de “modernización desde afuera” y de privatización de la ES, y por otro lado la debilidad tanto del cogobierno autonómico y participativo como de las iniciativas reformadoras de la comunidad universitaria.

c) Un ejemplo

El caso de la Universidad de la República (UR), del Uruguay, es bastante sugestivo a este respecto. Se trata de la única universidad pública uruguaya, que da cuenta de no menos del 80% de la matrícula de la educación terciaria total, y de alrededor de los dos tercios de toda la investigación científica que se realiza en el país – sea cual sea el

indicador que se privilegie. Esa institución, profundamente condicionada por la Reforma Universitaria y por los procesos de defensa y recuperación de su autonomía, se ha visto confrontada durante los últimos doce años con un conjunto de desafíos que en otras universidades públicas hispanoamericanas se fueron desplegando a lo largo de varias décadas. Lo apuntado convierte a la UR en un ejemplo sugestivo para la evaluación de tendencias y perspectivas. (Arocena; Sutz, 1996).

Durante la primera mitad de los '90, en esta institución se hicieron evidentes tanto el relegamiento de cuestiones impostergables como el debilitamiento del cogobierno autonómico. En los últimos años pareció abrirse paso la decisión de afrontar tales problemas. Se llegó a así, en particular, a organizar una semana de reflexión, verdadera "convocatoria a asamblea" de toda la comunidad universitaria (Arocena, 1997b).

Dicha instancia, inédita en la historia de la UR, tuvo lugar en mayo de 1997, sin mayores estímulos por parte de las autoridades universitarias y con una participación desigual, en ningún caso muy alta, y bastante menor a lo que la tradición sugería en el caso del movimiento estudiantil. Aún así se procesaron – primero en cada una de las facultades y luego en reuniones conjuntas – amplios debates que abordaron temas capitales, en los que en total intervinieron miles de universitarios -docentes, estudiantes, egresados y funcionarios no docentes. La urgencia de la reforma de la educación superior vertebró las discusiones, las que alumbraron múltiples iniciativas y fueron recogidos en ricas relatorías. Pero después ni las autoridades ni los

órdenes universitarios organizados prestaron casi atención a los frutos de esa reflexión colectiva, ninguna de cuyas sugerencias dio lugar a alguna resolución transformadora. Una instancia de participación amplia, con limitaciones varias pero valiosa, y laboriosamente estructurada, no fue luego canalizada por los mecanismos del cogobierno ni dinamizó la “reforma desde adentro”.

d) Lo probable

Retomemos la noción de revoluciones académicas como vía para recapitular el enfoque presentado, y para anticipar ciertos aspectos de la probable evolución de la universidad pública hispanoamericana. En Europa y Estados Unidos la “primera revolución académica” tuvo como eje el surgimiento de la universidad de investigación, mientras que en Hispanoamérica la Reforma Universitaria constituyó una revolución con una original “idea de Universidad”, que la comprometía con ideales de justicia social y con el uso del conocimiento para el desarrollo concebido como proceso de transformación integral. La institución modelada por la Reforma vive hoy una gran tensión, que tiende a paralizarla, entre la fuerza de una revolución propia, pero envejecida, y la fuerza de una revolución actual, pero importada con distorsiones y en sí misma no demasiado adecuada a la realidad del continente.

La universidad a escala mundial experimenta una mutación, bautizada como “segunda revolución académica”, al influjo del nuevo papel del conocimiento. Esto último podría revitalizar a la universidad pública hispanoamericana-

na, en tanto protagonista absolutamente central de la investigación en la región, pero en los hechos apenas si sucede así, pues las dinámicas económicas y políticas prevalecientes en América Latina minimizan el papel del conocimiento endógenamente generado. Aquella mutación llega pues a nuestras costas de manera distorsionada, principalmente bajo la forma de una “modernización desde afuera”. Además, esa mutación apunta al mejor aprovechamiento de la ciencia y la técnica para la expansión productiva sin afectar las relaciones sociales prevalecientes, las que en nuestro continente son factores de grandes desigualdades, incompatibles con la justicia social y con una verdadera transformación productiva. Por eso, la “segunda revolución académica” choca doblemente con los valores de la Reforma Universitaria. Pero estos valores no inspiran opciones mayores, pues están ligados a las experiencias e imaginarios colectivos propios del período del “crecimiento hacia adentro”, cuya crisis fue también la de las concepciones alternativas para el desarrollo de la región, en la cual conductas y expectativas se han alterado profundamente.

En el contexto de esa tensión más bien paralizante, es bastante probable que la universidad pública hispanoamericana no experimente una transformación que posibilite la expansión y el efectivo aprovechamiento de su potencial.

e) Lo posible

Pero también son posibles evoluciones más prometedoras. Mencionemos algunos factores que pueden alterar las tendencias dominantes.

Dentro y fuera de las universidades existen sectores que reivindican a la vez el fortalecimiento de la investigación y la reestructuración de gran parte de la misma en torno a ciertos problemas capitales de nuestros países. ¿Una revisión socialmente orientada de la agenda que orienta la creación de conocimientos en el continente no podría contrarrestar en alguna medida la marginación que sufren la universidad y la investigación ?

Los procesos de evaluación de las universidades, insistentemente reclamados, harán más visible la conexión entre el mejor cumplimiento de la misión académica, la revitalización de la cogestión autonómica y la transformación institucional. ¿La autoevaluación, entendida como parte de la rendición de cuentas que la universidad pública debe a la sociedad, no puede estimular la capacidad interna para la reforma?

Ciertos procesos de integración en otras latitudes han tenido gran impacto en las actividades científico-técnicas. Las perspectivas integradoras suelen actuar como catalizadores de cambios, lo que en alguna medida puede ejemplificarse mediante el impacto que el Mercosur ha tenido en el Uruguay. La universidad pública tiene el carácter de institución realmente latinoamericana: ¿no le posibilitará ello alcanzar un cierto protagonismo ante las incertidumbres y las oportunidades que plantea la integración regional?

En América Latina se afianza un estilo de crecimiento basado en una transformación productiva limitada y con poca equidad, pero también cobran fuerza movimientos sociales y políticos que buscan otras opciones. El Movimiento de la Reforma Universitaria fue parte de una

“gran alianza” sociocultural en torno a ciertas pautas para un desarrollo continental más autónomo y equitativo. ¿Las dinámicas internas de las universidades públicas no pueden converger con las perspectivas de cambio que vuelven a insinuarse, vigorizándolas y vigorizándose?

Construir para la región un lugar mejor que el ocupado hasta el presente en la economía del conocimiento y la innovación requiere de reformas de largo aliento, entre las cuales no hay ninguna más importante que la generalización de la enseñanza avanzada, de calidad y permanentemente renovable. La cuestión tendrá en el siglo XXI importancia no menor que la que tuvo en el siglo XIX la generalización de la enseñanza elemental. ¿No pueden las universidades públicas convertirse, junto a otros actores sociales e institucionales, en los grandes protagonistas de semejante reforma?

Preguntas como las anotadas sólo pueden ser respondidas desde la diversidad de lo real, en un esfuerzo colectivo de investigación y reflexión.

BIBLIOGRAFIA

- AROCENA, R.; Sutz, J. (1996). “La Universidad del Uruguay: cuando todos los desafíos llegan juntos”, en *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*, A. Mendes Catani (org.), San Pablo: Cortez.
- AROCENA, R. (1997a). “¿Transformación productiva sin equidad?”, en SUTZ, J. (ed.).

Rodrigo Arocena

- _____. (1997b). "La Universidad se convoca a asamblea", en *Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*, A. Mendes Catani (org.), Recife, p. 263-275.
- BRUNNER, J. (1990). "Estado, investigación científica y transformaciones culturales en América Latina", en *Vinculación Universidad sector productivo*, CINDA, Santiago de Chile.
- CRESALC/UNESCO (1997a). Hacia una nueva educación superior, Actas de la Conferencia Regional Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe realizada en la Habana, Cuba, del 18 al 22 de noviembre de 1996. Colección Respuestas, Caracas.
- CRESALC/UNESCO (1997b). *La educación superior en el siglo XXI*. Visión de América Latina y el Caribe, Documentos de la Conferencia Regional Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe realizada en la Habana, Cuba, del 18 al 22 de noviembre de 1996. Colección Respuestas, Caracas.
- DE LA MOTHE, J.; PAQUET, G. (eds.), (1996). *Evolutionary Economics and the New International Political Economy*, New York: Pinter.
- DÍAZ BARRIGA, A. (coord.), (1997). "Financiamiento y gestión de la educación superior en América Latina", en CRESALC/UNESCO (1997b), tomo II, 643-705.
- ETZKOWITZ, H. (1997). "The Entrepreneurial University and the Emergence of Democratic Corporatism", in LEYDESDORFF, L. and ETZKOWITZ, H. (eds.).
- FREEMAN, Chris; SOETE, Luc (1997). *The Economics of Industrial Innovation*. 3 ed. The MIT Press, Cambridge, Mass.
- GIBBONS, M; Limoges, C; Nowotny, H; Scharzman, S.; Trow, M. (1994). *The new production of knowledge*. The dynamics of science and research in contemporary societies, Sage.

América Latina: impasses e alternativas

- GARCÍA GUADILLA, C. (1996). Situación y principales dinámicas de transformación de la educación superior en América Latina, CRESALC/UNESCO, Caracas.
- _____. (1997). “El valor de la pertinencia en las dinámicas de transformación de la educación superior en América Latina”, en CRESALC/UNESCO (1997b), tomo I, 47-80.
- GONZÁLEZ, L. E.; Ayarza, H. (1997). “Calidad, evaluación institucional y acreditación en la educación superior en la región latinoamericana y del Caribe”, en CRESALC/UNESCO (1997b), tomo I, 337-390.
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. (eds.) (1997). *Universities and the Global Knowledge Economy*, London: Pinter
- LEYDESDORFF, L.; ETZKOWITZ, H. (1998). *A Triple Helix of University - Industry - Government Relations. The Future Location of Research?*, Book of Abstracts, Science Policy Institute, State University of New York.
- SARUKHÁN, J.; SECO, R. M. (1997). “Financiamiento de la educación superior”, en CRESALC/UNESCO (1997b), tomo II, 855-861.
- SELA [Sistema Económico Latino Americano] (1997). “La universidad como soporte fundamental del esfuerzo de competitividad empresarial de la región”, en CRESALC/UNESCO (1997b), tomo I, 241-256.
- SUTZ, J. (ed.) (1997a). *Innovación y desarrollo en América Latina*, Caracas: Nueva Sociedad.
- _____. (1997b). “The new role of the University”, in LEYDESDORFF, L. ETZKOWITZ, H. (eds.).
- _____. (1997c). “Innovación y Desarrollo: condiciones de siembra y cosecha”, en SUTZ, J. (ed.).

MERCOSUL E EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA: DE 1991 AO TERCEIRO MILÊNIO

Marília Costa Morosini*

I. INTRODUÇÃO

Quando da normatização do Mercosul (1991), os caminhos que a educação universitária seguiria eram nebulosos – para não dizer relegados a um patamar secundário. Ainda hoje o são, talvez não num grau tão longínquo, mas também não entre os prioritários. Tal afirmação tem como base muito menos a perspectiva teórica do domínio das estruturas econômicas sobre a superestrutura educacional mas, principalmente, a própria trajetória da integração regional no período considerado.

Num primeiro momento a preocupação de integração foi restrita quase que exclusivamente às questões econômicas, e nessas, prioritariamente, as mercantis (lembramos que no organograma de composição do Mercosul, entre os diversos grupos que compõem o GMC – Grupo do Mercado Comum, subalterno ao CMC – Conselho do Mercado Comum, não existe um voltado à educação). Hoje, num outro momento, que poderíamos chamar de transição, a prioridade, ainda que seja basilarmente com a integração

* Prof^a./Pesquisadora CNPq, UFRGS/ULBRA. Dr^a. em Ciências Humanas.

econômica, vem acompanhada com preocupações sociais. Tal foco está expresso em documentos oficiais já formalizados, paralelo ao desenvolvimento de interrelações entre as forças vivas das comunidades envolvidas, estando aí englobadas, no tocante à educação superior, docentes, discentes, instituições, redes acadêmicas e outras parcerias.

Nesse texto objetivamos apontar a trajetória da integração regional da educação superior desde a formalização do Mercosul até os dias que estão precedendo ao novo século. Não é uma perspectiva de exaurir a História. É, antes de mais nada, o olhar de uma pesquisadora voltada às questões da integração universitária. Assim, identificamos o aumento da abrangência do Mercosul e das políticas de educação superior que estão regendo o megabloco. Paralelamente, citamos algumas informações sobre os sistemas de educação superior dos diversos países componentes do Mercosul e concluímos com reflexões analíticas sobre o futuro da integração universitária.

II. MERCOSUL E SUA ABRANGÊNCIA

Falar hoje em Mercosul é falar numa realidade mais ampla do que a esperada em 1991. As expectativas, quando do planejamento do Mercosul, provavelmente não previam a abrangência que hoje está sendo registrada ou, principalmente, a que nós visualizamos na virada do terceiro milênio. Isto porque o ano de 1991 não marcava uma virada com projetos novos de integração, mas o Mercosul era mais um projeto de integração latino-americana. E, sobre esses, existem muitos escritos (Laredo, in: Morosini, 1994)

e demonstrações práticas do *gap* existente entre as intenções formalmente postas e os objetivos efetivamente alcançados.

“O que de diferente está ocorrendo no processo de integração que estamos vivenciado no sul da América do Sul? O Mercosul é mais uma tentativa de uma integração capenga da AL, ou estão sendo vislumbradas possibilidades de que a integração regional possa ‘dar certo’?”

Para encaminhar tais respostas relembremos um pouco da caminhada: o Mercosul, regulamentado pelo Tratado de Assunção (1991) congrega, em situação de Mercado Comum, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. São 205 milhões de habitantes em 12 milhões de Km²,¹ envolvendo um PIB de US\$ 1,019,576 bilhões (1996), congregador de 2/3 do território latino-americano.

É inegável que a abrangência do Mercosul, em termos de intercâmbio comercial entre os quatro países da região aumentou, e muito. Entretanto, o Mercosul não é uma integração comercial única e exclusiva. É, antes de mais nada, uma integração de mercados.

A integração comercial cresceu de US\$ 5,1 bilhões (1991) para US\$ 20,3 bilhões (1997), refletindo a

1 A importância da região e suas disparidades pode ser medida pelos indicadores sociais (1995) publicados pelo Banco Mundial (BIRD, 1998). O Brasil representa a oitava economia mundial (PIB de US\$ 709,6 bilhões), porém com uma estratificação social mais acentuada que seus parceiros da América Latina. A concentração de renda aponta que 10% dos mais ricos detém 47,9% dos ganhos totais e uma mortalidade infantil de 35 em cada 1000 nascimentos, frente a uma média latino-americana de 33 mortes a cada 1000 nascimentos; menor concentração de renda de países como o Paraguai, Equador, Nicarágua, Guiana, Peru e Colômbia. O Brasil tinha 17% de analfabetos (população com 15 anos e mais); 14 % dispunham de serviços sanitários, 72% de água tratada, expectativa de vida ao nascer de 63 anos para mulheres e 71

quadruplicação dos negócios em sete anos, dos quais os realizados com o Brasil representam 92% desse total. A corrente comercial (importações /exportações) atingiu US\$ 18,76 bilhões, com equilíbrio na balança comercial: exportações US\$ 9,04 bilhões e importações US\$ 9,72 bilhões.² Na linha de consolidação econômica estão previstas: a harmonização de legislações para facilitar a integração dos países e a adoção de procedimentos mais simples e ágeis nas zonas aduaneiras; a adoção de moeda única em 2 002; a busca de entendimento quanto à TEC – Tarifa Externa Comum; a redução do número das listas de exceção (produtos que ainda pagam impostos nas importações entre os países-membros: hoje, 29 produtos brasileiros e 950 uruguaios integram a lista de produtos protegidos – por exemplo, a especialização em um setor econômico por país membro: Brasil e Argentina exportam produtos industrializados, o Paraguai volta-se à agropecuária e o Uruguai à prestação de serviços).

Entretanto, apesar desse significativo aumento comercial, a legislação trabalhista alcançou poucos avanços significativos, onde foram mantidas as garantias comuns da soma de anos trabalhos em mais de um país para a aposentadoria

anos para homens, e 23,6% dos brasileiros sobreviviam com menos de US\$ 1 dólar/dia e de 43,5% com menos de US\$ 2 dólar/dia. A média da AL e do Caribe era de 15% (homens) e 12% (mulheres) analfabetos; 57% dispunham de serviços sanitários e 73% de água tratada. Expectativa de vida de 66 anos (mulheres) e 73 anos (homens). O relatório ressalta, por outro lado, que o consumo privado cresce de tal maneira que em 2 005 ocorrerá uma redução de 50% da população pobre.

- 2 O volume de exportações do Brasil a seus parceiros do Mercosul equivale ao total vendido aos EUA, e a Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB, prevê que no ano 2 000 o Mercosul deve representar 20% das exportações brasileiras. Hoje, 27% das mesmas são realizadas para a União Européia.

e a cobertura contra acidentes trabalhistas pelo serviços de seguridade social de cada um dos países-membros. Estão em estudo as propostas de proteção ao trabalho infantil, ao direito de greve e soluções para problemas advindos da situação de mercado, como, por exemplo, o desemprego.

Além do balanço da abrangência entre os quatro países originariamente constituidores do Mercosul, o megabloco tem sua abrangência ampliada por acordos sub-regionais. Foram incluídos, na América Latina, como parceiros associados (acordos 4+ 1), em 1996, o Chile e a Bolívia. Em 16 de abril de 1998 foi assinado o *Acordo Marco para a Criação da Zona de Livre Comércio entre o Mercosul e da Comunidade Andina*³ – CAN (Venezuela, Peru, Equador, Bolívia e Colômbia) a partir de 2 000, que se constitui na etapa inicial de criação da liberalização comercial em toda a América do Sul pela “aproximação dos esquemas de integração existentes, além de ser uma etapa fundamental para o processo de integração e o estabelecimento de uma área de livre comércio hemisférica – ALCA” (1998).

As ações de integração do Mercosul na América também vem sendo realizadas, paralelamente, com as outras realidades do bloco. Sem dúvida, a mais importante inclui uma perspectiva de totalidade do continente e tem seu

3 O acordo assinado, sob o abrigo da Argentina, que detinha, *pro-tempore*, a presidência do Mercosul e do Equador, que detinha função semelhante no CAN, tem como objetivo a criação de uma zona de livre comércio e do marco jurídico e institucional de cooperação e integração econômica e física, assim como a promoção de investimentos recíprocos e a complementação e cooperação econômica, energética, científica e tecnológica, entre os dois blocos. Está prevista até 31.12.1999 a negociação de acordos que abarcarão o universo dos produtos. Estão previstos, também, compromissos com o desenvolvimento da infra-estrutura física, bem como promoção de investimentos recíprocos.

marco na 1ª Reunião da Cúpula das Américas, realizada em 1994, em Miami. Nessa reunião o tom da integração era basicamente comercial e as questões sociais permaneceram em segundo plano. Ficou decidido a constituição, em 2005, do maior bloco comercial e econômico do planeta, a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas (34 países desse continente, com exceção de Cuba, 800 milhões de habitantes, PIB de US\$ 8,2 trilhões). Muitos impasses e acertos políticos vêm sendo observados, pela importância que tal integração representa.

Hoje, as negociações apontam uma tendência conciliatória, decorrente de dois principais movimentos: a) a posição única do Mercosul nas negociações na 2ª Cúpula (1998), ou seja, qualquer associação com outros blocos deve subordinar-se a uma firme consolidação do Mercosul, que mais do que uma zona de livre comércio é um processo de integração de economias e de intercâmbios de bens, serviços e recursos humanos; b) a não aprovação, pelo congresso americano, do projeto político da *fast track*, que permitiria aos EUA negociar acordos internacionais não sujeitos à emendas parlamentares com os 33 parceiros das Américas.⁴ Tal posição foi mantida na 2ª Reunião de Cúpula das Américas, realizada em Santiago do Chile, em abril de 1998, que teve como tom prioritário a educação. Os objetivos são os seguintes: atingir a cobertura escolar de 100%, duplicar, em 2010, a taxa de escolarização no

4 É importante lembrar que a última vez que o Congresso norte-americano aprovou uma autorização especial pela *fast track* ocorreu em 1993, para que o governo Bush pudesse negociar o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Incluíram-se cláusulas relativas aos direitos trabalhistas dos cidadãos norte-americanos, dificultando a instalação de empresas nacionais no México. Para a autorização de outra *fast track* o Congresso exige que sejam resguardados direitos trabalhistas semelhantes ao da ALCA e, num mesmo patamar, direitos de propriedade intelectual. É importante lembrar ainda que após 2005 haverá um período de transição (10

ensino médio, alcançando 75% da população de jovens e aumentar a taxa de ensino superior. Tais objetivos serão apoiados por US\$ 8,32 bilhões, provenientes do BID/BIRD/USAID,⁵ com a contrapartida dos governos.

A abrangência do Mercosul estende-se à Europa e vislumbra-se, também, a associação com o México, a África do Sul, e a manutenção de acordos com a ALADI e com a OMC (Organização Mundial de Comércio). No primeiro caso através da associação com a União Européia (UE), quando, em 1999, será constituída a maior “zona de livre comércio do planeta entre países não vizinhos”. Atualmente, depois da constituição de comissões e respectivos grupos de trabalho, já foi concluído um mapeamento de intercâmbios existentes e o levantamento e a avaliação de legislações nacionais e comunitárias. A fase atual prevê estudo interno desse material pelos megablocos.

III. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MERCOSUL.

Em junho de 1992, foi assinado o Plano Trienal para o Setor Educação (*Mercosul Educativo*)⁶. O qual, na reu-

a 15 anos) para que as alíquotas de importação sejam zeradas. Hoje um dos grandes entraves a esse acordo são as barreiras impostas pelos EUA quanto à importação de produtos agrícolas dos países latino-americanos.

5 O investimento total será de US\$ 45,4 bilhões distribuídos, além do percentual para a educação, US\$ 18,74 em integração econômica, US\$ 12,47 em erradicação da pobreza, US\$ 5,87 em defesa e fortalecimento da democracia.

6 O *Mercosul Educativo* tem suas raízes formais em dezembro de 1991, quando o Conselho do Mercado Comum decidiu criar a Reunião de Ministros da Educação, Trabalho e Justiça dos membros do Mercosul, para tratar de assuntos vinculados a sua área de competência e propor ao Conselho medidas necessárias. A coordenação

nião de dezembro de 1994, com a participação dos ministros de educação dos quatro países, teve sua vigência ratificada até dezembro de 1997. O plano se explicita em áreas prioritárias e programas, a saber: formação de uma *consciência* social favorável ao processo de integração; *capacitação* de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento econômico e *compatibilização* e *harmonização* dos sistemas educativos. O *Mercosul Educativo* reafirma a perspectiva internacional do papel central da educação nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos, tornando-os mais competitivos frente aos desafios do processo de globalização/regionalização, bem como o fortalecimento dos laços culturais e sociais entre os países envolvidos para a construção de uma transnação. O *Mercosul Educativo* ressalta a qualidade e acresce ainda a necessidade do estabelecimento de uma nova aliança entre o setor educativo e o setor produtivo, marcada pela apropriação generalizada e equitativa do conhecimento de Ciência e Tecnologia no campo educacional e de sua distribuição eficiente a toda a sociedade.

O *Mercosul Educativo* reconhece que os seus países têm uma trajetória histórica compartilhada mas que têm, igualmente, suas peculiaridades, das quais decorrem situações e problemas diversos e, portanto, soluções também distin-

é rotativa por um período de seis meses e a Reunião é assistida por um Comitê Coordenador Regional, composto de doze membros permanentes, três por país. Na Reunião de dezembro de 1994 (Acta 6/94) dos Ministros de Educação foi decidida a criação de uma Secretaria Permanente do Comitê Coordenador Regional, para instrumentação, acompanhamento e controle das atividades dispostas pelo Comitê. Esta Secretaria é responsável pela criação de um centro de documentação, um fundo editorial e um fundo comum de recursos.

tas. Deve-se ressaltar, ainda, que entre as limitações que se enfrenta ao desenvolver uma política de cooperação no âmbito da educação na região está a carência de conhecimento profundo dos sistemas educativos.

Os sistemas de educação superior dos países que compõem o Mercosul apresentam características diferenciadas. O argentino iniciou-se em 1613, no momento em que a Companhia de Jesus fundou a Universidade de San Carlos, que hoje é a Universidade Nacional de Córdoba. Atualmente é composto por três tipos de instituições universitárias: (32 nacionais, 40 privadas e 5 provinciais) e um regime não-universitário, onde estão englobadas as mais diversas especialidades e planos de estudo. As universidades nacionais (oficiais) concentram um maior número de matrículas e recebem 90% dos recursos. Quanto ao Uruguai, o estudo revela um país de poucas instituições reconhecidas como universitárias – uma pública e, mais recentemente, duas privadas, às quais somam-se um número significativo de instituições de ensino superior de caráter não-universitário. A instituição que tem maior destaque e representatividade é a Universidad de la República (única pública), que concentra 97% das matrículas universitárias, e aproximadamente 83% de todo ensino superior. Quanto ao Paraguai, o estudo demonstrou que: a) nas últimas décadas ocorreu uma ampliação no ensino superior em função do progresso econômico, da expansão do ensino médio e da falta de preparação para o ingresso no mercado de trabalho, aumentando a demanda pelo ensino superior; b) no Paraguai encontram-se instituições de ensino superior universitárias (89,3% das matrículas), não-universitárias

(6,9%) e parassistêmicas (3,8%). O Brasil⁷ tem cerca de 850 IES, das quais 136 são universidades (66 particulares), centros universitários, federações isoladas e escolas isoladas, públicas e privadas. Nas públicas estão matriculados 39,4% e nas particulares 60,6% dos alunos, num total superior a 1.660.000. As universidades caracterizam-se pela produção de pesquisa, ensino e extensão e tem autonomia, enquanto os centros pelo ensino de excelência.

No Uruguai, em termos de dependência administrativa, existem instituições públicas e privadas. Nas públicas (autônomas e subordinadas) predominam as autônomas (UDELAR), que possuem autonomia integral: autonomia de governo, autonomia técnico-docente, autonomia administrativa e autonomia orçamentária. As instituições privadas correspondem basicamente às católicas, secular de elite (empresariais), de absorção de demanda, comunitárias, humanistas.

No Paraguai predominam instituições universitárias públicas e privadas. Cada instituição é responsável pelo seu funcionamento e pela sua fonte de recursos. A criação do Conselho Universitário, composto pelos reitores de cada instituição, foi a alternativa encontrada para um novo padrão de relações entre as universidades.

7 O sistema educacional brasileiro tem 34.233.369 matriculados no ensino fundamental (10,7% em estabelecimentos particulares) e 6.405.057 no médio (19,8% em particular), em 196.542 escolas de ensino fundamental e 16.633 de ensino médio (MEC/ SEDIAE,1997). Os gastos públicos em educação, em 1995, foram de US\$ 34,8 bilhões, correspondentes a 4,85% do PIB, advindos US\$ 8,5 bilhões do governo federal, US\$ 16,3 bilhões dos governos estaduais e US\$ 9,9 bilhões dos governos municipais.

Na Argentina, a coordenação governamental em relação à universidade é muito restrita. As nacionais são autônomas, as provinciais dependem de um governo provincial, enquanto as privadas são autônomas e supervisionadas pelo governo nacional. No setor não-universitário existe coordenação dentro de cada nível jurisdicional (nacional, provincial e municipal), já que se trata de instituições centralmente governadas. O setor privado é supervisionado pela autoridade competente.

As informações apresentadas sobre os sistemas de educação superior apontam para uma complexidade integrativa o que faz com que as políticas públicas, no âmbito do Mercosul, visam a contribuir, na perspectiva de curto prazo, com a mobilidade acadêmica e o reconhecimento de diplomas universitários. Tal política está alocada nas grandes medidas assinadas pelos ministros de educação dos quatro países, a saber: o *Plano Trienal para o Setor Educação* – 1992, reafirmado em 1994 e, mais recentemente, em 1996, no *Mercosul 2000*, que destaca áreas prioritárias para a concentração de esforços e recursos entre 1997-2000.

O Mercado Comum do Sul, enquanto possibilidade de integração regional, confirma a importância da universidade em seu papel de formadora de recursos humanos. Num mundo em pleno processo de globalização, onde o conhecimento é vital, o reconhecimento de diplomas torna-se indispensável para o desenvolvimento de redes acadêmicas. Através dele é possível consolidar o potencial científico e tecnológico das nações, principalmente, em se tratando de superar o desafio da competitividade dos recursos humanos no Mercado Mundial. Neste sentido, tem-

se colocado em prática políticas públicas de mobilidade acadêmica onde a preocupação central são os critérios avaliativos da formação de recursos humanos. A tendência atual, nesses critérios, é a substituição da avaliação por equivalência de matérias curriculares para a equivalência das instituições de educação superior, em termos de qualidade⁸.

Concomitante ao processo de aumento de mobilidade acadêmica entre os países do Mercosul, necessário se faz também a ordenação de políticas públicas internas, que visem a uma maior articulação entre as instituições de ensino superior do próprio país. O processo de reconhecimento de diplomas e títulos não deve ser somente uma forma de controle burocrático, mas um fator de incentivo na qualidade universitária, levando em conta as particularidades de cada sistema. Além disso, a necessidade de trabalhos conjuntos entre grupos responsáveis pela integração de cada país não deve se restringir apenas ao reconhecimento de diplomas, mas também à regulação do exercício profissional, que é o centro da mobilidade acadêmica.

8 Essa tendência segue a adotada na União Européia (*Comissão das Comunidades Europeias*, 1993; Thune, 1997), de orientação por uma perspectiva nominalista de qualidade, definida como “adequação ao objeto”, onde a noção de qualidade de um fenômeno depende da concepção do sujeito quanto aos objetivos daquele fenômeno, complementada com a perspectiva da existência de noções comuns decorrentes da prática da gestão da qualidade no ensino superior. Tal combinação de perspectivas considera a diversidade de um sistema de ensino superior. A perspectiva de qualidade adotada é comparável a de Birnbaum (1989), que engloba três concepções: a meritocrática, a social e a individualista. É a “tensão entre as diferentes concepções que proporciona a diversidade que protege e reforça o sistema de ensino superior” (apud. *Comissão das Comunidades Europeias*, 1993. p. 3).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando ao título deste artigo, “Mercosul e Educação Universitária: de 1991 ao terceiro milênio”, podemos apontar uma tendência crescente de abrangência dos limites geopolíticos do Mercosul. Podemos apontar, igualmente, a tendência de inclusão de aspectos sociais junto à predominância dos estritamente econômico-comerciais, bem como uma caminhada de forças vivas da comunidade realizando a integração educacional superior. Observa-se, também, o desenvolvimento de políticas públicas fomentadoras dessa integração, paralelamente: à carência de informações sobre os diferentes sistemas (dados não consolidados e com distintas formas de coleta e tratamento); a problemas burocráticos (reconhecimento de títulos e diplomas, com a conseqüente livre circulação dos profissionais); a estruturas culturais e lingüísticas diferenciadas; à carência de financiamento etc. Enfim, pelas características acima apontadas pode-se afirmar que as incertezas existentes, quando da formalização do Mercosul, em 1991, continuam presentes num processo nunca antes construído.

Se, por um lado, a vivência no contexto internacional dominante impõe aos países componentes do Mercosul a influência de organismos orientadores de políticas educacionais que determinam a redução do papel do Estado, a diversificação do sistema, a privatização e a busca de excelência /avaliação para o sistema de educação superior, por outro lado, as diferentes realidades possibilitam respostas domesticadas e não-universais.

Nesta confluência regional-local, está sendo construída a cultura da integração. A perspectiva do respeito às especificidades, refletoras de tradições sócio-culturais, ganha espaço, devendo-se aprender com a experiência dos diferentes países e buscar a superação das dificuldades com este aprendizado. Mas, também, é necessário fortificar as experiências de êxito e mantê-las. Entretanto, tal cultura não implica a eliminação das diferenças, mas o respeito à lógica da subsidiaridade, que garante autonomia aos estados-membros concertada com políticas comuns necessárias à consolidação do Mercosul. Poder-se-ia dizer que de maneira similar à União Européia, em menor grau no Mercosul, com a construção de espaços regionais, adota-se o princípio da interculturalidade, orientando-se pela normatividade, para a geração de competências que possibilitem a participação na sociedade e em culturas comuns. Objetiva-se considerar os indivíduos interculturais e não biculturais, o que lhes possibilita atuar em culturas distintas.

Assim, formalizam-se políticas governamentais comuns ao lado da explosão de redes de conhecimento e de ações acadêmicas advindas das forças vivas da universidade, que trilham caminhos não esperados pelos técnicos do planejamento. O Mercosul universitário é uma realidade. É óbvio que não representa a solução mágica das mazelas internas. Para algumas realidades muito deficitárias, talvez, mas não para o caso brasileiro. Representa uma nova forma de modelo universitário, característico do terceiro milênio. Uma forma que deve ser construída e cujos caminhos podem ser escolhidos considerando os determinantes mundiais. E, mais do que isso, é importante ressaltar que

dentre os objetivos da integração educativa ocupa lugar de destaque a coesão social, a construção /consolidação da comunidade latino-americana, que só se realizará pela inclusão, em cada estado-membro, da perspectiva mercosulina, tendo em vista a ampliação do espaço inicial.

BIBLIOGRAFIA

- Comissão das Comunidades Europeias*. Gestão e garantia da qualidade de no ensino superior europeu: métodos e mecanismos. Educação, Formação e Juventude. Estudos n. 1. Luxemburgo: Serviço de Publicações. Oficina das Comunidades Europeias, 1993. 52 p.
- LAREDO, I. M. "Trasfondo político de los procesos de integración". In: MOROSINI, M. C. (org.). *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994. p. 44-72.
- MEC/SEDIAE. Brasil – Sinopse do Censo Escolar sobre Ensino Superior, 1996. Brasília: MEC/INEP, 1997.
- MOROSINI, M. C. *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.
- _____. Internacionalização dos sistemas universitários: o Mercosul. *Revista Portuguesa de Educação*. IEP – Instituto de Educação e Psicologia. 1996, v.9, n. 2, p. 101-19. Braga: Universidade do Minho, 1996.
- _____. *Políticas e Ações Universitárias no Mercosul*. São Paulo: Autores Associados/EDUFRGS, 1998.
- _____. "Academic networks and the consolidation of Mercosul/European Union". 19' *Annual Eair forum*. Coventry – UK, European Higher Education Society, 1997.
- _____. Mercosul e Educação: solução mágica para os sistemas de educação ou consolidação do processo integrativo? In: LAREDO, I.

Marília Costa Morosini

(comp.). *Estado, Mercado y Sociedad en el Mercosur*: pautas para su viabilización. Rosario: UNR, 1997. p. 257-276.

_____. “Internacionalização de Sistemas Universitários: o Mercosul.”
In: SGUISSARDI, V. (org.). *Políticas Públicas para a Educação Superior*. Piracicaba: EDUNIMEP, 1997. p. 225-74.

SANTOS REGO, M. *Política Educativa en la Unión Europea después de Maastricht*. E.G.^aP, Santiago de Compostela, 1997.

THUNE, C. *The European Pilot Project and its Follow-ups*. 9th International Conference on Assessing Quality in Higher Education. Indianapolis: Indiana University/Purdue University, jul., 1997.

UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

Afrânio Mendes Catani*

Hoje, no Brasil, é impossível pensar qualquer política para a educação superior sem pensar na ação desenvolvida pelo Estado, quer para formular políticas alternativas, quer para realizar “aprimoramentos” ou ajustes naquelas que se encontram em vigor. Entretanto, como adverte Pierre Bourdieu, somos extremamente limitados (e condicionados) em nossas ações, pois, em seu entender “tentar pensar o Estado é expor-se a assumir um pensamento de Estado, a aplicar ao Estado categorias de pensamento produzidas e garantidas pelo Estado e, portanto, a não compreender a verdade mais fundamental do Estado. (...) Um dos poderes principais do Estado [é] o de produzir e impor (especialmente por meio da escola) as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado” (cf. BOURDIEU, Pierre. “Espírito de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, p. 91).

De acordo com informações mais recentes divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacio-

* Professor na Faculdade de Educação (Universidade de São Paulo/USP) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Presidente da Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe (1996-1998).

nais (INEP), atualmente existem cerca de 2 milhões de alunos matriculados em 922 Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, das quais 136 são universidades. As IES privadas constituem-se em maioria (711), sendo que aproximadamente 60% dos estudantes freqüentam estabelecimentos particulares e os 40% restantes, escolas públicas (1.200.000 e 800.000, respectivamente).

Apesar de todas as distinções existentes no sistema de ensino superior do país, integrado por mais de 200 IES públicas, merecem destaque as 52 instituições federais e as 27 estaduais, com campi espalhados por todo o Brasil. Ao lado de algumas poucas universidades e instituições privadas, produzem o que de mais relevante se faz em matéria de investigação científica entre nós. Os professores das IES federais são perto de 43 mil, o das estaduais atingem 24 mil, enquanto os de instituições municipais não ultrapassam a 5 mil. Completam o total de 134 mil docentes aqueles que trabalham na rede privada (62 mil).

É justamente este patrimônio público que se encontra ameaçado, num momento em que o governo reeleito de Fernando Henrique Cardoso começa a utilizar a tesoura, procedendo a uma série de cortes orçamentários, atingindo as IES públicas em cheio. Os cortes incidem, também, sobre o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia que mantém o maior sistema de bolsas para a pesquisa do país. De seu orçamento de R\$ 487 milhões para 1998, já foram subtraídos, por enquanto, R\$ 4 milhões, afetando o apoio a institutos de pesquisa ligados ao órgão, bem como despesas com a administração e auxílios

para a realização de congressos e eventos no Brasil e no exterior. Além disso, não serão aprovadas as substituições de bolsas até o final do ano (cf. *Folha de S. Paulo*, 20.10.98; autores: Fernando Rossetti e Marta Avancini). Por sua vez a CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), já perdeu R\$ 12 de seus R\$ 377 milhões (idem)¹.

O governo, através do ministro Paulo Renato Souza, respondeu que os reitores fazem “terrorismo” pelos jornais, quando anunciam que as escolas podem fechar suas portas devido ao corte de verbas no orçamento destinado à educação no ano que vem: “Se os reitores esperarem até 99, verão que não haverá comprometimento das universidades” e que “nenhuma instituição federal vai deixar de pagar a conta de luz” (cf. *Folha de S. Paulo*, 24.10.98, autoria de Mariana Sgarioni).

O material de imprensa coletado, entretanto, deixa qualquer cidadão aterrorizado: lê-se que dos R\$ 50.099,5 bilhões originalmente previstos para o ano de 1999, foram cortados R\$ 8.673,0 bilhões, reduzindo-se o orçamento para R\$ 41.426,5 bilhões. O título da matéria da *Folha de S. Paulo* de 10.11.98 fala por si: “Cortes na área social são 40,5% do ajuste”. Somados, os Ministérios da Saúde, Educação, Planejamento, Previdência Social, Política Fundiária e Trabalho perderam R\$ 3,51 bilhões em projetos e atividades. O orçamento do Ministério da Educação, na proposta original, era de R\$ 4.656,9 bilhões; foram cortados R\$ 574,7 milhões (12,3%), o que reduziria, na nova proposta, para R\$ 4.082,3 bilhões.

1 Ainda sobre os cortes orçamentários em IES federais, ver matérias na *Folha de S. Paulo* de 21 e 22.10.98.

O ministro Paulo Renato já declarava alguns dias antes que o valor de R\$ 574,7 milhões (que equivale a 10% das despesas de custeio e investimento do MEC) a ser cortado ainda poderia ser modificado: “estamos discutindo com a equipe econômica, não está fechado ainda. (...) O pessoal do Planejamento tem sido bastante receptivo às ponderações e propostas do MEC. Se houver corte, há sempre a possibilidade de reposição no âmbito do Congresso”. Acrescentava, ainda, que as reduções orçamentárias seriam processadas de duas maneiras: “diminuindo os gastos com hospitais universitários e contendo despesas internas do ministério” – o que provocou reação contrária de José Ricardo Salles, presidente do Conselho de Diretores dos Hospitais Universitários Federais, uma vez que, esclarecia, o valor que o MEC repassava já era insuficiente para fazer frente a parte dos gastos que os hospitais têm com atendimento à população (*Folha de S. Paulo*, 06.11.98; matéria de Daniela Falcão)².

Alguns dias depois lê-se que através de um acerto contábil, o MEC cortaria do orçamento de 1999 apenas R\$ 135 milhões dos R\$ 574,7 milhões determinados pelo governo. Os R\$ 440 milhões restantes que os 45 hospitais universitários federais recebem a cada ano do SUS “e são contabilizados como receita própria das universidades deixariam de fazer parte do orçamento do MEC. Com o ajuste contábil, os hospitais universitários continuariam a receber a mesma verba que já recebiam hoje, sem aumento

² Reitores e representantes de nove universidades, responsáveis pela maior parte das pesquisas universitárias no país, repudiaram em Belo Horizonte (MG), durante o 2º Encontro das Universidades Brasileiras de Pesquisa, o corte orçamentário anunciado pelo governo federal. A USP, responsável por 45% dos doutoramentos concluí-

de despesas para o Ministério da Saúde, responsável pelas verbas do Sistema Único de Saúde” (cf. *Folha de S. Paulo*, 12.11.98; matéria de Betina Bernanardes). Os R\$ 440 milhões sumiriam do MEC e, com isso, 76,5% dos cortes do ministério já estariam sendo feitos. Outra alternativa em estudo para cortar parte dos R\$ 135 milhões que faltam é fechar algumas delegacias regionais do MEC (idem)³.

Uma semana depois informa-se que as comissões de Educação da Câmara e do Senado aprovaram dez emendas que podem permitir o acréscimo de cerca de R\$ 355 milhões no orçamento do MEC. A ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) encaminhou às duas comissões proposta de emenda destinando R\$ 170 milhões para as universidades federais, tendo sido aprovada (*Folha de S. Paulo*, 19.11.98). O jornalista Fernando Rossetti, por seu turno, escreve que o próprio MEC reconhece que as universidades não sobrevivem a um “enxugamento” de R\$ 100 milhões no orçamento de custeio e investimento, fixado em R\$ 700 milhões. “Assim, é previsível uma grande pressão sobre os congressistas para que façam emendas que reponham no orçamen-

dos no Brasil, foi representada pelo seu reitor, Jacques Marcovitch. Segundo ele, o corte anunciado para as agências federais de financiamento à pesquisa é de R\$ 240 milhões. O valor representa corte de 19%, praticamente o mesmo percentual aplicado sobre o orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia (18,7 %) – cf. matéria “Reitores fazem manifesto contra perdas”. *Folha de S. Paulo*, 11.11.98, de Carlos Henrique Santiago e Ricardo Bonalume Neto.

- 3 O MEC extinguiu, em 22.12.98, através de decreto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, suas 26 delegacias regionais. Com a extinção, o MEC espera obter uma economia de R\$ 12 milhões por ano. As delegacias regionais tinham 1.590 servidores ativos, 3.820 inativos e 1.906 pensionistas. Os funcionários, informa ainda a matéria, serão redistribuídos por outros órgãos governamentais. (cf. *Folha de S. Paulo*, 23.12.98).

to de 99 o dinheiro que foi cortado pela área econômica do governo”. E acrescenta que esta campanha já havia começada há dois dias, quando a ANDIFES tentou mostrar que os cortes eram inconstitucionais. (cf. F. Rossetti. “Ministério vai acabar ano tapando rombos mais sérios”. *Folha de S. Paulo*, 19.11.98).

O ministro Paulo Renato Souza propôs ao Presidente da República três alternativas para enfrentar escassez de recursos vigente na área educacional: a fusão do Ministério da Educação (MEC) com o da Ciência e Tecnologia (MCT). A idéia, segundo ele, seria a de “coordenar melhor as ações desses dois ministérios em relação à universidades federais”. As outras duas alternativas são: 1) manter a atual divisão, mas com alguma instância encarregada de fazer a articulação das ações; 2) passar a administração das 52 instituições federais de Ensino Superior do MEC para MCT”. (cf. *Folha de S. Paulo*, 03.12.98. “FHC estuda fundir Educação e Ciência”, de Fernando Rossetti). Estas propostas receberam ressalvas do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sérgio Henrique Ferreira: “O que me preocupa é a insensibilidade do Paulo Renato achar que fazer ciência e ensinar ciência são a mesma coisa. Ele tem capacidade administrativa, mas não tem sensibilidade científica”. O presidente da ANDIFES, José Ivonildo do Rêgo reconhece que atualmente a articulação entre ensino superior e ciência e tecnologia não é boa. Reclama que o MCT passou a ser um “balcão” de atendimento de demandas de cientistas, segundo as atribuições do CNPq”. Para ele, a função do MCT “seria fazer política para o setor junto com outros ministérios. Mas, aquele que

seria o órgão para isso, o Conselho de Ciência e Tecnologia, nunca foi acionado”. (cf. *Folha de S. Paulo*, 03.12.98. Depoimentos recolhidos por Ricardo Bonalume Neto).

Observa-se, por parte do governo e de significativos setores da grande imprensa, a difusão de mentalidade que procura desqualificar o que é público e sacralizar o que é privado. Nesse sentido, o modelo ideal, sempre invocado, é o do Chile: naquele país, a partir de 1981, o Estado foi reduzindo gradativamente seus aportes financeiros para as universidades públicas, chegando hoje a destinar não mais de 40% do que gastava no início da década passada. O restante é conseguido, basicamente, através da cobrança de mensalidades, pagas pelos alunos.

O governo FHC não quer mais gastar cerca de R\$ 5,7 bilhões por ano com as universidades federais; quer reduzir significativamente esse dispêndio. Desse total que o MEC passou às IES federais, 94% foram destinados ao pagamento da folha de pessoal (salários e benefícios como vale-transporte e tíquete-alimentação). Assim, sobra muito pouco para pesquisa, manutenção e investimentos na estrutura física das instituições (R\$ 392 milhões). Se fossem somados os recursos gerados pelas próprias universidades em 1997 (como a cobrança da taxa de inscrição no vestibular), o total disponível sobe para R\$ 6,2 bilhões. Desse total, R\$ 5,02 bilhões são gastos com pessoal, sendo R\$ 1,47 bilhão o montante dispendido com inativos e pensionistas (cf. *Folha de S. Paulo*, 02.12.98, matérias de Daniela Falcão e Betina Bernardes). Assim, a artilharia Tucana concentra-se, inicialmente, em tentar aplainar o terreno para conceder autonomia administrativa às universidades (raci-

ocinam que os reitores iriam cortando, aos poucos, a “gordura”, isto é, o excesso de pessoal, promovendo pequenas – mas constantes – levadas de demissões). Há, no Congresso, emenda constitucional que leva água para esse moinho. Aprovando-se a emenda da autonomia administrativa, os reitores teriam condições de elaborar seus próprios orçamentos, com plena liberdade para abrir/fechar cursos, criar novos critérios de remuneração e incrementar a captação de recursos através da venda de serviços e consultorias para o mercado⁴.

Numa segunda etapa, viria a cobrança de taxas dos alunos. Na revista *Veja*, edição de 15.07.98, encontra-se longa matéria sobre as universidades federais (“À Esquerda da Reforma”). Nela, há um *box*, expressivamente chamado “Por que não cobrar mensalidade?”, com as habituais pérolas do gênero e desembocando na já mencionada “chilenização” do sistema de ensino superior. Esse seria o ideal a se conquistar. O próprio ministro Paulo Renato Souza se assusta quando os técnicos do MEC tentam discutir, ao mesmo tempo, as questões da autonomia e a cobrança de mensalidades: isso levaria a uma aliança entre professores e alunos, o que nesse momento é inconveniente. “Não é hora para essa discussão”, diz Paulo Renato, na citada matéria de *Veja*. Nesta mesma publicação o Pró-Reitor de Pesquisa da USP, Hernán Chaimovitch, faz de-

4 Na hora de se distribuírem as verbas, novos critérios seriam utilizados: o montante destinado à pesquisa seria concentrado nos centros de excelência (cerca de meia dúzia dentre o total das IES), alocado com base na produtividade científica, qualificação dos professores, número de alunos, notas obtidas no “Provão” (Exame Nacional de Cursos) etc.

clarações que são, no mínimo, preocupantes: “cobrar não significa privatizar”⁵.

No âmbito do MEC, todavia, as discussões com os deputados da base governista tiveram início, visando a possibilidade de apresentar emenda constitucional que permitisse a cobrança de mensalidades. Segundo o jornalista Fernando Rossetti, “a discussão ocorreu depois que o diretor-geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Saúde e Cultura), Federico Mayor, declarou em Paris ser favorável ao pagamento do ensino superior público pelos “estudantes ricos” (“Crise reforça a polêmica sobre a cobrança em universidade pública”. *Folha de S. Paulo*, 20.10.98). E detalha as três posições principais em torno do tema. A primeira defende o ensino público gratuito, como um direito constitucional, que não deve sofrer alteração. A segunda entende que se pode até cobrar mensalidades, mas é necessário resolver, antes, uma questão séria: “como garantir que os pobres não sejam segregados”. Finalmente, há a proposição mais radical: “mudarse a Constituição, abrindo-se a possibilidade da cobrança, e cada universidade define se será paga ou não”.

As perspectivas para o período de 1999-2002, correspondente ao segundo mandato de FHC, são alarmantes para o futuro da universidade pública brasileira. Com cer-

5 José Arthur Giannotti, presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e professor aposentado da USP, defende o pagamento do ensino universitário ministrado pelas instituições públicas. O montante dos pagamentos seria reunido num fundo gerido pelos alunos, professores e pelo poder público, com a finalidade de incentivar a entrada de estudantes pobres nas universidades. (cf. entrevista concedida a Élio Gaspari. *Folha de S. Paulo*, 13.12.98).

teza elas continuarão a existir a médio prazo, mas com formato bastante distinto daquele que possuem hoje.

O historiador Eric Hobsbawm afirmou recentemente, por ocasião da publicação da edição brasileira de seu livro *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*, que “as gerações mais novas acham difícil entender o que aconteceu antes, pois vivem num mundo diferente, e as antigas não se sentem mais à vontade nesse mundo novo (...) A tecnologia avançada das sociedades de consumo produz uma maneira de perceber o mundo que é um eterno presente. O que vale é o que você vê na TV. Não existe mais uma conexão orgânica com o passado. Grande parte das pessoas, principalmente as mais jovens, vive neste presente eterno. Ontem deixou de ser uma referência, exceto para fins biográficos pessoais”.

É contra essa situação, contra esse “presente eterno” mencionado por Hobsbawm que devemos lutar, para se evitar que muito em breve, quando alguém fizer menção à universidade pública brasileira gratuita, não iniciemos nossas respostas dessa maneira: “Ah, eu me lembro...”.

América Latina: impasses e alternativas

ANEXO

BOLSAS EM VIGÊNCIA NO PAÍS

Modalidade	CNPq	CAPES	FAPESP (SP)	TOTAL
Mestrado	6.246	11.897	2.415	20.558
Doutorado	5.061	7.305	1.960	14.326
Pós-Doutorado	217	-	396	613
Bolsas p/ Pró-Reitoria	-	709	-	709
Aperfeiçoamento	900	-	32	932
Iniciação Científica	18.452	-	1760	20.212
TOTAL	30.876	19.911	6.563	57.350

Fonte: *Noticias FAPESP*, n. 37, nov. 1998, p. 6.

PAPEL ESTRATÉGICO DOS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

Paulo Henrique Martinez*

I. INTRODUÇÃO

A questão dos currículos escolares ou *planes de estudios* está colocada no âmbito da educação formal e do debate de como esta pode beneficiar a formação do historiador, a sociedade e a realidade em construção. A própria dinâmica social tem produzido modificações que podem auxiliar na reflexão de como preparar os historiadores para um mundo em transformação tão acelerada. No Brasil, por exemplo, os processos de integração regional, inicialmente através do Mercosul, provocaram uma corrida aos cursos do idioma espanhol como não se conheceria em épocas passadas.

Na década de 90, a compreensão da América Latina tem sido ditada pelas necessidades econômicas e sociais decorrentes dos acordos recentes de integração comercial, investimentos de capital e transferência de tecnologias, entre outros fatores. O tema da *integração latino-americana* ganhou novas feições conforme as respostas para indagações como: quem integra? como integra? em que integra? Diante desse processo, que lugar ocupam os estudos latino-ame-

* Doutor em História Social – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

icanos, vistos no terreno das humanidades (e não naqueles dos programas técnicos ou de ativismo militante)?

Neste sentido, convém examinar as principais características da integração latino-americana que se anuncia com os processos políticos recentes, como ALCA e Mercosul, e o papel que a educação, através das ciências humanas, pode desempenhar na condução destes para, sempre que possível, reorientá-los sob uma perspectiva sócio-cultural mais abrangente, menos imediatista e menos mercantil.

II. AMÉRICA LATINA, QUAL INTEGRAÇÃO ?

O debate sobre a integração dos países da América Latina ganhou nova versão e dimensão, a partir de dezembro de 1994. Neste ano, reunidos em Miami, sob a coordenação norte-americana, representantes de trinta e quatro países do continente concordaram em estipular uma agenda para a formação da ALCA, a qual foi mais um item no tema da integração econômica, que passou a ocupar espaços crescentes na pauta das conversações internacionais, da mídia, dos círculos políticos e acadêmicos, a partir dos anos 90. Contudo, o ritmo e o calendário de constituição da ALCA foi palco de disputas e negociações, nem sempre consensuais. No continente americano tivemos a formação dos blocos econômicos regionais, como o NAFTA (1992) e o Mercosul (1991). A formação da ALCA foi, fundamentalmente, a criação de uma grande área territorial, composta por países do continente americano, onde as relações comerciais estariam isentas de tarifas aduaneiras. As

principais resistências, até o momento, têm ocorrido na definição do cronograma de abertura dos mercados. Neste embate houve duas posições predominantes em disputa, a dos Estados Unidos e a do Mercosul.

Os EUA defenderam uma integração acelerada, a ser concluída em 2005. A ALCA seria caracterizada, praticamente, como uma extensão do NAFTA, preservando o processo de integração sob controle norte-americano. Por outro lado, o Mercosul procurou imprimir um ritmo mais lento ao processo, demarcando-o com etapas progressivas de integração, simplificando os trâmites burocráticos alfandegários, ajustando as regulamentações e normas comerciais e, finalmente, o livre acesso aos mercados. Este processo seria iniciado em 2005, quando o Mercosul estaria consolidado e a Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) implementada.

Ambas propostas envolvem questões de longo prazo, às quais devemos estar atentos. O governo Clinton tem mantido, na política externa, a mesma linha seguida durante seu primeiro mandato, ou seja, continua privilegiando as relações com a Europa, com uma atuação “vigilante” no Oriente Médio e uma posição de cautela e expectativa perante a Ásia, em geral, e a China, em particular. À América Latina as relações exteriores dos EUA têm reservado um espaço secundário com ênfase econômica, quase que exclusivamente comercial. O próprio presidente Clinton manifestou intenção de ampliar os mercados na região. No horizonte estratégico da política externa dos EUA, a curto prazo, está a abertura de novos mercados para os produtos do país na América Latina, sendo a ALCA

o instrumento para alcançar este objetivo. A médio e longo prazos está a integração da União Européia com a ALCA, conferindo à esta sigla um novo significado: Área de Livre Comércio do Atlântico.

Considerando que a natureza da ALCA foi estritamente mercantil e que a maioria dos países latino-americanos é dotada de uma frágil e restrita base industrial, a redução tarifária nas relações comerciais com os países industrializados do continente torna-se uma vantagem atraente para suas débeis economias. Mas, por esta mesma razão, a ALCA traz em seu ventre o risco do déficit comercial e do desemprego crescentes. Países como Brasil e Argentina, por exemplo, tentam a inserção na economia mundial em busca de capitais e tecnologia, o que faz da integração econômica um caminho fácil e rápido. Contudo, não os afasta dos riscos que correm os demais países do continente, como indicam as estatísticas do desemprego de ambos.

Em um cenário como este, convém pensar o papel da educação enquanto agente desta integração. Creio que ela possa desempenhar um papel estratégico, ao possibilitar outras alternativas de atuação e abrir perspectivas que não aquelas meramente econômicas.

III. PAPEL ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO NA INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

A especificidade da América Latina, dotada de uma história e de grandes tradições culturais comuns, constitui-se em um trunfo para facilitar o intercâmbio e a implantação de projetos conjuntos no futuro.

O Tratado de Assunção, resultado da II Reunião do Conselho do Mercosul, em março de 1991, definiu, entre outras medidas, o caráter cooperativo do Mercosul, assentado em ações de reciprocidade entre os países-membros. Este regime de cooperação para o surgimento de um bloco econômico no cone sul sugeriu uma integração regional em múltiplos aspectos.

Atento às dimensões culturais e educacionais deste processo, o Tratado de Assunção previu o estabelecimento de um programa de reorganização das universidades, com vistas à integração dos sistemas de ensino superior dos países-membros do Mercosul. As universidades passaram a ocupar uma importante posição estratégica, enquanto instituições de cooperação, dada a centralidade da ciência, da tecnologia, da informação e do conhecimento no conjunto das economias nacionais, dos blocos regionais e da ordem econômica internacional em consolidação. A consecução dos objetivos comuns do Mercosul dependem da ampliação e do incremento da produtividade, da tecnologia, da modernização dos processos produtivos destas economias, realçando a necessidade, o papel e a importância da formação de investigadores e especialistas em integração da América Latina, através da constituição de núcleos de excelência em estudos latino-americanos.

Pautando-se pela percepção de cenários e conjunturas de médio e longo prazos para suas ações e inserção institucional, as universidades poderão ser agentes ativos nos processos de integração regional da América Latina, em geral, e do Mercosul, em particular. Os estudos e as pesquisas regulares sobre a realidade latino-americana per-

mitem um tratamento objetivo e adequado dos problemas, proporcionando o conhecimento mútuo dos países do continente, fonte de informações, experiências e via de acesso para a produção local de recursos humanos qualificados, sociedades mais democráticas, justas e equilibradas.

A formação da ALCA revelou a amplitude que podem adquirir questões e problemas referentes à integração econômica e a necessidade de compreensão e análise das novas realidades internacionais e intercontinentais. Este cenário internacional em configuração requer a mobilização de instituições, entidades e especialistas aptos e capacitados para uma intervenção efetiva, que maximize as oportunidades de investimento, produtividade, bem como o incremento das relações comerciais e a cooperação intergovernamental, através da geração de conhecimento, tecnologia e análises aprofundadas das conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais do quadro mundial. Universidades européias e norte-americanas, por exemplo, mantêm, com frequência, centros e programas de estudos latino-americanos. Argentina, Brasil, Cuba, México e Venezuela dispõem de estruturas universitárias capazes de produzir análises de conjunto, em perspectivas de curto, médio e longo prazos. O perfil destes recursos humanos, gerados nas universidades latino-americanas, poderá contribuir para uma reorientação nos rumos e na constituição de rotas alternativas mais favoráveis aos interesses e necessidades das sociedades que enfrentarão processo de integração econômica e seus efeitos mais imediatos.

Este final de século exige, portanto, a preparação de recursos humanos de alto nível em temáticas latino-ameri-

canas, sendo que tais estudos podem se constituir em um impulsionador estratégico na inserção do continente nos processos de internacionalização da economia. Neste contexto, a educação ocupa um papel de destaque na aproximação das sociedades da América Latina, uma vez que as relações culturais, em geral, têm sido pobres, apesar de serem bastante ricos os laços históricos.

IV. OS HISTORIADORES E OS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

A contribuição estratégica dos historiadores deve partir de dois pontos. Primeiro, é necessário dar um novo calibre ao conhecimento histórico, transformando a História em disciplina motriz dos estudos latino-americanos. Em segundo lugar, deve-se superar a simples “prestação de serviços”, como a elaboração de bibliografias, organização de bibliotecas e a realização de pesquisas individuais, de grande utilidade, sem dúvida alguma, porém insuficientes. Trata-se, sobretudo, de intensificar os estudos da natureza histórica da América Latina e do Caribe, sob uma perspectiva crítica¹.

Uma orientação dos estudos latino-americanos, sob esse prisma, pode derivar, entre outros resultados, na produção de uma nova consciência regional latino-americana, tal como ocorreu nos anos 50 e 60 através das análises da CEPAL, da “diáspora” de intelectuais, muitos deles movidos pelo exílio forçado ou voluntário, e a emergência geopolítica do continente no cenário político mundial. A

1 O *brazilianista* Richard Morse não se inibe em proclamar que “os historiadores são a raça cósmica dos estudos latino-americanos”. In: *A volta de Mcluhanáima*, p. 229.

década de 70 também produziu, a partir dos movimentos de esquerda, uma concepção de integração da América Latina como forma de vencer o subdesenvolvimento, através da solidariedade e dos esforços internacionais conjuntos. A revolução sandinista, na Nicarágua, constituiu o principal pólo aglutinador dessa solidariedade latino-americana.

O debate sobre os currículos escolares ou *planes de estudios* constitui-se um terreno para a crítica, onde a delimitação de um campo para os estudos latino-americanos torna-se eficiente instrumento para a redução das distâncias históricas e culturais entre Brasil/América Hispânica/Caribe/EUA/Canadá. Entendo que a verticalidade da especialização deve ser refutada, pois conflita abertamente com as dimensões do próprio objeto de conhecimento. Um programa geral para os estudos latino-americanos pode ser pautado pela priorização de alguns aspectos, merecendo destaque:

a) a realização dos estudos em uma perspectiva comparada. A produção do conhecimento histórico no Brasil e em Quebec (Canadá) tem pronunciada influência da historiografia francesa dos *Annales*, por exemplo;

b) a interdisciplinaridade. Pode apresentar resultados bastante fecundos no estudo de temas como, entre outros, a urbanização, a industrialização, e a integração nacional;

c) a organização institucional dos estudos latino-americanos. Em geral as estruturas universitárias conservam distantes, quando não apartadas, as áreas do conhecimen-

to que guardam afinidades, como letras e literatura, artes, história;²

d) a realização de congressos, reuniões e eventos sobre América Latina. A promoção de encontros freqüentes entre estudiosos das questões e temas latino-americanos fortalece o intercâmbio e aproximação de experiências, projetos e pesquisadores.

Um caminho que se pode se revelar fecundo para a compreensão global da América Latina reside no estabelecimento de um elenco de questões e temáticas centrais para os países que a compõem. Os vínculos entre a realidade continental e a localidade onde vive o historiador, a história diplomática dos países latino-americanos, as culturas afro-americanas, a presença das “escolas historiográficas” no conhecimento histórico produzido na América Latina, movimentos e idéias políticas, as relações com o EUA, Inglaterra, Espanha e Portugal, integração nacional, são alguns temas que possibilitam a superação dos obstáculos históricos e culturais que têm dificultado a realização dos estudos latino-americanos, particularmente no Brasil.

V. OS ESTUDOS LATINO-AMERICANOS NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BRASIL)

Os estudos latino-americanos desenvolvidos na Universidade de São Paulo estão distribuídos, predominantemente

2 Autores como Angel Rama, Carlos Guilherme Mota e Richard Morse chamam a atenção para o isolamento em que vivem as disciplinas interessadas no objeto *América Latina* e a necessidade de um maior diálogo e intercâmbio entre elas. Richard Morse, porém, prefere uma “sociologia crítica”, no lugar de estudos interdisciplinares. Op. cit., p. 242.

mente, na áreas de humanidades. Dentre os principais núcleos de ensino, investigação e difusão que têm como objeto de interesse as temáticas latino-americanas e do Caribe, os mais próximos do campo de trabalho dos historiadores têm sido os seguintes:

1) *Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina* (PROLAM)

Natureza: curso de pós-graduação interdisciplinar, em níveis de Mestrado e Doutorado.

Atividades principais: ensino e pesquisa interdisciplinar.

Ano de criação: 1989.

Serviços: acervo com aproximadamente 65 dissertações de Mestrado sobre problemáticas latino-americanas e caribenhas.

2) *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina* (CEDHAL)

Natureza: centro de pesquisa interdisciplinar e interdepartamental da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Atividades principais: pesquisa, projetos coletivos de reflexão e investigação, difusão.

Ano de criação: 1986.

Serviços: banco de dados bibliográfico, documental e séries de dados; boletim *Populações*.

3) *Departamento de História*, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Natureza: curso de graduação em História, com quatro disciplinas sobre História da América: Colonial I e II; Independente I e II, e dois cursos de pós-graduação: História Social e História Econômica, em níveis de Mestrado e Doutorado.

América Latina: impasses e alternativas

Atividades principais: ensino, pesquisa, difusão.

Ano de criação: 1934 e reorganizado em 1969.

Serviços: biblioteca especializada; centro de apoio à pesquisa histórica, contendo: banco de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado concluídas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; leitoras de microfilmes; coleção de videocassetes sobre América Latina e eventos realizados no Departamento de História, espaço para exposições, sala de estudos.

4) *Cátedra Simon Bolívar*, do Instituto de Estudos Avançados (IEA)

Natureza: convênio firmado com a Fundação Memorial da América Latina

Atividades principais: pesquisa, reflexão teórica.

Ano de criação: 1993.

Serviços: organização de eventos e intercâmbio entre pesquisadores.

Em tempos recentes, no IEA/USP foi organizado o Grupo de Trabalho *História, Memória e Reinvenção da América Latina*, congregando professores e alunos de pós-graduação.

BIBLIOGRAFIA

- CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. (org.). *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1998.

Paulo Henrique Martinez

- CEDHAL. *Cinco anos de CEDHAL*. Relatório sumário. São Paulo: CEDHAL, 1990.
- MOROSINI, Marília Costa (org.). *Marcosul/Mercosur: políticas e ações universitárias*. Campinas/Porto Alegre: Autores Associados/Editora da Universidade, 1998.
- MORSE, Richard M. *A volta de McLuhanáima: cinco estudos solenes e uma brincadeira séria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOTA, Carlos Guilherme. Estudos brasileiros nos EUA. *O Estado de S. Paulo*, abr. 97.
- RAMA, Angel. *Programa de estudios latinoamericanos: informe preliminar*. Almanaque, 11: 73-82, 1980. (São Paulo: Brasiliense).
- RUIZ GAYTAN, Beatriz. "El conocimiento de la história como obstáculo y posibilidad de la integración e identidad latinoamericana". In: *Ibero-América 500 años despues: identidad e integración*. México: UNAM, 1993.

A METAMORFOSE DO HOMEM: DE ERÓTICO A CORDIAL

Sedi Hirano*

Neste pequeno ensaio procura-se destacar, entre as várias imagens do homem brasileiro, duas construídas, uma por Gilberto Freyre, e outra, por Sérgio Buarque de Holanda. Na obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, ele diferencia a depravação do erotismo.

A depravação sexual é inerente à escravidão:

“Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime” (Freyre, 1992: 316).

É por isso que Joaquim Nabuco colheu, num manifesto de fazendeiros, a seguinte afirmação:

“a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador” (*O Abolicionismo*, citado por Freyre).

Para Freyre, havia um claro interesse econômico que favorecia a depravação sexual, “criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número

* Professor no Departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

possível de crias”. Hábito esse que os portugueses tinham trazido desde a época em que escravizavam os mouros e negros, sem dar a eles o sacramento do batismo e nem a educação religiosa mínima. Alexandre Herculano informa que os senhores favoreciam a dissolução para

“aumentarem o número de crias como quem promove o acréscimo de um rebanho” (Herculano, A. *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*).

No clima moral criado pelo interesse econômico dos senhores de escravos, não havia como evitar a dissolução, a libidinagem e a luxúria. “O que se queria era que os ventres das mulheres gerassem. Que as negras produzissem moleques”, conforme afirma Gilberto Freyre (1992: 317).

A luxúria, portanto, não foi trazida da África pelos negros e negras:

“A precoce voluptuosidade, a fome de mulher que aos treze ou quatorze anos faz de todo brasileiro um *don juan* não vem do contágio ou do sangue da ‘raça inferior’ mas do sistema econômico e social da nossa formação; e um pouco, talvez, do clima; do ar mole, grosso, morno, que cedo nos parece predispor aos chamegos do amor e ao mesmo tempo nos afastar de todo esforço persistente. Impossível negar-se a ação do clima sobre a moral sexual das sociedades” (Idem, p. 321).

América Latina: impasses e alternativas

Há, deste modo, um lado depravado da sensualidade do homem pré-brasileiro e brasileiro que advém do sistema social montado para a exploração dos trópicos. Este luso-brasileiro foi fundador de uma nova ordem econômica e social através da qual construiu-se um novo tipo de habitação: a casa-grande. Ela representa:

“todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater familia culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (...); de política (o compadrismo) (Freyre, 1992, LIII).

Logo, não há condição priápica inerente ao homem português ou ao homem brasileiro. Mas, há certas condições sociais e culturais, que tornam os luso-brasileiros extremamente permissivos no relacionamento sexual multirracial. Entre estas, apontam-se: a) escassez de mulheres brancas; b) quase nenhuma consciência de raça e, c) o clima.

Diz Gilberto Freyre:

“No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sis-

tema de produção econômica – a monocultura latifundiária; do outro pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores” (Freyre, 1992: XLIX).

“Vencedores no sentido militar e técnico sobre as populações indígenas; dominadores absolutos dos negros importados da África para o duro trabalho da bagaceira, os europeus e seus descendentes quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que doutro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata-tropical; entre a casa-grande e a senzala. (...). A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadradona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social do Brasil (Freyre, 1992: 1).

América Latina: impasses e alternativas

“Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. (...). A singular predisposição do português para colonização híbrida e escravocrata dos trópicos explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre Europa e a África. Nem intransigentemente de uma nem de outra, mas das duas. A influência africana fervendo sobre a europeia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez da moral e doutrinária da Igreja medieval... (...). Corrigindo até certo ponto tão grande influência do clima amolecedor, atuaram sobre caráter do português, entesando-o, as condições sempre tensas e vibráteis de contato humano entre a Europa e a África; o constante estado de guerra (que entretanto não ex-

cluiu nunca a miscigenação nem a atração sexual entre as duas raças, muito menos o intercuro entre as duas culturas)...” (Freyre, 1992: 4-5).

“A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, numa atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (...). A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparava-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros” (Freyre, 1992: 8-9).

“No caso do brasileiro, desde menino tão guloso de mulher, atuaram, ainda, com mais força, influências de caráter social contrárias à continência, ao ascetismo, à monogamia. Entre nós o clima tropical terá indiretamente con-

tribuído para a superexcitação sexual de meninos e adolescentes; para a sua antecipação, tantas vezes mórbida, no exercício de funções sexuais e conjugais. (...). Não é ponto sobre o qual se possa sentenciar, esse do clima tropical antecipar por influência sua direta, a vida sexual. Há quem desloque o fato para a questão de raça e até para a social, de classe e ambiente. Que nos adventícios o clima superexcite os órgãos sexuais e antecipe nas mulheres a menstruação parece fora de dúvida” (Freyre, 1992: 253-254).

Para Gilberto Freyre, o homem brasileiro erótico resulta do homem pré-brasileiro lusitano que, no processo de construção de sua nacionalidade, acaba criando zonas de confraternização entre vencedores e vencidos. Esta pulsão para sociabilidade falô orientada, carregada de erotismo físico, serve para a grande descarga da libido. Isto ocorre, devido ao tipo de empreendimento português que se realiza como projeto organizado em torno de poucos homens e com uma tremenda escassez de mulheres brancas. Diante desta circunstância, a miscibilidade é uma condição de sobrevivência do próprio sistema montado para a perpetuação e, portanto, para a estabilidade da produção econômica e social, dando à produção social uma grande marca fálica.

Mas, esta marca fálica é parte da própria cultura lusitana. Ela se expressa no próprio cristianismo que, “em Portugal, tantas vezes tomou características quase pagãs de culto fálico.

“Os grandes santos nacionais tornaram-se aqueles a quem a imaginação dos povos achou de atribuir milagrosa intervenção em aproximar os sexos, em fecundar as mulheres, em proteger a maternidade: Santo Antônio, São João, São Gonçalo do Amarante, São Pedro, o Menino de Deus, Nossa Senhora do Ó, da Boa Hora, da Conceição, do Bom Sucesso, do Bom Parto. (...). Uma das primeiras festas meio populares, meio de igreja, de que nos falam as crônicas coloniais do Brasil é a de São João já com as fogueiras e as danças. Pois as funções desse popularíssimo santo são afrodisíacas; e ao seu culto ligam até práticas e cantigas sensuais. É o santo casamenteiro por excelência:

Dai-me noivo, São João, dai-me noivo, dai-me noivo, quem me quero casar.

As sortes que se fazem na noite ou na madrugada de São João, festejado a foguetes, busca-pés e vivas, visam tanto no Brasil quanto em Portugal, a união dos sexos, o casamento, o amor que se deseja e não se encontrou ainda. (...).

Outros interesses de amor encontram proteção em Santo Antônio. Por exemplo: as afeições perdidas. Os noivos, maridos ou amantes desaparecidos. Os amores frios ou mortos. É um dos santos que mais encontramos associados às práticas de feitiçaria afrodisíaca no Brasil. (...). São Gonçalo do Amarante presta-se a

América Latina: impasses e alternativas

sem-cerimônias ainda maiores. Ao seu culto é que se acham ligadas as práticas mais livres e sensuais. Às vezes até safadezas e porcarias. Atribuem-lhe a especialidade de arrumar marido ou amante para as velhas como a São Pedro a de casar viúvas. Mas quase todos os amorosos recorrem a São Gonçalo:

Casai-me, casai-me,
São Gonçalinho,
Que hei de rezar-vos,
Amigo Santinho

Exceção só das moças:

São Gonçalo do Amarante,
Casamenteiro das velhas,
Por que não casais as moças?
Que mal vos fizeram elas?

Gente estéril, maninha, impotente, é a São Gonçalo que se agarra nas suas últimas esperanças. (...). Dançou-se e namorou-se muito nas igrejas coloniais do Brasil (...). Havia, também, o costume das mulheres estéreis de se friccionarem 'desnudadas', pelas pernas da imagem jacente do Bem-Aventurado, enquanto os crentes rezam baixinho e não erguem os olhos para o que não devem ver. A fricção sexual dos tempos pagãos acomodada a formas católicas. (...). O erotismo grosso, plebeu, domina em Portu-

gal todas as classes, considerando-se efeminado o homem que não faça uso dos gestos e dos palavrões obscenos. A mesma coisa do Brasil, onde esse erotismo lusitano só fez encontrar ambiente propício nas condições lúbricas de colonização. A maior delícia do brasileiro é conversar safadeza. História de frades com freiras. De portugueses com negras. De ingleses impotentes. (...). Nessa instituição social – a escravidão – é que encontramos na verdade o grande excitante de sensualidade entre portugueses, como mais tarde entre brasileiros. Talvez o maior em Portugal, abaixo da necessidade de gente para a tarefa de colonização. Tarefa desproporcionada aos recursos normais da população e obrigando-a a manter-se sempre superexcitada, no interesse da procriação à grande” (Freyre, 1992: 246, 247, 248, 251-252).

O culto do falo é um traço característico da própria cultura lusitana, que se expandiu para os trópicos com a vinda dos portugueses para o Brasil. Existe, portanto, por uma série de razões históricas relacionadas com as guerras de conquistas, com a política de colonização e de evangelização realizadas com escasso capital-homem, num continente sem mulheres brancas e abundantemente povoadas por índias nuas e carnudas, uma predisposição para a liberação do erotismo e da sensualidade culturalmente orientada. Esta soltura da libido realizou-se num meio tropical, sem a rigidez moral própria de cultura e sociedade estabilizada pela vigência de instituições seculares.

América Latina: impasses e alternativas

No Brasil, tudo estava em construção, desde a vida social, as instituições e os valores que giravam em torno da vida econômica e política e, assim, as normas e as regras eram relativamente lábeis.

Num ambiente tropical, o português pré-brasileiro e, posteriormente, o próprio brasileiro, por serem povos etnicamente mestiços, de personalidade e valores também lábeis, quanto à sua própria raça, advindo daí uma baixíssima consciência de raça, não tinham quase nada a preservar: nem raça, nem tradição, nem família, nem uma moral sexual obsequiosamente moderada pela cultura tradicional. Neste ambiente tropical, quase que totalmente liberado, a sexualidade de confraternização entre etnias praticou-se sem limites:

“A transigência com o elemento nativo se impunha à política colonial portuguesa: as circunstâncias facilitaram-na. A luxúria dos indivíduos soltos sem família, no meio da indiada nua, vinha servir a poderosas razões de Estado no sentido de rápido povoamento mestiço da nova terra. E o certo é que sobre a mulher gentia fundou-se e desenvolveu-se através dos séculos XVI e XVII o grosso da sociedade, num largo e profundo mestiçamento, que a interferência dos padres da Companhia salvou de resolver-se todo em libertinagem para em grande parte regularizar-se em casamento cristão”.

“O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual”.

“O europeu saltava em terra escorregando em índia nua. (...). Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses supunham deuses. (...)”.

“Neste o amor foi só físico; com gosto só de carne, dele resultando filhos que os pais cristãos pouco se importaram de educar ou criar à moda européia ou à sombra da Igreja” (Freyre, 1992: 92-93).

Estes excertos permitem afirmar que, para Gilberto Freyre, há dois tipos de liberação da sexualidade. A primeira, uma liberação sexual culturalmente orientada, legitimada por valores sociais e pelas instituições religiosas. Neste caso, há um erotismo próprio da cultura luso-brasileira, que na época colonial era sacramentada pela eterna vigilância religiosa, principalmente, pelos jesuítas que abafavam a espontaneidade devassa, obstruindo o caminho da depravação sexual. Deste modo, o que existia na relação sexual entre portugueses e as índias era uma confraternização, cujos resultados, poderiam no futuro, ser regularizados através dos sacramentos ministrados pela igreja, tornando-se eles cristãos.

Por outro lado, a relação sexual e a forma de realizá-la na escravidão era uma manifesta depravação: era uma posse para criação, com clara orientação econômica, visando aumentar o rebanho. Este ato é material e fisicamente depravado e violento. As crias resultantes do ato

sexual economicamente orientado eram, do mesmo modo, depravadas, porque elas não recebiam nenhum sacramento do batismo, faltando, assim, no ato e no produto sexual, a legitimação dos preceitos religiosos. Nesse sentido, as crias são coisas, mercadorias-escravas, não seres-cristãos. Faltam nas crias o selo legitimador das instituições sociais, elas permanecem coisa depravada, produto da devassidão.

Pode-se dizer que, no nosso entendimento, há em Gilberto Freyre uma forte marca conservadora em suas análises, onde a questão da legalidade e da legitimidade depende de uma avaliação institucional, no caso jurídico-religiosa.

Há uma outra questão que gostaríamos de desenvolver, mas por falta de tempo e de espaço, apenas apontamos: a questão da miscigenação e da democracia social no Brasil. Se a miscigenação, como diz Freyre, amplamente praticada, corrige a distância, agindo poderosamente no sentido da democratização social, ela é, em si, funcionalmente positiva em qualquer direção e sentido e transforma a idéia de ato sexual depravado, num juízo de valor, portanto, discutível.

Será que há uma miscigenação democrática e outra autoritária? Ou ainda, será que toda miscigenação é confraternização entre vencedores e vencidos, como diz Gilberto Freyre? Será que não há no sistema escravocrata uma relação social e de poder inerentemente autoritária, sem nenhuma diminuição da distância social? Como é que fica a questão da hierarquia e da disciplina? Se democracia social, significa, em qualquer acepção, liberdade, igualdade e justiça social compartilhadas por uma coletividade ou um povo, como elas se apresentam no processo de interação

falo-social? Uma relação apenas fálica não produz sempre uma diminuição da distância social, não resultando, necessariamente, na liberdade, na igualdade e na comunhão de emoções e sentimentos.

No sistema escravocrata de produção, na casa-grande e nas senzalas, as relações são quase que totalmente autoritárias: uma relação de imposição de vontades. Em vista disso, a visão das relações raciais no Brasil de Gilberto Freyre são totalmente românticas. O homem erótico gilbertiano é um homem autoritário, que tem poder absoluto dentro da casa-grande, dentro da esfera privada. O homem erótico brasileiro, analisado por Freyre, é um produto da ordem privada autoritária dos sistemas escravocratas de produção. Reflete a ausência da ordem pública, portanto, do Estado. Sem Estado e sociedade civil livres e organizados não há democracia social.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda traça o perfil do homem pré-brasileiro, realçando nele, mais as características de um aventureiro do que de um trabalhador:

“Na obra de conquista e colonização dos novos mundos coube ao ‘trabalhador’, no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosas, galardoando bem os homens de grandes vôos” (Holanda, 1969: 14).

“O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ou sadia, não riqueza que custa trabalho”.

América Latina: impasses e alternativas

“Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros...” (Holanda, 1969: 18).

Para Sérgio Buarque de Holanda, o português, além de ser um povo de mestiços e aventureiros, apresentava uma extraordinária plasticidade social:

“a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça” (Holanda, 1969: 22).

Esta característica os portugueses já traziam de Portugal:

“A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas...” (Holanda, 1969: 22).

O que se demonstra é que a miscigenação com gente de cor no Brasil não se constitui em nenhuma novidade para Sérgio Buarque de Holanda. Comparando o negro com o índio, aquele não tinha direito algum e “o fruto segue a condição do ventre”. Mas, ressalta que não havia muita distância social entre os donos e os escravos:

“Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até solidário e afim.

Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéia de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação”(…).

“Também não seria outra a verdadeira explicação para o fato de se considerarem aptos, muitas vezes, os gentios da terra e os mamelucos, a ofícios de que os pretos e mulatos ficavam legalmente excluídos. O reconhecimento da liberdade civil dos índios – mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade ‘tutelada’ ou ‘protegida’, segundo a sutil discriminação dos juristas – tendia a distanciá-los do estigma social ligado à escravidão. É curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil – sua ‘ociosidade’ sua aversão a todo esforço disciplinado, sua ‘imprevidência’ sua ‘intemperança’, seu gosto acentuado por atividade antes predatórias que produtivas – ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres”(…).

“Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-

América Latina: impasses e alternativas

los, e é conhecido o alvará de 1755, determinando que os cônjuges nesses casos, ‘não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais, até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de disputa alguma...’ (Holanda, 1969: 23, 24, 25 e 26).

Os excertos *supra* demonstram que os índios tinham um estatuto civil bem diferenciado em relação ao negro, sendo que sua influência se destaca no maneirismo:

“Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir dos Setecentos e do Rococó. O gosto do exótico, da sensualidade brejeira, do chichisbeísmo, dos caprichos sentimentais, parecem fornecer-lhe um providencial terreno de eleição, e permitem que, atravessando o oceano, vá exhibir-se em Lisboa...” (Holanda, 1969: 31).

Na sua construção teórico-analítica, Sérgio Buarque de Holanda, usando os tipos-ideais weberianos, destaca que os valores personalistas predominam na sociedade brasileira, realçando os vínculos de pessoa a pessoa

“independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário, do que parece convir a um população em vias de organizar-se politicamente” (Holanda: 1969: 30-31).

Do pré-brasileiro encarnado pelo aventureiro português em contato com os indígenas e com os negros africanos, produziu-se no Brasil uma sociedade colonial singular com a forte marca do espírito aventureiro contraposto à ética do trabalho, tão característica dos povos anglo-germânicos. Há, no neo-brasileiro, este espírito de aventura, de audácia e ousadia que almeja alcançar riqueza, sem dispendar muito trabalho sistemático. A esfera do trabalho estava destinada aos negros, que eram “as mãos e os pés do senhor”. Este ousado aventureiro não tinha nenhum orgulho de raça, tinha todas as condições priápicas para implantar o império da miscibilidade como um elemento fundamental para a geração de neo-brasileiros, em conúbio informal com mulheres indígenas e negras.

América Latina: impasses e alternativas

Do indígena vem uma certa preferência pela ociosidade, uma aversão ao esforço disciplinado, um quê de imprevidência e intemperança, uma preferência pelas atividades predatórias em lugar das produtivas. Valores, estes, mais próximos do estamento aristocrático do que da burguesia e dos homens do terceiro estado. Do negro advém, além do trabalho, a suavidade dengosa e açucarada que recobre toda a sociabilidade da vida social íntima colonial, revelando-se no gosto pelo exótico, na sensualidade brejeira, no chichisbeísmo, nos caprichos sentimentais.

Estes elementos singulares forjados no espaço geoeconômico e sócio-cultural tropical produzem um tipo ideal de homem brasileiro que elege valores personalistas, pautando as suas ações e relações sociais através de contatos pessoais aderidos à esfera afetiva habitada pelos sentimentos e pelas emoções, formando o coração que pulsa e ativa toda a rede de sociabilidade brasileira. A esfera do universo enérgico das pulsações afetivas, do irracional, do passional, vai ocupando os espaços, expulsando e expressando atos núcleos e ilhas onde poderiam se manifestar e expressar atos e qualidades ordenadoras, disciplinadoras e racionalizadoras. Com isso, o brasileiro caminha sempre, em seu percurso histórico, social, cultural e político, em direção à esfera privada, doméstica e familiar, levando para todos os campos de atividade humana uma sociabilidade da grande família, da casa-grande e da família patriarcal. Mesmo quando os brasileiros ocupam os espaços públicos, relativos ao Estado, estes valores prevalecem.

A propósito desta questão assim se manifesta Antonio Candido:

“E que nós somos um país regido por mentalidade senhorial, mentalidade que não vai embora nem com a imigração, nem com a invasão de coisas e atitudes novas. Ela permanece firme, agarrada, mostrando que o brasileiro tem incrustado na alma um modo de ser oligárquico inconsciente, que se definiu a partir da relação senhor-escravo e vai contaminando as sucessivas elites das mais variadas origens. De tal maneira, que, quando precisamos pensar o Brasil em termos contrários a isso, temos de importar praticamente todos os instrumentos” (Antonio Candido de Mello e Souza: “Sérgio, o Radical”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, arquivo do Estado, Universidade de São Paulo – Instituto de Estudos Brasileiros, 1988: 63).

A característica singular desse homem brasileiro é a cordialidade. A palavra cordial é um adjetivo que originalmente, etimologicamente, reportava-se ao ‘coração’ ‘ext. afetuoso, afável’. (Do lat. med. *cordialis*, de *cor*, *cordis* ‘coração’// cordial-idade 1844. Do lat. med. *cordialitas*, *-atis*. Cp. Coração. In: Cunha, Antonio Geraldo da *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 216). Neste sentido, a cordialidade expressa a vontade pessoal e não a vontade geral:

“Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar que nasce o Estado e que o simples in-

divíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral, do abstrato sobre o corpóreo e não uma depuração sucessiva, uma espiritualização de formas mais naturais e rudimentares (...). A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência”.

“A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial (...) pode dar uma idéia pálida das dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e sangue”.

“No Brasil, onde imperou, desde os tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização (...) ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje”.

“Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário ‘patrimonial’ do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário ‘patrimonial’, a própria gestão política apresenta-se com assunto de seu interesse particular; as funções, os em-

pregos e os benefícios que deles auferem, relaciona-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalecem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, muitos menos de acordo com a suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático. O funcionário patrimonial pode, com a progressiva divisão das funções e com a racionalização, adquirir traços burocráticos. Mas em sua essência ele é tanto mais diferente dos burocráticos, quanto mais caracterizado estejam os dois tipos”.

“No Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados esses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dente esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera, por exce-

lência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e de coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas”.

“Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade: daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A Ilhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante”.

“No ‘homem cordial’ a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social periférica, que

no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros”.

“O austero metodismo ou o puritanismo jamais florescerão nos trópicos”.

“A vida íntima do brasileiro nem é bastante coisa, nem bastante disciplina, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social. Ele é livre, pois, para se abandonar a todo o repertório de idéias, gestos e formas que encontre sem seu caminho, assimilando-os freqüentemente sem maiores dificuldades” (Holanda, 1988: 101, 102, 105, 106, 107, 108 e 111).

Para Sérgio Buarque de Holanda, a expressão ‘cordialidade’ está deliberadamente isenta de juízos éticos e de intenções apologéticas. O cordial nasce do coração, procede, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado. Ele pertence ao domínio dos grupos primários. É uma ética de fundo emotivo nascida do pulsar do coração, carregada de sentimentos e emoções que se expressam, por exemplo, no pendor acentuado que os brasileiros têm em usar os diminutivos:

“É a maneira, de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração” (Holanda, 1988: 108).

Concluindo, podemos dizer que tanto Gilberto Freyre quanto Sérgio Buarque de Holanda partem da esfera afetiva. E, dentro do vasto espaço da ordem afetiva, núcleo habitado pelo coração e pelos sentimentos, variado por uma multiplicidade infindável de emoções que brotam dos atores sociais, os dois autores enfatizam setores específicos do homem brasileiro.

O falo e o coração, na geografia das emoções humanas, produzem dois fenômenos sócio-culturais personificados pelo homem brasileiro: o erótico e o cordial. Em Gilberto Freyre, como já realçamos, todo o comportamento do brasileiro da casa-grande, das famílias patriarcais, na esfera privada, no universo privilegiado dos contatos primários e, portanto, pessoais e carregados de afetividade, são falo-orientados, visando à liberação e a realização sexual do homem branco, num mundo sem mulheres brancas. Para montar a sua tese sobre a miscibilidade não parte da condição priápica do homem português ou do neo-brasileiro, mas usa argumentos culturais e sociais: povos de mestiços, baixa consciência de raça e condições climáticas, acrescidas por uma forma peculiar das mulheres indígenas e negras realizarem a confraternização entre eles através da relação sexual, adquirindo esta a forma mais depravada e devassa no sistema da escravidão e da liberação erótica total entre brancos e indígenas.

Em Sérgio Buarque de Holanda, na construção da teoria da formação da mentalidade do homem brasileiro, existe uma forte presença das relações primárias, pessoais, afetivas, sentimentais que acabam produzindo o homem brasileiro totalmente voltado para a esfera da vida priva-

da, recobrando quase que totalmente a esfera da vida pública. Nesse processo, a sociabilidade do brasileiro é criada por uma mentalidade de orientação cordial, comandada pelo coração, o espaço dos afetos e dos sentimentos, onde brotam todas as emoções irracionais. Isto está intrinsecamente ligado à forma singular do brasileiro fazer a sua própria política personalística e patrimonial, em que tudo gira em torno da pessoa, das relações pessoais e afetivas, diminuindo distâncias sociais mas construindo novas barreiras para a modernização do Brasil contemporâneo.

Na análise de Gilberto Freyre o homem brasileiro é um narciso fálico, que se realiza eroticamente, mas freqüentemente se degrada quando, nessa relação, entra um interesse econômico claro (racional). Em Sérgio Buarque de Holanda, o brasileiro é um narciso cordial que age orientado pelo coração e pelos afetos centrados nas relações pessoais; incapaz, freqüentemente, de penetrar nas esferas das relações impessoais, abstratas e racionais, reproduzindo um padrão de mentalidade senhorial extremamente predatório, mesmo estando num universo de dominação burocrática.

BIBLIOGRAFIA

- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 29. ed., 1992.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 5. ed., 1969.

IDENTIDAD E INTEGRACIÓN EN AMÉRICA

Ricardo Alberto Rivas*

INTRODUCCIÓN

La importancia de la cuestión cultural en el proceso de integración ha quedado demostrada en diversos encuentros académicos y en otros ámbitos, tal como el *Congreso Internacional de Ciencias Jurídicas y Sociales en Integración Regional* organizado por el Instituto de Integración Latinoamericana de la Universidad Nacional de La Plata, entre el 29 y el 31 de octubre de 1997, que incluyó el tema *Integración e Identidad Nacional y Regional*.

Es razonable que su tratamiento tenga una presencia infaltable en la agenda de todo debate sobre integración latinoamericana en general y mercosureña en particular, siendo necesario que se habiliten espacios específicos para la reflexión sobre el tema, como es este Simposio organizado por la Universidade de São Paulo, pues no siempre las propuestas institucionales lo contemplan cabalmente.

En efecto, es sabido que el Protocolo de Integración Cultural del Mercosur, aprobado el 17 de diciembre de 1996, no ha logrado cambiar sustancialmente la idea pre-

* Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional de Mar del Plata – República Argentina.

ponderantemente preservacionista de la problemática cultural, en detrimento de aspectos de gran significación para la integración como es la cuestión de la identidad y las imágenes recíprocas que se han difundido, no siendo de menor importancia en esto el rol de los historiadores.

En esta ponencia trato de señalar someramente ese rol y esbozar algunas ideas sobre la correspondencia entre las identidades nacional y regional; analizo brevemente la conformación de la visión del "otro" con un ejemplo historiográfico entre Argentina y Venezuela, concluyendo finalmente con un comentario referido a los países del Mercosur.

Conviene aclarar que no se trata de identidad étnica sino de nacionalidad, cuya implicancia política la relaciona con el Estado que al crear naciones, se justifica difundiendo como "falsa conciencia", una etnicidad originaria.

LA CUESTIÓN DE LA IDENTIDAD EN LA NACIÓN Y LA REGIÓN AMERICANA

La integración latinoamericana y la cuestión de la doble identidad emanada de la simultánea pertenencia a la "nación" y a la "región" son temas que – juntos o separados – se debaten desde filiaciones teóricas y enfoques disciplinares diversos, al punto que algunos conceptos tengan usos distintos; no sólo porque cambian su sentido según el contexto histórico, sino porque las respectivas perspectivas presuponen una significación propia.¹

1 La bibliografía es abrumadora sobre ambos temas. De manera simplificada, para el primero remito a las publicaciones del Instituto de Integración Latinoamericana de

Al referirse a una parte de América, el término "región" adquirió un nuevo significado, ya que se trata más de una supuesta homogeneidad cultural que geográfica en sentido estricto; y en cuanto a su especificación como "latina", el atributo tiene una extensión mucho mayor que el de la latinidad, pues en el caso latinoamericano se trata de una construcción histórica particular, haciendo que en sí misma la palabra resulte "ambigua".²

Sin embargo, su determinación como espacio regional y el nombre asignado pueden tener un adecuado significado simbólico, consecuencia de algún modo de imaginar una forma de identidad que en este caso, incluye a un conjunto de países americanos y excluye a otros.

Sin analizar ahora los itinerarios de estos y demás vocablos cercanos al tema ni su pertinencia semántica, los términos *identidad*, *región*, *nación*, *cultura* tienen aquí una acepción estándar que pretende ser precisa. En efecto, el concepto de *identidad* está referido a los atributos de un grupo humano cuya comunidad cultural le permite autodiferenciarse de otros a partir de un particular sentimiento de pertenencia; el de *región* a un espacio geográfi-

la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata, en particular *Aportes para la Integración Latinoamericana*. Sobre el segundo, a la bibliografía consignada en mis trabajos "El origen de la nación y los historiadores". Cuadernos del CISH. Centro de Investigaciones Socio Históricas. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad Nacional de La Plata. Primer semestre de 1996, p. 52 a 67 y "El modelo norteamericano de federalismo en la historiografía latinoamericana del siglo XIX", en *Red Intercatedras de Historia de América*. Impreso por el CINAP Buenos Aires, 1997, p. 107-115.

2 Ruggiero Romano. "Algunas consideraciones alrededor de nación, estado (y libertad)", en Roberto Blancarte (compilador) *Cultura e identidad nacional*. Fondo de Cultura Económica. México, 1994, p. 21-43.

co culturalmente delimitado como es América Latina; con *nación* se consigna una particularidad cultural organizada estatalmente y con *cultura* a la manera en que una sociedad integra históricamente el conjunto de relaciones que le son propias, tanto con la naturaleza como entre sus integrantes.

En términos generales, el tema tiene como contexto necesario el proceso de conformación del Estado nacional en América Latina y la visión que del "otro" se construyó desde ese Estado en el siglo pasado, ya que el sistema de lealtades nacionales se reafirmó, muchas veces, en total detrimento de alguna forma de solidaridad continental.

En algunas ocasiones, esto se manifestó en el desinterés o boicot a iniciativas americanistas, como los conocidos *Congresos Americanos* convocados en el siglo pasado dentro de la tradición bolivariana; en otras, en conflictos bélicos que incluso, involucraron en alianza a más de dos contendientes latinoamericanos.

La percepción de "sí mismo" y su diferenciación con el "otro" a partir de comunes atributos conformadores de la "Patria" se basa en un complejo sistema de ideas cuya organización en manos de intelectuales es parte del accionar del Estado, como ha dicho Alberto Plá al referirse a la relación entre los intelectuales orgánicos y el Estado.³

Entre esos intelectuales se destacan quiénes realizaron una labor historiográfica tendiente a afianzar símbolos de la nacionalidad fundada en una identidad étnica, cuyos

3 Alberto Plá. "Los intelectuales y el Estado", en *Anuario* n. 16. Segunda época. Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. Universidad Nacional de Rosario, 1993-1994, p. 81-88.

rastros para algunos llegaba hasta el pasado prehispánico y para otros se había conformado en los tres siglos de relación colonial. En uno u otro caso, los intelectuales (historiadores) coadyuvaron a afianzar la imagen de una nacionalidad consensual y funcional al Estado.

Existe una similitud, sólo similitud insisto, entre los mecanismos que operan en la formalización del sentimiento de pertenencia a la nación y los de la región; pues si bien en ambos rigen los argumentos que sustentan a toda nacionalidad como grupo humano culturalmente diferenciado de otro, su aplicación afecta a realidades distintas.

Efectivamente, en el primer caso se trata de un ámbito propio del Estado que, a la vez que plasma los símbolos que representan a la nación, se consolida como entidad política en el seno de la sociedad civil cuyas condiciones de existencia reproduce. En cuanto a la región, por un lado, el sentimiento de pertenencia expresa un grado de homogeneidad cultural menor y, por el otro, el máximo nivel de decisión política transnacional está lejos de tener una jerarquía semejante a la del Estado nacional.

De allí que los Estados nacionales tengan un rol significativo en la creación de condiciones que facilitan la integración y potencian las afinidades culturales que la hacen viable o por el contrario, que resaltan diferencias nacionales hasta llegar al antagonismo o por lo menos a la indiferencia entre países latinoamericanos. Prueba de esto fue la manera en que esos países se integraron en el siglo pasado al mercado mundial distanciándose entre sí, haciendo de cada frontera un lugar potencial de conflicto y obstaculizando las aisladas iniciativas integracionistas.

La ideología dominante se impone como una forma de la conciencia social, aunque hay intelectuales que piensan la cuestión de la nación y de la identidad latinoamericana desde otra perspectiva. En gran medida, estos intelectuales producen mensajes propios del conflicto ideológico más que alternativas viables al pensamiento hegemónico, pero demuestran que la cuestión de la identidad latinoamericana – al igual que la identidad nacional – no es patrimonio exclusivo de los actores sociales hegemónicos, pues se trata de una construcción histórica en la que participan otros sujetos, así sea en condición subalterna.

En el tiempo, las naciones latinoamericanas han mutado la percepción sobre sí mismas y más aún, han cambiado la visión sobre el "otro", sea hacia los restantes países aisladamente o hacia el conjunto americano, pero ciertos símbolos de la identidad latinoamericana se han conservado asombrosamente como expresión militante de resistencia ante el expansionismo de potencias europeas y de Estados Unidos.⁴

Pese a todo, las imágenes que prevalecen son aquellas emanadas de la acción estatal a través de factores cohesionantes del orden social como la propaganda y la educación, cuya tarea de socialización se sustenta en la difusión de valores supuestamente propios de la identidad nacional y eventualmente regional, en este caso latinoamericana.

4 Cf. Ricaurte Soler. *Idea y cuestión nacional latinoamericanas*. Siglo XXI. México, 1980. También Leopoldo Zea (comp.). *América Latina en sus ideas*. Siglo XXI. México, 1986. Especialmente los trabajos de Arturo Ardao, Juan A. Oddone, Carlos Bosch García, Carlos Real de Azúa y Roberto Fernández Retamar.

IDENTIDAD LATINOAMERICANA

Así como la territorialidad estatal demuestra de manera poco dudosa la delimitación de cada identidad nacional, América también requiere para su delimitación espacial y cultural un grado de identidad específica que excluya lo que considera externo. Esa exterioridad puede ser el resto del mundo no americano, cuando incluye los Estados Unidos en sus diversas versiones panamericanistas actualmente expresada en la OEA, o puede referirse a América Latina y en este caso el excluido más emblemático es Estados Unidos.

Aunque los precedentes históricos son de vieja data, en sentido estricto el sentimiento de pertenencia a una comunidad latinoamericana se conformó a partir de las últimas décadas del siglo pasado, siendo espacial y temporalmente un proceso de desarrollo desigual; en el espacio, pues algunos países lo sostuvieron con mayor énfasis; en el tiempo, ya que hubo momentos más o menos propicios que otros.⁵

La identidad iberoamericana precede a la nacional, pero la identidad latinoamericana es posterior. En efecto, el ser americano era el sentimiento de origen colonial prevaleciente hasta la inmediata postindependencia, en detrimento de una identidad nacional que tardaba en constituirse; en tanto que, como veremos, el ser latinoamericano es de más reciente data y para nada supone la

5 En el primer sentido, el ejemplo de Venezuela ha sido resaltado por los mismos venezolanos que se consideran herederos del americanismo de raíz bolivariana, al punto que en la Constitución de 1961 se establece que "la República favorecerá la integración económica latinoamericana". En relación al segundo, además de los

existencia de una nación latinoamericana, como se ha sustentado desde formulaciones militantes.

En efecto, la integración latinoamericana o el simple sentimiento de pertenencia no significa rehacer ninguna "patria" latinoamericana "balcanizada" por el impacto de la dependencia externa y la complicidad oligárquica, pues nunca existió una nación latinoamericana como construcción histórica.

Al consolidarse las naciones en la segunda mitad del siglo pasado, la pertenencia a América tenía un contenido meramente espacial más que cultural. La nación monopolizaba el conjunto de lealtades colectivas e individuales y los conflictos interamericanos agudizaban el nacionalismo.

No sólo Brasil se diferenciaba del resto de América, sino también los países hispanoamericanos se distanciaban entre sí, ya que la integración nacional constituía la prioridad de los nuevos Estados y ésta, sin duda, se alcanzó en detrimento de la integración regional y más aún continental.

Esta debilidad resultaba aún mayor ante el avance de proyectos hegemónicos sustentados en aparentes homogeneidades culturales sustentadoras de ciertas formas de identidad continental, tales como el panhispanismo, el panlatinismo y el panamericanismo, impulsados en cada caso por España, Francia y Estados Unidos, siendo este último el que generó la mayor y más diversificada resistencia.

momentos críticos ante peligros externos que impulsaron las reuniones americanas del siglo pasado, la integración latinoamericana como proyecto económico comenzó a contar con apoyo oficial nacional e internacional coincidentemente con la expansión mundial de la segunda postguerra.

Las élites no fueron indiferentes al pretendido expansionismo norteamericano de fines del siglo pasado, lo que explica que un intelectual orgánico de la Venezuela finisecular como César Zumeta, un burócrata del Estado argentino como Roque Saenz Peña o un monárquico como el paulista Eduardo Prado hayan manifestado una posición antinorteamericana sin ser necesariamente latinoamericanista en el sentido militante que años más tarde adquirió.

En realidad, el latinoamericanismo apenas comenzaba a vislumbrarse como expresión defensiva y no significaba aún una alternativa antimperialista, ya que la latinidad en su versión hegemónica francesa no se había disipado totalmente pese a la disolución del imperio de Napoleón III.

No obstante, un significado distinto comenzaba a perfilarse juntamente con la imposición de un nuevo nombre que, rescatando la latinidad, se diferenciara de los Estados Unidos y el resto del mundo, incluyendo las metrópolis latinas de Europa.

El apelativo *América Latina* logró imponerse hacia los años de la Primera Guerra, con antecedentes en la segunda mitad del siglo pasado, tal como ha demostrado en varios trabajos Arturo Ardao.

En efecto, según el mencionado autor uruguayo, José María Torres Caicedo – diplomático venezolano de origen colombiano – abordó la cuestión de la latinidad desde una perspectiva que, desligándose de la influencia francesa, dio origen a un concepto de carácter regional, consignando en 1861 el nuevo nombre de América Latina.⁶

6 Sobre la cuestión de la latinidad de América existe gran cantidad de publicaciones de distintas épocas. Cf. Arturo Ardao. "Uruguay y el nombre de América Latina", en

En su ensayo *Unión Latinoamericana* (1865) y otros publicados posteriormente hasta poco antes de su muerte (1889), propugnó la integración latinoamericana con expresa exclusión de Estados Unidos, siendo un vehemente opositor al panamericanismo impulsado por el Departamento de Estado.

La integración latinoamericana, en el pensamiento de Torres Caicedo adquiría una nueva dimensión toda vez que formuló una teoría de la integración y propuso una fórmula para ser llevada a cabo. Si por un lado, sostuvo la necesidad de realizar una unión aduanera latinoamericana y organizar la defensa común, por el otro no descuidó cuestiones como la necesidad de uniformar la educación y reconocer una nacionalidad latinoamericana.

La cuestión del nombre no era una simple diferencia formal. Para Torres Caicedo, América Latina era una comunidad históricamente conformada y diferenciada; de allí que su integración dejaba en claro qué incluía y qué excluía.

El latinoamericanismo vaciado de la hegemonía francesa adquirió otro significado, particularmente a partir de la Primera Guerra, transformándose en una nueva forma de identidad, fuertemente ideologizada por el pensamiento progresista de la época; al que suscribían importantes núcleos intelectuales latinoamericanos.

Cuadernos de Marcha. Segunda época. México. n. 1, may./jun. 1979. FILIPPI, Alberto. *Instituciones e ideologías de la independencia hispanoamericanas*, en particular el capítulo VI, "Las metamorfosis americanas de la Latinidad. Avatares históricos y políticos de un concepto ideológico". Buenos Aires: Alianza, 1988, p. 289-307.

Así entendido, el latinoamericanismo se define como una identidad diferenciada de los centros hegemónicos, alcanzando mayor o menor entidad radical según los casos y el momento histórico, siendo desde su origen en el siglo pasado una expresión de identidad y una propuesta de integración.

Cuando el intervencionismo norteamericano, el alicaído expansionismo español y el colonialismo francés pretendían ocultar sus intenciones bajo un manto de apariencia cultural, muchos intelectuales reaccionaron expresando públicamente su desconfianza, tal como se decía en una revista de Buenos Aires en 1927:

"Contra nosotros se han inventado palabras temibles y largas. Norteamérica inventa lo del panamericanismo. Francia descubre lo del latinoamericanismo. España crea lo del hispanoamericanismo. Cada uno de estos términos oculta bajo una mala actitud, de concordia un afán no satisfecho de imperialismo".⁷

El panamericanismo impulsado desde los Estados Unidos generó resistencias de disímiles opciones ideológicas; sea desde la derecha católica y prohispanica, como la sostenida por el mexicano Carlos Pereyra – vehemente opositor al cardenismo revolucionario –, o desde nuevas propuestas como el indoamericanismo y el difundido latinoamericanismo que se desarrolló durante el período de entreguerras, entre cuyos exponentes se incluían Víctor

7 Pablo Rojas Paz. "Imperialismo baldío", en *Martín Fierro*. Segunda época. Buenos Aires. año IV, n. 42, jun./jul 1927, p. 6.

Raúl Haya de la Torre, José Vasconcelos, Manuel Ugarte, Aníbal Ponce, José Ingenieros.

El derrotero para el reconocimiento del nombre abundó en obstáculos, pero los apelativos Hispanoamérica e Iberoamérica fueron reemplazándose paulatinamente por el de América Latina, generando resistencias que incluso, involucraron a la Real Academia de la Historia que consideró inadecuado reemplazar el nombre de América Hispánica por el de América Latina, aún cuando incluyera al Brasil.⁸

Sin embargo, la generalización del nombre continuó su marcha y en los años de la Segunda Guerra era ya de uso común, afianzándose la idea de que así se consigna una identidad latinoamericana en la que por un lado, cada Estado está contenido en una nacionalidad que le es propia y por el otro, constituyen en conjunto una "región" diferenciada del resto del continente y por supuesto del mundo. En este sentido, el mayor reconocimiento de la comunidad internacional se produjo en 1948 al crearse en las Naciones Unidas la CEPAL, considerando a la región latinoamericana una parte diferenciada del resto de América.

Este reconocimiento no significa una homogeneización de la idea latinoamericanista pues, ya se dijo, los símbolos al respecto no parecen tener un sólo dueño, sea

8 En el I Congreso de Historia y Geografía Hispanoamericano organizado por la Real Academia de la Historia y la Real Sociedad Geográfica en 1914, se alertó sobre el uso del nombre de América Latina y en el II Congreso realizado en 1921 se resolvió rechazar esa denominación. Cf. *II Congreso de Historia y Geografía Hispanoamericano*. Actas y Memorias. Establecimiento Tipográfico de Jaime Ratés. Madrid, 1921, p. 168. También la ponencia de Ramón Monjarrés "La denominación de América latina", p. 349-55.

cuando se impulsó en 1925 la creación en Buenos Aires de la Unión Latinoamericana bajo inspiración de José Ingenieros o cuando movimientos como los genéricamente incluidos en el llamado "guevarismo" concebían el latinoamericanismo como consigna revolucionaria. Estos y otros ejemplos indican una sorprendente vigorosidad del latinoamericanismo como símbolo superador que, con mayor o menor énfasis, incluye la denuncia de una supuesta complicidad de los gobiernos nacionales con la potencia dominante.

En general, la integración latinoamericana se construye dentro de lo que se considera la tradición bolivariana, en el marco de un latinoamericanismo con raíces defensivas frente a reales o supuestos peligros externos como sucedió desde el siglo pasado; o de alternativas para el desarrollo económico y social, como se sustenta en las últimas décadas.

En uno u otro caso se invoca el sentimiento de pertenencia a la región que resulta ser condición necesaria, más aún cuando se trata de países que sostuvieron rivalidades en el pasado y cuando la conformación de las naciones se realizó más como diferenciación entre sí que con sus antiguas metrópolis.⁹

Los diagnósticos sobre las condiciones del subdesarrollo y las propuestas superadoras basadas en el mito industrialista del pensamiento de la década del sesenta

⁹ En efecto, la imagen antihispánica más recalcitrante del primer momento dio paso a una interpretación que reconocía la formación de la nacionalidad en el período colonial. La historiografía de la segunda mitad del siglo pasado trazó esta imagen cuando los Estados nacionales habían alcanzado un cierto grado de consolidación y el jacobinismo revolucionario merecía ser menos recordado.

impulsaron políticas homogéneas para la "región", considerándose casi imprescindibles las transformaciones estructurales que, entre otras, incluía la integración económica latinoamericana.

En la inmediata posguerra la institucionalización de dos formas de identidad, esto es la latinoamericana expresada en la CEPAL y la panamericana institucionalizada en la OEA, no parecían ser antagónicas más que en grado menor, pues ambas se compatibilizaban, en última instancia, con la estrategia de guerra fría que se iniciaba entonces.

En consecuencia, aunque la integración de América Latina y el supuesto de identidad correspondiente no tienen significación universal ni se trata solamente de propuestas "oficiales", la integración latinoamericana como proceso mediante el cual se amplía el mercado como espacio económico tiene necesariamente ese carácter. Se integran mercados nacionales en los cuales rige la soberanía de cada nación. Si la integración de mercados nacionales supone que cada nación cede parte de su soberanía nacional en favor de una instancia supranacional, es obvio que se trata de una tarea de los Estados involucrados.

Sin embargo, aún en este caso, las políticas a aplicar no son únicas. Entre el ajuste neoliberal y las políticas de asistencia social anterior a los años setenta existen matices que son de capital importancia para definir un proceso de integración, ya que éste podrá beneficiar solamente al capital transnacional o alternativamente, siquiera en parte, mejorar las condiciones de vida de los grupos sociales más excluidos del sistema.

En su lugar, la integración puede tener dos objetivos alternativos. Uno, alentar la cooperación y la paz entre naciones cuyo campo común de intereses puede llegar a la postulación de transformaciones globales más o menos profundas; otro, solamente ampliar el mercado con la finalidad alcanzar mejores condiciones para la realización de las ganancias en las condiciones propias de la actual globalización.¹⁰

La CEPAL se ocupó desde su creación de los problemas del comercio exterior y el desarrollo latinoamericano, y en 1951 inició los estudios para la integración centroamericana, pero el tema en cuestión recién comenzaba a plantearse a nivel mundial, siendo a comienzos de la década del sesenta cuando en América Latina quedó instalado el debate en la mesa de discusiones teóricas y prácticas.¹¹

En los esquemas integracionistas diseñados a partir de entonces, la cuestión cultural no ha estado totalmente ausente, pero ha sido por lo general un tema de menor significación relativa frente a los demás problemas de la integración.

La cuestión de la cultura en relación a los problemas vinculados a la identidad nacional es quizá un tema primordial si se atiende que necesariamente ha de consolidarse una identidad regional. Cultura y Nación tienen en consecuencia, una centralidad insoslayable.

10 Cf. Noemí Mellado. "El modelo del Mercosur", en *Aportes para la Integración Latinoamericana*. Diciembre de 1995. Instituto de Integración Latinoamericana. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. Universidad Nacional de La Plata, p. 7-46.

11 Para una percepción del estado de la cuestión a comienzos de los sesenta resulta de gran interés la compilación realizada por Miguel S. Wionczek, *Integración de la América Latina*. F.C.E. México, 1964.

IDENTIDADES NACIONALES

Con respecto a la nación, ya se dijo, la referencia es a aquella que se expresa orgánicamente en el Estado y cuyos atributos se modifican históricamente en el tiempo, al igual que el significado del concepto mismo.

Los historiadores del siglo pasado difundieron la imagen de que con la independencia se daba nacimiento a naciones soberanas, lo cual indicaría la existencia de un sentimiento de pertenencia relativamente desarrollado basado en una identidad étnica originaria.

Actualmente el autor británico Benedict Anderson ha analizado el surgimiento de los estados nacionales en América (Estados Unidos, Brasil e Hispanoamérica) sustentando que las naciones americanas preexistían a la independencia.¹²

En realidad, producida la independencia en los Estados Unidos, la lealtad local prevaleció bastante tiempo sobre la nacional que estaba aún en construcción, tal como testimonialmente lo demuestra la historiografía de entonces.¹³

También para los países latinoamericanos esto ha sido descartado por la historiografía actualmente más consagrada, que prefiere la hipótesis contraria, tal como la han sostenido Carlos Real de Azúa (Uruguay), José Carlos Chiaramonte (Argentina), John V. Lombardi (Venezuela), Mario Góngora (Chile), José Murilo de Carvalho (Brasil) que, en términos

12 Benedict Anderson. *Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Trad. Eduardo L. Suárez. Fondo de Cultura Económica. México, 1993 (La primera edición en inglés, 1983). Ver particularmente p. 77-101.

13 Richard Hofstadter. *Los historiadores progresistas*. Trad. Eduardo J. Prieto. Buenos Aires: Paidós, 1970 (Primera edición 1968), p. 24-25.

generales, parecerían estar de acuerdo en que "las naciones no construyen estados y nacionalismos, sino que ocurre al revés", como ha afirmado Eric Hobsbawm.¹⁴

Si se acepta esta versión historiográfica, el Estado antecedió a la Nación y en consecuencia, no existía ni como imagen ni como realidad al momento de producirse la independencia. Si bien la afirmación es contundente y convincente, las consecuencias de esta hipótesis pueden dar lugar a interpretaciones que resultan por lo menos discutibles.

Me refiero a aquellos historiadores que explican la independencia como el efecto de la disolución de los imperios ibéricos, más que como una lucha anticolonial sostenida en contradicciones propias de la sociedad colonial y en la relación con la metrópoli.¹⁵

El agravamiento lógico de la situación creada por la ocupación francesa es un hecho desencadenante de primordial significación, es verdad, pero no resulta consistente para descartar los argumentos que sustentan la situación de un orden colonial en crisis, por lo menos desde fines del siglo XVIII, cuando las tensiones sociales eran percibidas como anticipo de futuras revueltas independentistas por muchos funcionarios realistas y no pocos representantes de la élite criolla manifestaban de manera inicialmente tímida, sus diferencias con el orden colonial.

14 Eric J. Hobsbawm. *Naciones y nacionalismo desde 1780*. Trad. Jordi Beltran. Barcelona: Editorial Crítica, 1991, p. 18.

15 Cf. entre otros, Francois Xavier Guerra. *Modernidad e independencia*. Madrid: Mapfre, 1992.

Indudablemente, las metrópolis que perdieron sus colonias americanas entre 1804 y 1825 se encontraban en situación crítica al desarrollarse el movimiento independentista. Francia, con su Revolución y el ascenso de Napoleón perdía a su rica colonia que en 1804 tomaría el nombre de Haití, luego de luchas sociales que constituyen una singularidad notable; Portugal, al ser invadida por Napoleón instalaría su corte en Río de Janeiro, creándose las condiciones para que sin guerra se llevara a cabo la independencia de Brasil en 1822; España, igualmente sometida a Francia desde 1808, no lograría mantener sus colonias, emancipadas en el marco de una larga y destructiva guerra, conservando solamente Cuba y Puerto Rico hasta 1898.

Pero la independencia no se explica simplemente por las dificultades metropolitanas. De hecho, esas metrópolis habían soportado crisis de diverso tipo con anterioridad, sin que la ruptura del pacto colonial se anunciara con viabilidad inmediata, pues aquellas condiciones de adversidad metropolitana no habían estado acompañadas de intencionalidad anticolonial en la sociedad latinoamericana. Esta se fue desarrollando en un largo período, entre fines del siglo XVIII y el propio proceso independentista.

Se trataba de un grado de conciencia anticolonial con ausencia de identidad nacional. Es decir, no impulsó luchas de liberación nacional por el simple hecho de que no existían esas naciones. Peruanos, rioplatenses, venezolanos, mexicanos, chilenos etc. tomaban el apelativo de su pertenencia local más que de una identidad nacional, pues la identidad en todo caso, se sustentaba en ser americano, *español-americano*, como entonces se decía.

El Estado antecede a la nación, pero la interacción de ambos es propia de la dialéctica histórica del proceso de desarrollo capitalista latinoamericano a partir de mediados del siglo pasado. En consecuencia, la conformación de las nuevas naciones no resultó del paso inmediato a la independencia, sino de la transición de la relación colonial a la capitalista y ésta, como se sabe, se completó una vez desmantelada la mayoría de los obstáculos residuales de la Colonia (tributos, estancos, esclavitud, corporaciones), garantizado el control del recurso tierra y con él el de la mano de obra, garantía que sólo podía dar un Estado medianamente consolidado que contara además de la fuerza, con un sentimiento cultural de pertenencia consistente que viabilizara el paso de la solidaridad local o provinciana a la nacional.

En definitiva, las naciones fueron producto del Estado que se configuró en el período de transición al capitalismo coadyuvando a completar el proceso de acumulación originaria y para ello debió contar con la consagración de algunas formas de la conciencia social entre las que se incluye el nacionalismo.

ARGENTINA, VENEZUELA Y EL USO DE LA HISTORIA

En la medida en que fueron constituyéndose las naciones, la cultura se desarrolló en una dimensión nacional, siendo un aspecto distintivo para reafirmar la existencia de esa sociedad y su relación con el exterior a ella, con el "otro". Ese "otro" podía, aunque con matices, referirse a "naciones hermanas" como son los países hispanoamericanos y más aún cuando la condición de parentesco es menos cercano, como entre éstos y Brasil o Haití.

Incluso países alejados geográficamente, sin espacios en disputa y compartiendo un mito originario semejante delimitaron sus respectivas identidades, tarea en la que, ya se dijo, los intelectuales tuvieron un rol destacado.

Al respecto un ejemplo paradigmático puede ser el de Argentina y Venezuela, dos naciones que en el pasado concentraron el protagonismo de la independencia hispanoamericana con las figuras de San Martín y Bolívar.

Ambos países no tuvieron conflictos entre sí luego de su consolidación como naciones independientes, habiendo mantenido una relación amistosa con escasas y transitorias dificultades diplomáticas. Además de que recíprocamente han sido refugio solidario para el exilio político (el caso argentino durante la Dictadura Militar 1976-1983 es un ejemplo) y que la historia de las relaciones internacionales registra un tema clave que los involucra a ambos, como es la conocida Doctrina Drago, los historiadores de ambos países han encontrado analogías entre ambas historias nacionales desde los orígenes mismos de las nacionalidades respectivas, en temas tales como independencia, caudillismo, federalismo, feudalismo, modernización, intervenciones extranjeras, unión americana.¹⁶

No obstante, el debate historiográfico sobre dos mitos indiscutibles de la nacionalidad como son Bolívar y San Martín expresa – dentro del conjunto de analogías aceptadas – una diferencia que afecta precisamente a dos

16 Actualmente dirijo una investigación historiográfica sobre esta cuestión, *La historia de Venezuela en la historiografía argentina anterior a 1940*, habiendo acordado con colegas de la Universidad de Los Andes (Venezuela) para que realicen un trabajo similar sobre el tratamiento de temas de la historia argentina.

símbolos de mayor significación, tal como lo dejó establecido Bartolomé Mitre para el caso argentino.

En efecto, las primeras versiones sobre el origen de ambas naciones que perduraron en el tiempo, alcanzando cada cual estatus de "historia oficial", se debe a Rafael María Baralt¹⁷ y Bartolomé Mitre¹⁸, dos autores que fueron considerados luego fundadores de las respectivas tradiciones historiográficas nacionales, con coincidencias interpretativas básicas y con divergencias que indican diferencias de fondo.

Por ejemplo, Rafael María Baralt narraba que el 19 de abril de 1810 Caracas había enviado emisarios a las provincias para "convidarlas a la unión"; en tanto Mitre afirmaba que luego del 25 de mayo se alcanzaba la emancipación "invitando a los pueblos a seguir el ejemplo de Buenos Aires".¹⁹

Mitre, registró estas coincidencias y otras apreciaciones positivas, pero sutilmente cuestionaba a Bolívar, precisamente el símbolo de la nacionalidad venezolana. Mientras por una parte elevaba a Bolívar al pedestal junto a San Martín, como héroes de la independencia sudamericana; por la otra, publicaba la famosa Carta de San Martín a

17 Rafael María Baralt y Ramón Díaz. *Resumen de la Historia de Venezuela*. A. Bethencourt e hijos. Curazao, 1887 (Primera edición Paris, 1841).

18 Bartolomé Mitre. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. 4. ed., 1887. Reproducida en la Colección de Historia de los Grandes Hombres Argentinos. Jackson, (ed.) Buenos Aires, sf. (Primera edición completa, 1876-1877). También, *Historia de San Martín y de la Revolución Sudamericana*, 2. ed., 1890. Reproducida en Idem. (Primera edición, 1887), que tiene un alcance continental del proceso independentista.

19 Rafael María Baralt y Ramón Díaz. Op cit., tomo II, p. 48-49. Bartolomé Mitre. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Op cit., tomo I, p. 349.

Bolívar – de dudosa autenticidad –, en la que dirigía críticas al libertador venezolano luego del encuentro de Guayaquil.²⁰

Con igual fin descalificó duramente a Felipe Larrazábal, el autor venezolano de *Vida del libertador Simón Bolívar* publicada en dos volúmenes en 1865 y 1875, a quien consideró un "malísimo escritor", "vulgar" y sin dotes de historiador.²¹

Otro de los hechos que llama la atención sobre el mismo tema es la relación de la élite argentina con José Antonio Páez, quien residió en la Argentina entre 1868 y 1871, es decir entre el tramo final de la Presidencia de Mitre y los primeros años de la de Sarmiento.

Páez tuvo un recibimiento muy especial y obtuvo del Congreso un reconocimiento oficial como militar de la independencia americana por iniciativa de Sarmiento, – ya Presidente – con apoyo de Mitre, ahora Senador.²²

Lo que llama la atención es que Páez, émulo de Bolívar y creador de Venezuela por haberla separado de la Gran Colombia, no alcanzó a ser incorporado a la mitología nacional, pues el enfrentamiento con Bolívar primero y las derrotas militares en las guerras civiles después opacaron su protagonismo en la lucha por la independencia, por lo

20 Bartolomé Mitre. *Historia de San Martín y de la Revolución Sudamericana*. Op cit. tomo V, p. 181-82. La Carta reproducida íntegramente en el tomo VI, p. 447-49.

21 Carta de Bartolomé Mitre a Diego Barros Arana del 20 de octubre de 1875. *Archivo del General Mitre. Correspondencia literaria, 1859-1881*. Biblioteca de la Nación, tomo XX, p. 48-78. Cita en p. 64.

22 Carlos Alfonzo Vaz. *Páez y Argentina*. Ediciones Presidencia de la República. Caracas, 1973.

menos para ser merecedor de constituir parte del culto patrio venezolano. No obstante, alcanzaba un reconocimiento de real envergadura por parte del Estado argentino, del cual no era ajeno Mitre.

El ejemplo no es privativo del caso argentino ya que en general, los fundadores de historiografías nacionales resaltaron identidades como intelectuales orgánicos, tales como José Manuel Restrepo (*Historia de la Revolución de la República de Colombia*, 1858); Lucas Alamán (*Historia de México*, 1849-1852); Francisco Bauzá (*Historia de la dominación española en el Uruguay*, 1881); Diego Barros Arana (*Historia general de Chile*, 1884-1902); Francisco Adolfo Varnhagen (*Historia geral do Brasil*, 1854-1857) y otros, incluyendo a Baralt y Mitre ya mencionados.

LOS PAÍSES DEL MERCOSUR

Con anclaje en los argumentos anteriores, me referiré muy brevemente a la cuestión dentro de un espacio "subregional" como es el Mercosur, creado por el Tratado de Asunción en 1991. Los cuatro países firmantes han tenido alternativamente momentos de acercamiento amistoso y otros de rivalidad, no faltando incluso confrontaciones bélicas de gran significación, así como intromisiones recíprocas en las guerras civiles que precedieron a la organización nacional.

Argentina tuvo relaciones conflictivas en el origen de dos de ellos, pues, con matices, Uruguay y Paraguay fueron considerados secesiones de una nación argentina que los hubiese contenido; con Brasil mantuvo una guerra de considerable alcance y con Paraguay aliada a los dos

restantes, una conflagración que la historiografía paraguaya considera una inflexión histórica. Paradójicamente, con este país mantuvo gestos diplomáticos de otra naturaleza, encarnados en gestiones que Carlos Calvo y Carlos Saavedra Lamas realizaron ante importantes diferendos, uno en el siglo pasado y otro en el actual.²³

La relación entre los aliados tampoco era idílica y no sólo por cuestiones de este conflicto sino por precedentes de más antigua data, prácticamente desde que conformaron su propia imagen del otro.

La identidad del brasileño, tal como la élite lo expresaba a través de Varnhagen, se constituía de un conjunto de exclusiones; no descendía de la barbarie indígena ni del negro y la continuidad entre colonia e imperio daba lugar al reconocimiento de una etnia portuguesa incuestionable; por el otro, el imperio se diferenciaba del resto de los países americanos, cuyas repúblicas inestables se le presentaban como un caos.²⁴

La diferenciación con el resto de América, tan notable durante el siglo pasado fue menguando, tal como lo demuestra un sentimiento de pertenencia al conjunto ame-

23 En el primer caso, me refiero a la circunstancia en que Carlos Calvo representó a Paraguay en un conflicto con Gran Bretaña, resuelto favorablemente luego de una importante gestión realizada en Europa en 1860. En el segundo, a un hecho más conocido como fue la intermediación de la Cancillería Argentina en la Guerra del Chaco. Cf. Gonzalo Biggs. *La crisis de la deuda latinoamericana frente a los precedentes históricos*. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 1987, p. 75-6. También Demetrio Boersner. *Relaciones internacionales de América Latina*. Breve historia. Editorial Nueva Sociedad. Caracas, 1982.

24 Ilmar Rodhoff de Mattos. Um "país novo". A Formação de Identidade e a Visão da Argentina. *Seminario Argentina-Brasil y la Formación de la Identidad Nacional: la Visión del otro*. Buenos Aires, 6 y 7 de mayo de 1997.

ricano que la historiografía se esforzó en potenciar con el advenimiento de la República.

Al conmemorarse el Centenario de la Independencia, el Instituto Histórico y Geográfico organizó el *Congreso Internacional de História da América* que tenía un carácter panamericanista, aunque tuvo también otro significado al facilitar el acercamiento entre naciones latinoamericanas en general y en particular entre Argentina y Brasil, cuyas respectivas tradiciones historiográficas tradicionalmente los había distanciado.

En efecto, la educación, que el Estado argentino promovía desde la década del '80, se sustentaba en dos asignaturas escolares fundamentales para nacionalizar la sociedad: Instrucción Cívica e Historia Patria. Con la educación y otros medios de socialización se propagaba el conjunto de símbolos adecuados a ciertas pautas ciudadanas, incluyendo entre tantos, la cuestión del origen de la nación bajo la indiscutible autoridad de la Historia. Al respecto, en el Prefacio de *El Ciudadano Argentino*, se alertaba que...

"el desenvolvimiento gradual de la enseñanza de la Instrucción Cívica debe encadenarse con conversaciones sobre hechos de nuestra historia, porque no es posible aislar estas dos materias gemelas..."²⁵

Las estampas patriotas abundaban en los textos escolares, con referencia en su mayor parte a la gesta inde-

25 Francisco Guerrini. *El ciudadano argentino. Nociones de Instrucción Cívica*. Aprobado como texto por el Consejo Nacional de Educación y por el Consejo General de la Provincia de Buenos Aires. 4 ed. Talleres Solá Hnos. La Plata, 1895. (Primera edición, 1892), p. 7.

pendentista y a los conflictos civiles, pero sin faltar referencias a las guerras con Brasil primero y con Paraguay después.

Un nieto del Comandante Espora, participante de la guerra con Brasil, comentaba en un breve texto varias anécdotas propias de la "historia patria", comenzando con una referencia a esa guerra. La imagen deliberadamente peyorativa del brasileño en general, al describir un combate entre fuerzas navales se potenciaba en particular, al incluir en su narración la actitud supuestamente soberbia de un residente de ese país, que provocaba el furor popular; la anécdota, impregnada de una xenofobia primitiva, pretendía enaltecer el sentimiento nacional.²⁶

Si bien este ejemplo es extremo, en general las historiografías nacionales no favorecían el entendimiento entre ambos países y se hacía necesario modificar imágenes recíprocas adversas, firmándose en 1933 un convenio entre ambas Cancillerías para revisar los textos de historia y geografía, cuando la rivalidad parecía ceder en forma definitiva.

También los otros socios del Tratado se diferenciaron fuertemente, ya que Paraguay y Uruguay habían estado incorporados en distintos momentos a Argentina y Brasil. En efecto, la independencia de ambas naciones debía basarse en el propio pasado de cada una y en considerar todo intento de integración como "anexionismo".

Es así que Uruguay modelaba su identidad como la describía Francisco Bauzá en *Historia de la dominación española en el Uruguay* (1881), que esbozaba una tesis de la Independencia de "todo yugo" fundada en la preexistencia

26 Juan M. Espora. "Não comerás mais pão", en *Episodios nacionales*. Casavalle Editor. Buenos Aires, 1886. p. 13-23.

de una nación enraizada en la Colonia; Paraguay lo hacía a través de afianzar su nacionalidad en el pasado guaraníco colonial rechazando cualquier intento "anexionista" como lo había garantizado la Dictadura de José Gaspar de Francia, según afirmaba Blas Garay en su *Compendio elemental de Historia del Paraguay* (1897).

Como hemos visto, la construcción de identidades nacionales no ha favorecido al afianzamiento de la identidad latinoamericana; si en esto la responsabilidad de los historiadores no es absoluta, los involucra su rol como intelectuales orgánicos. Sin embargo, otro rol también es posible.

No se trata de cambiar la interpretación histórica para adecuarla al momento; sino de encarar su investigación alertados de los condicionamientos que los nacionalismos han impuesto, muchas veces en detrimento del conocimiento científico. Para ello, las iniciativas culturales previstas en el ámbito del Mercosur pueden resultar pertinentes, aunque por ahora parezcan insuficientes.

Al respecto, se crearon instancias tales como el Plan Trienal de Educación para la formación de una conciencia favorable a la integración; la Reunión de Ministros de Cultura para promover la difusión de los valores culturales propios de los países miembros; el Protocolo de Integración Cultural del Mercosur, en el cual se considera necesario asegurar la cultura regional respetando la diversidad cultural. También otros ámbitos amplían las condiciones para la presentación de alternativas superadoras, como la iniciativa de las Universidades conocida como Grupo de Montevideo.²⁷

27 Con apoyo del presidente de Uruguay se creó el Grupo de Montevideo el 9.8.91 que además del interés en la investigación y desarrollo tecnológico, mencionó como prioridad la *Educación para la Integración*.

Reconocer que no existe una sola manera de concebir la integración supone la viabilidad de elaborar propuestas alternativas; de no ser así, nuestro debate puede parecer estéril. Asimismo, discutir la cuestión de las identidades en el marco de la acción estatal contribuye a explicar las razones que potenciaran diferencias más allá de reales o supuestas particularidades étnicas; de lo contrario, se estaría negando su historicidad.

Las cuestiones referidas a la identidad, cualquier forma de identidad, deben ser tratadas sin prejuicios nacionalistas ni de ninguna naturaleza, pero sí en función de ciertos objetivos sociales. De nada valdrá que se sustente una identidad regional en pro de la integración, si los objetivos se limitan a aumentar la eficiencia y la competitividad internacional sin un mejoramiento de las condiciones de vida de la población.

En la “subregión” se desarrollan nuevas formas de identidad y solidaridad en la conciencia de importantes sectores de la sociedad, como lo demuestran algunas experiencias recientes de resistencia social, pero es innegable que los proyectos hegemónicos son los oficiales y éstos están orientados por las políticas de ajuste neoliberal que los Gobiernos nacionales están implementando, con algunas leves diferencias entre sí.

Sin embargo, no es esa la única alternativa y es posible generar otras propuestas; sea desde núcleos de resistencia social, entidades académicas, partidos políticos etc.; como también en los propios órganos del Tratado, de tal modo que el Mercosur no tenga como única opción el actual modelo de desarrollo.

INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE EM UMA ERA DE DITADURAS: A NARRATIVA CURTA NO CONE SUL LATINO-AMERICANO

Gilda Neves da Silva Bittencourt
Márcia Hoppe Navarro*

*En la noción actual de identidad habita también la parte del otro, que no es meramente el portador de otra identidad sino la pregunta por nuestra identidad, por la noción de identidad que nos construye mutuamente.*¹

O objetivo deste trabalho é analisar os impasses contextuais de natureza 'sócio-política e as alternativas literárias arquitetadas pela ficção latino-americana do cone sul do continente, particularmente a partir dos anos setenta, quando a literatura desses países confrontou-se com os variados processos de mudanças sociais e políticas registradas na segunda metade deste século. Neste período, como nunca antes, observou-se intensa produção ficcional na América Latina e, já nos anos sessenta, este movimento mereceu a característica de um verdadeiro *boom*. É certo que esta crescente influência e aceitação da literatura latino-americana foi recebida reservadamente por alguns críticos e estudiosos, que acentuaram exclusivamente a sua dimensão comercial, ou seja, fo-

* Professoras nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande dos Sul.

1 ORTEGA, Julio. *El principio radical de lo nuevo: Postmodernidad, Identidad y Novela en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p.18.

calizaram apenas o fenômeno editorial que alguns escritores representavam – situação antes restrita a poucos nomes capazes de superar a barreira da dependência cultural, como Borges ou Asturias, por exemplo. Deve ser ressaltado, no entanto, que este extraordinário crescimento da literatura produzida na América Latina deve-se à busca de renovação técnica e temática, profundamente associada às mudanças ocorridas nestes anos recentes, cujo real significado poderia ser uma busca de afirmação do que é propriamente autóctone, pelo resgate de nossa própria história.

Neste período, ainda que o romance e a poesia representassem uma boa parcela da produção literária, foi particularmente em relação ao conto e à novela que essa riqueza se tornou mais perceptível, pelo fato de ter representado, em inúmeras nações latino-americanas, a forma literária mais praticada pelos escritores.

A ocorrência de tal fenômeno, compartilhado por diferentes literaturas da América do Sul, pode ser justificada pela convergência de algumas situações comuns vivenciadas pelas nações da região, em termos de história, cultura e sociedade. Os países do bloco sul-americano experimentaram, a partir de meados do século, um processo de industrialização progressivo que modificou as estruturas sociais vigentes, favorecendo uma crescente urbanização e desestruturando a sociedade agrária tradicional, dominante até então. Ao mesmo tempo, vinha se desenvolvendo, sobretudo no seio da intelectualidade, um forte sentimento de autonomia, expresso pela busca de uma identidade cultural que, no fundo, manifestava um desejo de promover a desvinculação definitiva das matrizes européias. Ques-

tionava-se, desta forma, o histórico processo de alinhamento dos países latino-americanos, sempre curvados à influência da produção cultural européia e/ou norte-americana, que quase sempre significava o desconhecimento e, muitas vezes, o desinteresse pela produção do próprio continente, aprofundando sua dependência cultural. Esta dependência, ligada diretamente ao processo de colonização, aparecia, no âmbito da literatura, sobretudo no estudo das fontes e influências de obras e autores, em que estes eram invariavelmente os devedores que se apropriavam ou repetiam os grandes autores e obras do Velho Mundo.

Ao dar as costas à Europa (e também aos Estados Unidos, novo representante do colonialismo cultural no século XX), a América Latina procurava assim voltar-se para si mesma, encarando-se como um conjunto de nações que haviam enfrentado processos semelhantes de aculturação e de colonização, e que também vivenciavam problemas análogos decorrentes da intensificação do sistema capitalista, após a segunda Guerra Mundial.

Desenvolveu-se, por isso mesmo, um “ideal de integração”, como forma de resgatar aquela unidade (ou aproximação), que sempre deveria ter existido mas que, por falta de comunicação entre as diferentes regiões, decorrente do próprio colonialismo, acabara isolando as nações, que dialogavam mais com a Europa e América do Norte do que entre si, configurando o que o crítico brasileiro Roberto Schwarz denominou “torcicolo cultural”².

2 A esse respeito veja o excelente ensaio de SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”, In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Gilda Neves da Silva Bittencourt
Márcia Hoppe Navarro

Esse movimento de aproximação, em termos de literatura, pode ser creditado, igualmente, a outras destacadas motivações: resultou, em primeiro lugar, da melhoria substancial das redes de comunicação, que diminuíram distâncias e facilitaram os contatos mais freqüentes entre pessoas e regiões distantes. Em segundo lugar, promoveu-se, no âmbito cultural e literário, um persistente esforço em editar obras que congregassem temas de interesse comum aos povos latino-americanos, ligados sobretudo às indagações acerca da identidade nacional, ao resgate cultural e histórico, aos problemas de linguagem e às relações entre arte e sociedade, entre outras habilidades.

Significativo, nesse sentido, foi o lançamento da obra *América Latina en su Literatura*, resultado de um ambicioso projeto da UNESCO, destinado a melhor investigar a cultura latino-americana. O livro, primeiro de uma série que também inclui estudos de arquitetura, de artes e de outras manifestações culturais, contém ensaios de autores (críticos, escritores, poetas, ensaístas) de diferentes países, abordando reflexões em torno da literatura construída sob uma perspectiva de “latino-americanidade” e, de fato, materializa um magnífico acervo sobre este encontro de culturas que é a América Latina. César Fernandez Moreno, organizador da obra, define a feliz escolha do título da mesma:

“Por cierto que lo más significativo de esa construcción no radica en los sustantivos que la integran, sino en la preposición “en”. Ella significa claramente que el objeto de ese autoestudio

*no es la cultura en sí, los estilos y su evolución, el inventario de las obras realizadas, sino, precisamente, América Latina misma en o a través de esas manifestaciones culturales.”*³

Essa idéia do olhar diversificado, apontando simultaneamente para dentro e para fora das literaturas nacionais, identificando suas semelhanças e diferenças, mas refletindo, numa perspectiva integradora, o próprio “sistema literário latino-americano”, veio a se constituir num tópico de estudo importante, ampliando a vertente do comparatismo literário. Pensadores-escritores como Angel Rama no Uruguai, Antonio Candido no Brasil, e Ana Pizarro no Chile, para citar apenas três, destacaram-se por suas reflexões, propondo a identificação de modos de articulação através dos quais as literaturas da América Latina assimilaram elementos externos e internos na constituição de suas representações literárias; com esta arquitetura analítica procuraram gerar novos conhecimentos sobre as formas de desenvolvimento e sobre os processos sociais dos diferentes sistemas nacionais.⁴

Tal perspectiva integradora não só demonstrou a existência nos países latino-americanos de uma similaridade, em termos de estruturas sociais (populações de composição sócio-cultural heterogênea e uma acentuada assimetria societária, principalmente de ordem econômica) e de pro-

3 FERNANDEZ MORENO, César. (org.) *América Latina en su Literatura*. México: Siglo XXI Editores/UNESCO, 1972, p.13.

4 Cf. PIZARRO, Ana. *La Literatura Latinoamericana como Proceso*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1981, p. 18.

cessos de transformação da sociedade (que conduziram, por exemplo, à urbanização acelerada e à conseqüente marginalização de segmentos significativos da população), como também apontou para a complexidade recorrente dos sistemas literários, formados com base numa diversidade extraordinária de discursos. O que normalmente designamos, genericamente, como “literatura latino-americana” é, na realidade, conforme afirma Ana Pizarro:

*“(...) un conjunto formado por lo menos por dos o tres sistemas literarios diferentes según las regiones, que provienen de sistemas culturales en general bastante diferenciados (...) Se trata de un proceso plural por cuanto responden en un mismo período a temporalidades diversas, a una historia de sectores distintos de la sociedad, así como a diferentes medios de plasmación, ya sea en oralidad o escritura. Se trata de un discurso global formado por tres sistemas: un sistema erudito, en español, portugués o otra lengua metropolitana, un sistema popular en la expresión americana de las lenguas metropolitanas, o en creóle en el caso del Caribe, y de un sistema literario en lengua nativa, según la región.”*⁵

Outra faceta do caráter integrador da literatura latino-americana pode ser percebida no decurso do processo de renovação literária desenvolvido a partir dos anos 50.

5 PIZARRO, Ana. Op. cit., p. 19.

Nesse movimento, que Angel Rama designou como “transculturização”, também forjou-se uma convergência de intenções de escritores que por um lado, souberam manejar de modo imprevisto e original as contribuições artísticas provenientes das vanguardas européias, mas de outro, propuseram-se a revisar, à luz dessa modernidade, os próprios conteúdos culturais regionais, em busca de soluções artísticas que não fossem contraditórias em relação à herança que deveriam transmitir.⁶ Desta forma, as contribuições externas de fato, serviram, tão somente, apenas como um “fermento”, um catalisador para desenvolver e aperfeiçoar o que já era parte constitutiva de suas próprias tradições.

A investigação dos elementos culturais comuns de latino-americanidade representou, também, uma forma de criar uma nova força motriz ou, quando menos, um contraponto autóctone, para fazer frente às influências européias que historicamente tiveram uma ativa participação na formação das literaturas sul-americanas. Com isso, promovia-se uma alteração no usual modelo-padrão que presidia os estudos comparados tradicionais, não no sentido de inverter o vetor de influência até então centrado na Europa, mas estabelecendo um diálogo mais equilibrado entre as literaturas européias e latino-americanas.⁷ Esta força somente seria alcançada se fosse disseminada e aceita

6 RAMA, Angel. *La Novela en América Latina*. Panoramas. 1920-1980. Colombia: Instituto Colombiano de Cultura, 1982, p. 207. Veja, também, do mesmo autor, *Transculturación narrativa en América Latina*. México: Siglo XXI Editores, 1982.

7 COUTINHO, Eduardo. “A Crítica Literária na América Latina e os novos rumos do Comparatismo”. In: CARVALHAL, Tania. (org.) *O Discurso Crítico na América Latina*. Porto Alegre: IEL/Unisinos, 1996, p. 206.

mais amplamente uma noção de coesão e solidariedade entre as nações que haviam passado por experiências similares em seus processos de aculturação e de transculturação.

Além disso, havia também um outro fator de ordem histórico-política que contribuiu significativamente para o fortalecimento desse sentimento solidário: a repetição constante de sistemas políticos autoritários, regimes ditatoriais marcados pela violência, pelo terror e pela cassação das liberdades individuais, o que provocou sistemáticas reações sociais, e ensejando movimentos de resistência e oposição, em particular no seio da intelectualidade. Esta presença persistente de aparatos coercitivos de governos ditatoriais, quase sempre notabilizados por sua extremada violência, exerceu, naturalmente, uma função motivadora no trabalho artístico, repercutindo nos modos de representação literária como inspiração temática e na construção da própria estrutura formal das obras, privilegiando a alegoria, a alusão, as lacunas e hiatos do texto, entre outras estratégias de cartografia literária. Ou seja, a necessidade de driblar a censura fez também com que se desenvolvessem modos peculiares de enunciação literária que acabaram por proporcionar às literaturas latino-americanas um enriquecimento estético e uma diferenciação únicos altamente significativos, quando comparadas internacionalmente.

No Brasil, por exemplo, o regime ditatorial implantado a partir de março de 1964, criou uma situação bastante contraditória na vida cultural do país: enquanto intervinha constantemente, através da coerção, da censura e da violência contra os intelectuais em geral, especialmente entre

os anos de 1968 e 1979, cerceando ou proibindo as atividades artísticas, atuava, por outro lado, no sentido de direcionar e intermediar a produção cultural por meio dos investimentos e da ação dos órgãos oficiais. Assim, havia concomitantemente uma estratégia de repressão e uma política de cooptação e incentivo por parte do regime militar, que promovia as manifestações artísticas via festivais, concursos, prêmios, co-edições etc.⁸

A imagem que se criou em torno da literatura produzida durante o período de arbítrio no Brasil, mesmo aquela patrocinada pelos órgãos do governo, tem sido, conforme Flora Sussekind, “a de uma forma de expressão obrigada a exercer quase que exclusivamente funções compensatórias”⁹, ou seja, através dela se propagava, de uma forma cifrada e dissimulada, mas às vezes também explícita, a que a censura impedia os jornais, revistas e meios de comunicação de massa de divulgarem. Porém, o limitado alcance da literatura em termos de público, especialmente romances, dificultava sobremodo o exercício dessa função, já que atingia uma parcela restrita da população. Para a população em geral, o regime expandiu o acesso à televisão que, com a criação das redes nacionais e a interligação via satélite, alcançou assim os mais recônditos lugares do país e um número cada vez maior de telespectadores. Dessa forma, o protesto e a denúncia que a literatura procurava eventualmente veicular esvaziava-se, pois os seus possíveis leitores haviam sido “seqüestrados” pela irresistível sedução da te-

8 Cf. SUSSEKIND, Flora. *Literatura e Vida Literária*: Polêmicas, Diários e Retratos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p. 25.

9 SUSSEKIND, Flora. Op. cit., p. 57.

levisão. Essa limitação do público leitor, aliás, é também um outro traço comum nos países latino-americanos que, com raras exceções, caracterizam-se pela precariedade de seus sistemas educacionais e, conseqüentemente, pela existência de grandes contingentes de analfabetos ou semi-alfabetizados.

Contudo, a maior penetração dos meios de comunicação de massa facilitou a divulgação de certas manifestações da indústria cultural, cuja natureza permitia melhor aproveitamento pelos veículos da mídia, como é o caso da música popular. Nas manifestações literárias, quem melhor usufruiu desses novos espaços de divulgação foi o conto, gênero literário essencialmente condensado, cuja expansão em muitos países latino-americanos deveu-se, em grande parte, à sua maior difusão em jornais e revistas de grande circulação.

O crescimento do conto assinalou, assim, mais um aspecto integrador entre as literaturas latino-americanas, identificando uma preferência generalizada que, se de um lado tem a ver com sua maior potencialidade para atingir o público leitor através de jornais e periódicos, e com os incentivos governamentais via concursos e prêmios literários, por outro, também se deve às próprias características diferenciadas do conto em relação ao romance. Sendo uma narrativa sintética e densa, unitária no desenvolvimento de suas ações e restrita a um universo limitado de personagens e de espaço, o conto, por suas possibilidades de diversificar-se numérica e tematicamente, tem maiores chances de abordar as mais variadas questões e temas, sob ângulos multifacetados que ampliam o espectro de sua abrangência, repre-

sentando, assim, a própria heterogeneidade dos problemas que atingem as nações colonizadas da América Latina – através das múltiplas perspectivas, focos e vozes com que são enunciados.

Desta forma, o conto passou a representar o “grande porta-voz”, o desaguadouro das questões essenciais que inquietavam os povos latino-americanos na afirmação de suas identidades culturais, como o resgate de sua história, a definição de seu espaço e sua cultura, os problemas decorrentes das desigualdades sociais resultantes da expansão do sistema capitalista, a desconformidade com a violência e o arbítrio ditatoriais, a desilusão dos jovens diante de um mundo reificado pela sociedade de consumo e as rápidas mudanças tecnológicas, entre tantas outras dimensões passíveis de análise. A contística latino-americana constituiu-se, na verdade, em um grande painel que, por si só, representava a heterogeneidade e as complexidades das culturas de origem.

De outra parte, o próprio anseio de construção de uma identidade própria que irmana as literaturas latino-americanas, além do propósito comum de romper com as amarras da dependência cultural, pode também justificar a preferência por um tipo de narrativa que, com as usuais honrosas exceções, nunca foi plenamente desenvolvida no continente europeu. Historicamente, o mesmo fato já havia acontecido no século XIX, quando as nações “periféricas” de então, os Estados Unidos e a Rússia, desenvolveram intensamente a narrativa curta, num processo em muito similar ao que ocorreu no século XX na América Latina. Boris Eikhenbaum, no ensaio “Sobre a teoria da prosa”, expõe particularmente essa vocação da literatura norte-americana quando declara:

Gilda Neves da Silva Bittencourt
Márcia Hoppe Navarro

“A década de 30 e 40 do século XIX mostrou claramente a tendência da prosa americana para desenvolver o gênero da *short-story*, enquanto que nessa época a literatura inglesa cultivava o romance. Diferentes periódicos multiplicam-se e começam a representar importante papel na Inglaterra e na América, mas devemos anotar que os periódicos ingleses têm especial preferência pelos grandes romances (...), enquanto que os periódicos americanos dão lugar central às *short-stories*.”¹⁰

Assim, o fato de haver nas diferentes literaturas da América Latina uma forte propensão para investir numa forma narrativa pouco considerada nos meios metropolitanos, fazendo dela uma manifestação literária relevante, pela criação de formas inovadoras e criativas, fez com que o conto assumisse um papel importante e uma condição estética que nunca desfrutou no ambiente europeu.

Uma descrição, ainda que genérica e panorâmica das literaturas do Brasil, da Argentina e do Chile, em particular nos anos 70, poderá exemplificar algumas dessas questões.

No Brasil, o conto observou um desenvolvimento excepcional, superando não só a produção de períodos anteriores, mas igualmente as demais “espécies literárias” (romance, novela, crônica, poesia). O conto foi não só a forma literária mais praticada como também a mais

10 EIKHENBAUM, Boris. “Sobre a teoria da prosa”. In: CHOKLOVSKI, V. et alii. *Teoria da Literatura*. Formalistas Russos. Porto Alegre: Globo, 1976, p. 164.

divulgada, pois recebeu generoso espaço para publicação em jornais, suplementos literários e revistas; ao mesmo tempo, obteve o apoio de algumas importantes editoras situadas no pólo cultural do país (Rio de Janeiro e São Paulo) que acreditaram no potencial do gênero e investiram fortemente na sua edição, tanto em obras individuais, como em antologias de diferentes autores. Casas editoriais como a José Olympio, a Civilização Brasileira e a Ática contribuíram de modo expressivo para a expansão do conto brasileiro, na década de setenta.

Vale lembrar ainda que a explosão do conto se deu num momento em que a sociedade brasileira também se transformava, perturbada pela instauração de uma nova ordem política, com a implantação e o gradativo fechamento do regime ditatorial. A intelectualidade, em sua grande parte, desde a primeira hora, manifestou o seu repúdio ao cerceamento das liberdades individuais e combateu, sob as mais variadas formas, o regime militar, quer na militância e oposição diretas, quer pela produção artística que adquiriu um caráter peculiar de conscientização e de denúncia. Entre os contistas brasileiros, destacavam-se Autran Dourado, Dalton Trevisan, Osman Lins, Clarice Lispector, Murilo Rubião, Néida Piñon, Rubem Fonseca, Ricardo Ramos, João Antonio Ferreira Filho.

Nesse contexto, a literatura brasileira, a exemplo do que acontecia nos países hispano-americanos, desenvolveu uma narrativa curta que expressava, de modo mais imediato, uma nova relação com as estruturas de poder. A constituição de governos militares e a adoção de formas de capitalismo que acentuavam as desigualdades sociais produ-

ziram, em termos literários, uma reflexão ampla sobre os modos de funcionamento do poder, incluindo aí tanto a crítica ao sistema capitalista, como principalmente ao autoritarismo institucional. Ao lado disso, a contística brasileira dos anos 70 também foi veículo de expressão do desencanto das gerações jovens com os rumos da vida nacional e com a sociedade em geral, em face da perda de ilusões acalentadas por ideais de igualdade, justiça e liberdade. Esse desencanto recebia forte influência externa, representada pelos movimentos sociais que em vários países atacavam ou negavam o sistema estabelecido e buscavam uma nova ordem fundamentada “no amor e na paz”, ou formas alternativas de vida. Incluíam-se aí o movimento *hippie*, a revolta de maio de 68 na França, as atividades de pacifistas americanos contra a guerra do Vietnã, os protestos de grupos de ecologistas contra a cultura predatória da modernidade, e tantos outros que colaboravam para imprimir um tom generalizado de revolta e decepção, sobretudo na geração jovem. Os interesses manifestados pelos contistas dos anos 70 situam-se nesse espectro de abrangência, oscilando entre as representações do social e os embates e dilemas do eu, fraudado e desiludido com o mundo.

Além dessa postura, que denota uma reflexão crítica sobre a realidade brasileira, procuravam formas de expressão peculiares, visando uma autenticidade fundada na cultura nacional. A fala genuína, representada por uma linguagem ora mais, ora menos elaborada lingüisticamente, revelava porém uma inspiração oriunda não mais de autores europeus ou norte-americanos, mas de escritores brasileiros anteriores e/ou clássicos, como Graciliano Ramos,

Clarice Lispector e Guimarães Rosa, ou então dos latino-americanos Cortázar, Borges e García Márquez. Assim, ao realimentar-se em seu próprio sistema literário, ou dos sistemas que lhe eram próximos, a contística brasileira dos anos 70 reafirmava uma identidade peculiar, mas ao mesmo tempo afinada com as literaturas latino-americanas.

A literatura argentina do mesmo período apresenta vários pontos coincidentes: representa, nas formas variadas de suas narrativas curtas, as mesmas inquietações quanto aos rumos políticos e econômicos do país. O predomínio de práticas autoritárias, exercidas por sucessivos golpes de Estado (particularmente o de 1976), provocou o cerceamento brutal das liberdades individuais e o emudecimento das vozes dissidentes, amordaçadas ou desaparecidas pela barbárie militar. Tal estado de coisas refletiu-se naturalmente na temática dos contos, voltada invariavelmente à violência, ao terror e aos projetos fracassados.

Por outro lado, tal como se deu no Brasil, os escritores argentinos dos anos 70 inspiraram-se em seus mestres compatriotas, sobretudo nas técnicas narrativas, no sentido de construir modos de composição que, ao mesmo tempo, escondessem e revelassem a realidade vivenciada. Assim, não só com Borges, mas com Roberto Arlt e Julio Cortázar os contistas “aprenderam a trabalhar a história na ficção a partir do fragmento, das exclusões, do não dito.”¹¹ Estas estratégias de despiste, motivadas principalmente pela censura, representaram uma opção estética que enriqueceu sobremaneira as formas narrativas do período,

11 CÁRCAMO, Silvia. (org.) “Narradores da década de 70”. In: ALCALÁ, May Lorenzo. (org.) *Nova Narrativa Argentina*. São Paulo: Iluminuras, 1990, p. 244.

particularmente o conto. Os principais contistas argentinos do período são Luiza Valenzuela, Ricardo Piglia, Marta Traba, Jorge Assis, Diego Angelino, Blás Matamoro, Juan Carlos Martini Real, Alicia Steinberg, Jorge Mansur.

Um aspecto que também se repete na contística argentina é o fato de manifestar as desilusões de uma geração que viu seus sonhos de juventude se desintegrarem diante da dura realidade política e social do país, e que encontra refúgio, muitas vezes, na pura alienação. Em razão disso, as narrativas adquirem tons sombrios e uma opacidade que problematizam a representação, de modo a torná-la homóloga à crise de identidade tematizada.

Os contistas argentinos dos anos 70 têm igualmente em comum com os brasileiros a preocupação com o debate sobre a identidade cultural do país, que se manifesta sob as mais variadas formas. Uma delas é a recuperação dos mitos nacionais, como tentativa de resgatar a história que havia sido escamoteada ou reescrita pelas sucessivas ditaduras.¹²

A literatura argentina, porém, produziu nesse período algo que não aconteceu na literatura brasileira: uma literatura do exílio, em que os escritores, forçados a abandonar o país por imposições políticas, continuaram a escrever e a publicar do exterior, sobretudo no período de 1976 a 1983. No Brasil, ainda que fosse registrado um número significativo de exilados políticos, não houve uma literatura do exílio, mas sim do pós-exílio; ou seja, ex-exilados começaram a escrever no momento de seu retorno ao

12 Idem, *ibidem*, p. 246.

país, com a abertura política do final dos anos 70. Este foi o caso de Fernando Gabeira com *O que é isso, companheiro?* (1979), que assinala o início de uma série de relatos autobiográficos e romances-reportagens, cuja temática central era a denúncia das experiências traumáticas com a repressão, vivenciadas durante os anos duros e fechados do período ditatorial.

Talvez ainda mais crítica do que a situação da Argentina seja a chilena que, além de possuir toda uma geração de escritores exilados, teve também o seu pensamento crítico deslocado para o exterior, na medida em que um grande número de investigadores, professores e estudiosos de literatura foi obrigado a abandonar o país, interrompendo o diálogo com as gerações anteriores e com o seu espaço cultural, sem contudo deixar de produzir suas reflexões sobre a realidade e a história chilena. Essa situação de exílio vivida de forma expressiva pelos chilenos é retratada em uma novela de Antonio Skármeta, *No pasó nada*¹³, onde, através do relato de um adolescente, o leitor penetra de forma comovente na vida cotidiana dos exilados que balançam divididos entre dois mundos, entre a pátria perdida e o país que lhes oferecia refúgio.

No que tange aos demais aspectos, a produção literária chilena dos anos 70 apresenta muitas similaridades com

13 SKÁRMETA, Antonio. *No pasó nada*. 1980, traduzido para o português como *Não foi nada*. São Paulo: Record, 1997. Skármeta é o autor de *Ardiente Paciência*, romance que o tornou famoso ao ser filmado como *O carteiro e o Poeta*. O romance descreve o período de ascensão e queda de Salvador Allende ao poder de 1970 a 1973, o início da ditadura de Pinochet e a morte de Neruda. Como diz Skármeta, “morria a democracia no Chile por obra de um golpe cruel, e duas semanas depois, morria Pablo Neruda. Em dolorosa sincronização apagavam-se a liberdade e a poesia”. (*Não foi nada*, p. 2)

Gilda Neves da Silva Bittencourt
Márcia Hoppe Navarro

a brasileira e a argentina. A inquietação dos jovens, desiludidos e desenganados diante de uma sociedade decadente e apodrecida, em todas as suas esferas, mostra a ressonância dos movimentos de revolta da juventude do final dos anos 60, apontados anteriormente, e se expressa na narrativa de autores como Ariel Dorfman, Enrique Lafourcade, Fernando Alegria, José Donoso, Helena Subercaseaux, Daniela Eltit, Jorge Edwards.

A ênfase na experiência cotidiana, nos tipos banais, avessos a convenções e rebeldes aos valores estabelecidos e à ideologia dominante, revela a preocupação compartilhada em manifestar uma crítica agressiva à ordem burguesa e ao que ela representou na constituição do mundo social das nações latino-americanas. Sobre ela recai a grande responsabilidade e a culpa pelo apodrecimento irreversível da sociedade e pela desumanização do indivíduo.

Outra vertente da literatura chilena que vai na mesma direção das demais aqui abordadas centraliza-se na denúncia ao regime ditatorial, em narrativas às vezes cifradas em alegorias sugestivas, às vezes em linguagem mais explícita, mas que revelam o mundo sombrio da violência e do terror instaurados a partir de 1973, ou então apontam os caminhos da resistência que se esboçavam num país “adormecido” pela propaganda de Pinochet.¹⁴

As aproximações que fizemos até aqui são suficientes, portanto, para identificar o elo integrador e as aproximações entre as literaturas da América Latina, particular-

14 Os dados sobre a literatura chilena dos anos 70 foram extraídos do livro de René Jara, *El revés de la Arpillera. Perfil literario de Chile* (Madrid: Hiperión, 1988). O próprio crítico, como se vê, também escreve do exílio.

mente nas formas do conto. A idéia de pensar uma integração literária latino-americana, em plena era da globalização e da constituição dos grandes blocos econômicos, ajuda a reforçar uma concepção igualmente ampla de conglomerados culturais, capazes de reunir grupos de nações afinadas em seus interesses, na luta pela superação da dependência e pela construção de suas identidades, e cujos desenvolvimentos históricos apresentam muitos pontos em comum. Esta reunião, porém, não significa o estabelecimento de identidades plenas, que tudo uniformizem sob um grande guarda-chuva, mas quer sobretudo mostrar como diferentes literaturas são capazes de preservar suas feições nacionais (portanto, suas diferenças) e, ao mesmo tempo, manter entre si modos de aproximação e de semelhança que revelem origens e desenvolvimentos homólogos na constituição de suas culturas e, conseqüentemente, de seus sistemas literários, como parte do processo global de colonização e da implantação do regime capitalista. Porque, como diz Bosi,

“(...) em face da História, rio sem fim que vai arrastando tudo e a todos no seu curso, o contista é um pescador de momentos singulares, cheios de significação. Inventar, de novo: descobrir o que os outros não souberam ver com tanta clareza, não souberam sentir com tanta força. Literariamente: o contista explora no discurso ficcional uma hora intensa e aguda de percepção.”¹⁵

15 BOSI, Alfredo. *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1981.

MEDITACIONES BRASILEÑAS

Horacio González*

Quizás convenga iniciar esta lectura con una pequeña confesión: no poseo la lengua del *geopolítico* o del *geosociólogo*. Y así, no me inscribo entre quienes exhibirían algún género de simpatía al concepto de *integración cultural*, y no por concederle relieve a las filosofías del desperdigamiento o de la dispersión. Sino porque en su drásticas incumbencias, el concepto de *integración* implica regulaciones, registros e inspección, lo que debe someterse a discusión antes que considerarlo un valor suficiente. Toda integración suena evangélica, papal, presidencial. Juntar lo disperso en unidades mayores, puede ser un acontecer fundado en hábitos dialécticos o en geometrías morales. Pero en esencia hace vibrar en nuestros oídos rutinas de pensamiento estratégico, con fácil evocación militar-empresarial.

Si el punto de partida es la idea de integración, por más que expulsemos de nuestro espíritu cualquier idea ministerial o diplomática, estaremos destinados a disimular el destino irreconciliable y particularista de las cosas. Es cierto que el mundo no asume exclusivamente el ritmo de las singularidades radicales, pero solo son ellas las que permiten

* Sociólogo, Doutor em Sociologia pela FFLCH/USP e professor na Universidad de Buenos Aires e nas Universidades Nacionales de La Plata e Rosario (Argentina).

darle una raíz verdadera a la investigación de la universalidad, solo son ellas las que pueden restarle conservadorismo u obligatoriedad a los consensos generales. Prefiero entonces el trato con una *integración cultural* que sepa declarar su propia renuncia a la fusión maquinal entre elementos disjuntos. Fusión tan solo resguardada por estrategias mercantiles y productivas, y todo lo que ellas exigen: acuerdos, anexiones y conquistas.

Por otra parte, hay suficientes indicios en la filosofía o en las prácticas del conocimiento, de que son las actividades productivas, vinculadas a los flujos económicos, las que movilizan las más perdurables identidades culturales. En este sentido, son ellas las mareas históricas efectivas, creadoras de realidad, educadas en tensiones concretas, acaso irritantes pero plenas de dinamismo histórico. ¿Para qué entonces la Universidad, o la literatura, o la filosofía, deben redundar en un intercambio o una integración a la sombra de esas fuerzas colosales?

¿No convendría homenajear irónicamente a esas fuerzas titánicas y tecno-utópicas, homenajearlas como a veces se homenaja a fuerzas enemigas, sin correr detrás del canto de las *geomercancías*? ¿Y además, sin conformar una lengua que descifre los caminos de la integración bajo el imperio de las filosofías del dinero? Y así, con un pensamiento de la particularidad cultural, no *integrable*, no *integracionista*, no *integral* ni *integradora*, quizás las Universidades puedan cambiar su actual expresión lánguida y sumisa, provocada por la conciencia de su retraso respecto a los puntos comunes en los que los neocapitalismos unifican simbolizaciones, estilísticas y gestualidades. ¿Pero ese retraso

no puede ser incluso lo que nos libere en un momento de peligro? Pues quizás en la cesura que produce ese retraso pueda brotar la necesaria arbitrariedad creadora de un pensamiento no sometido a la uniformidad que aplana las texturas autónomas del pensamiento.

El *Mercosur*, vocablo tecno-diplomático-financiero, formado por la consonancia entre una ilusión territorial y una subsección planetaria, sólo puede ser una abstracción sin vida para la filosofía, una ciudadanía tecnopolítica vacía de subjetividad, una formación ajena a toda dimensión artística que no sea la del arte entendido como correlato con la mercancía virtualizada. Y no es que entendiendo así el arte o el conocimiento haya carencia de obras u obras sin interés. Por el contrario, existe la vida artística e intelectual de la unificación moral, comunicativa y valorativa del mundo.

Porque estas mercomorales, este *logos* comunicacional deducible del gran foco creativo de las ideologías e íconos mercopublicitarios, proponen conceptos artísticos, pasan a limpio el patrimonio de imágenes de la humanidad y se encargan de una vasta herencia teórica. La gran cuestión es si las imágenes del arte y el lenguaje del conocer, pueden superar la histórica y nueva alianza entre la circulación de economías guiadas por la indeterminación planetaria, las regencias políticas teletecnocráticas, las formas de vida del comercio de imágenes, las modalidades neoliberales del ejercicio de la política, y las comunicaciones que construyen una temporalidad artificial respecto al tiempo social de las prácticas colectivas visibles. ¿No cuenta esa alianza, entre sus antecedentes la historia de las grandes travesías del arte principesco, burgués o estatal y también revolucionario?

Entonces se trata ahora de imaginar una pausa interna y emancipada en el texto de la dicción única y absolutista, que genere obras, situaciones y lenguajes no integrables entre sí, no *mercosurizables*, que se presenten ante los pueblos y ante la imaginación política como tallos o racimos que se vinculan en múltiples direcciones particularizadas de un diálogo. Casi tanto como preguntarse si hubiera sido posible un Renacimiento sin los Médici, un Tiziano sin Carlos V, un David sin la Convención Francesa o un muralismo mexicano sin una idea cósmica y social de la revolución campesina. Admitamos que es imposible escindir esa historia del arte y de la ciencia, de la historia pública con sus *condottieros*, sus estados nacionales, sus mecenatos económicos imperiales y sus jefes revolucionarios subidos a tribunas o envueltos en cinturones con balas.

Pero no es aceptable que mas allá de las miserias, adhesiones o saludos que el arte le entrega a los poderes (lo que suele hacerse con secreto dramatismo), se descuide la dimensión que hace que el pensamiento artístico o ético-político cargue en su memoria inherente, intransferible, la pasión invisible de no integración con los neopoderes de la abstracción económica. Así, cada obra inconmensurable, tiene entre sí una distancia irremediable que solo se conjura intentado el conocimiento a través de comparaciones que solo muy laboriosamente llegan a una generalización. Y aún así, cuando ésta llega, no es tampoco integrable a la generalización de los nuevos públicos populares o eruditos, extraídos, deducidos y generados por los mercados comunicacionales integrados o las ingenierías bélico-mediáticas.

¿No habría entonces que rechazar ciertos modos en que se construye una lengua común política, por tener de común solo lo que ciertas influencias de la razón gerenciadora mundial tienen por bien hallarle de común? ¿No deberíamos percibir cuánto de falso hay en ese común, cuánto de asentimiento indefectible y voluntad compelida?

Entonces, si quisiéramos escapar del geopensamiento ministerial, no debemos aceptar en la esfera de la práctica crítica de la humanidad, el mismo concepto de *Mercosur* que ya figura en la portada de nuestros pasaportes. Y no porque no exista un ideal que reclame trascendencia para la humanidad, sino porque ese ideal transcurre por otras creencias que las del hombre o el ciudadano de mercado que también somos. Por eso debe haber un área común para la crítica o el lenguaje anómalo, acaso un pensar-sur de la filosofía que incluya la crítica del Mercosur de bienes y servicios, entre los cuales, si no es el más notorio, también contamos con el de la integración académica. *Mercosur* contiene el éxtasis comunicacional deshistorizado, pero es necesario crear otra urdimbre intelectual también del sur, pero que se diferencie del concepto de Mercosur, que expulsa del campo denominativo la raíz americanista y la singularidad territorial e histórico-cultural.

Y por lo tanto, que no resuelva la raíz crítico-política de la vida, en unidades sometidas a gerenciamientos y financiamientos caritativos, sino en ejercicios comparativos entre culturas, con sus correspondientes nudos de conjunción dramática, y en actos de producción de autonomías de alta circulación, con reconocimientos de singularidades lingüísticas y búsqueda de remotas raíces

comunes sin constreñir los textos a su canon fiduciario. Las lenguas que entre nosotros se hablan – todos los matices del portugués brasileño y del castellano rioplatense, andino o caribeño, incluyendo el pragmático portuñol – merecen la elaboración de una teoría política de las lenguas nacionales suramericanas, que renueven a su vez el estudio de los vínculos sociales en lo que éstos tienen de lingüísticos.

Quiero ejemplificar, precisamente, lo que podría ser una tarea crítica del pensamiento referida a cuestiones de identidad intelectual y estilos culturales, cuando éstos deben confrontarse con la hegemonía de ciertos modelos históricos y difundidos arquetipos de lectura. Dicho de otro modo, examinaré brevemente la disputa intelectual tal como se presenta en Brasil y en Argentina en relación a cierta actualidad política. Me referiré a las modalidades textuales de cita y a las formas de resistencia al conocimiento establecido o a la modernización rectilínea. Y también, a la cuestión ética del reconocimiento de los pensamientos que no forman parte de nuestras biografías culturales de izquierda clásica, pero que tienen una ostensible pertinencia inversa, como ciertas formas de catastrofismos de las derechas oscuras y escatológicas. Y todo en el terreno que acaso nos sea más familiar que otros, el de las ciencias sociales. Hemos aquí casi en un ejercicio comparativo, que al fin y al cabo recomendamos frente a las tiradas globalizadoras en curso.

Comencemos por la justa fama que goza en Brasil el libro de Lévi-Strauss, *Tristes Trópicos* y por la mención que se hace en él del *18 Brumario* de Marx. El actual presidente brasileiro cierta vez tomó este pasaje, agregándose así

a la cadena de citas. Y si bien era una cita de cita, no es frecuente escuchar a un Presidente de la Nación invocar al *18 Brumario*. Este viejo escrito no suele escapar indemne de las aulas universitarias o del costumbrismo remanente de los memoriosos. En la carta VII de Platón, siempre algo dudosa para los peritos, el filósofo somete a escrutinio filosófico a Dionisio, el rey de Siracusa. Dionisio consideraba que no tenía nada que aprender, satisfecho de las frases oídas a otros y con las que incluso escribió un manual, que presentó como hallazgo de su propia sapiencia. ¿Pero cuál es la materia de la que trata la cita levi Straussiana del *18 Brumario* citada a su vez por Fernando Henrique Cardoso? ¿Qué peso tiene en la actualidad brasileña la “frase oída a otros”?

El *18 Brumario* mentado en *Tristes Trópicos* se refiere a una observación de Lévi-Strauss sobre el momento crucial en que un escritor comienza su texto. Según Lévi-Strauss, cuando debe enfrentar el momento de concebir un enunciado nuevo, relea – sin duda como invocación a un demiurgo de la escritura – el *18 Brumario* de Marx. Entendemos el sentido de este aserto. Cada escritor quisiera absorber mágicamente para sí, la cadencia, y por sí decirlo, el sabor, de aquél célebre escrito marxista en cuyo extremo se percibe un compendio secreto de retórica política: “¿cómo empezar un texto? ¿qué elección sonora hay que hacer de una frase inicial? ¿cómo mantener los altibajos de un relato, anudar cada secuencia con ornamentos que parecen meros agregados de paso, pero destinados a perdurar como citas perennes de un escrito?”

Con mucho menos exigencias que Platón respecto al mal gobernante que tiene tratos con la cita rapiñada antes

que con las dificultades inherentes al pensamiento – y es necesario decir que la cita hoy goza de alta reputación – podemos suponer que en el caso del presidente Cardoso asistimos la aplastante fusión entre la historia de la sociología brasileña y la máxima expresión de un poder de Estado. ¿Que hace el *Brumario* allí? Lectura siempre visitada, desde luego, es algo que se salva de la catástrofe en que quedaron sumergidas las lecturas marxianas. De ahí que surge el *18 Brumario* como inquietud residual o como una ruina elegante, como una subsistencia de frases trucas o momentos gastados de las bibliografías sociológicas que supieron recorrer las universidades latinoamericanas. Cardoso es poseedor de una historia intelectual ligada a la Universidad de San Pablo, al juego de las teorías, a los debates político de los años 60, a las esperanzas de la izquierda, a las discusiones inagotables y recurrentes sobre el papel de los intelectuales. *El 18 brumario* como cita de una cita y a la vez como texto que se abre con la incerteza de otra cita, permite aludir a un borroso pasado de corpomisos y a la vez reclamar un presente que con sólo citarlo puede obtener una indulgencia melancólica cuando sepulta, citándolo, al pasado.

¿Pero fue la *Sociología* la que llegó a la presidencia del Brasil, o un sociólogo notorio que sin embargo no compromete la historia intelectual de esa disciplina y que sólo se definió profesionalmente de ese modo aunque se diera a conocer por algunas publicaciones de vasta influencia política en las carreras de ciencias sociales? Como sea, para un sector de la clase intelectual política brasileña, nos parece que fue posible pensar las cuestiones de gestión estatal,

acuerdos neoliberales y pasajes abruptos a la modernidad definida por consignas imperativas de época, al injertar en el Estado el recuerdo “prestigioso” de antiguas citas rebeldes, ahora inocuas en el yacimiento de la cultura erudita de los claustros, incluyendo la que alentaba la proclama de tristeza tropical del abrumado Lévi-Strauss.

En ese itinerario podemos ver ahora los desplazamientos y sorpresas que provoca la historia de las ciencias sociales, como si contuvieran el mapa interno y diluido de los tratos de ciertos grupos culturales con la actualidad del poder. En ese trato surge el pensamiento de la integración, que no deja de ser una invocación a la supuesta marcha forzada de la historia a la que una elite política quiere anexarnos.

Se dirá que las ciencias sociales ponen a prueba de muchos modos sus expectativas y sus vínculos con la política, pero no deja de ser un teatro eminente de las teorías o de las protolenguas sociológicas, la forma en que estas se adhieren al cuerpo del sociólogo rey y la forma en que éste debe reelaborar su autoimagen intelectual en las tenazas de la política. ¿Pero se puede hacer ésto sin metamorfosis personal y grupal? Y por añadidura, no estamos ahora en el lugar mas explícito de la metamorfosis de una clase intelectual latinoamericana, globalizada, mercosurizada, en esos palcos de las sociologías profesionales, políticas o especulativas que antaño ascendieron al drama de las biografías intelectuales junto al canto de la revolución y de la ciencia comprometida?

Quizás como en ningún otro paraje, la historia latinoamericana de la sociología es la historia interna de la

clase cultural que concibió el diálogo de lejanías y cercanías con el poder, y que junto a ello concibió el debate por la versión mas innovadora de los conflictos culturales nacionales. Con todo, esta historia no quedaría completa sino mencionáramos las resistencias – las elocuentes y alargadas resistencias – que la sociología ha despertado desde siempre.

En Brasil, a diferencia de la Argentina, la primer resistencia a la sociología no partió de un sector conservador y decrépito de las letras vernáculas, sino de un espíritu activo e innovador de la literatura. El pavor que inspiraba la sociología no se fundó en los prejuicios de la aristocracia y el anacronismo de una conservadora república de las letras sino de un sector moderno e innovador de la literatura. Quizás podamos ver ahora esa primer resistencia del modernismo literario contra el modernismo sociológico, como bastidor clásico en que se fue elaborando el problema del rechazo a las ciencias sociales, que sin embargo no se detendrían hasta desembocar en la triunfante presidencia Cardoso, el príncipe sociólogo. Triunfo sobre la base de explicar las resistencias como atraso y como renuncia a la regla áurea de la conciliación.

Pero también la sociología brasileña de los años 30 – la primera que se concibió como un esfuerzo colectivo de carácter universitario – no contó con un programa inicial de fuerte interrogación sobre el acto de escritura, de manera que a diferencia con la Argentina, ahora podemos percibir hasta que punto para José Ingenieros, nombre que es la insignia instauradora de la sociología argentina, el acto sociológico era una suerte de suma iluminada de medicina

más literatura y *más* arqueología, sobretudo esta última, que descansaba en los huesos de gliptodontes descubiertos por Ameghino en la pampa, patriotismo científico de por medio, pero también con una fuerte apuesta imaginativa que llevaba la ciencia a los límites de una metafísica de la infinitud humana.

Desde luego, esta historia consta de recuerdos de recuerdos, de relatos ya hechos y rearmados infinitas veces, por lo tanto estamos en el terreno del mito que se adhiere incitante a la explicación. Es sabido que el recelo frente a la sociología profesional o universitaria surge en Brasil de algunos notorios representantes de la novedad literaria. Sobretudo, es muy conocida la idea del “aburrimento sociológico” que lanza Oswald de Andrade, cuyo blanco es presuntamente el maestro de los sociólogos brasileños, Florestan Fernandes, maestro incluso del actual presidente, corazón de una genealogía diferente a la Argentina, donde la secuencia eslabonada de las herencias se han perdido, cortadas luego de completada la secuencia Ingenieros, Ponce, Agosti, Aricó al promediar los años 60.

Lanzando el menosprecio de *Chato´s boys*, según es fama, ataca a la sociología Oswald de Andrade, el autor de la fusión mística entre maquinismo y arcaísmo, en un eco de sus manifiestos que enseñaban a recrear la lengua brasileña con un tensión entre una actualidad de exaltación técnica y un indigenismo lleno de astucias, peligros y extravíos. La sociología brasileña surgía bajo la fuerte sospecha de que su lenguaje regimentado impedía el descubrimiento de lo que Andrade llamó “la ley del hombre” y no permitía “ver con ojos libres”, según la drástica con-

signa escrita en las estridentes proclamas que aludían al Palo Brasil y al país de la Cobra Grande.

Mientras tanto, en la Argentina el ataque a la academia sin duda gobernó algunos lances literarios de la revista *Martín Fierro* en los años 20, pero no fue lo habitual, porque no coincidió la gran literatura con un llamado a preocuparse por el andamio de las ciencias humanas, aunque el último Borges se trezara en una lucha contra la sociologización de los estudios shakespearianos. Por eso, en la Argentina el ataque fue a la inversa. Si descontamos el pobre intento de Miguel Cané contra Quesada, revestido apenas por su incomprensión no solo de lo que intentaba ser una buena o mala explicación científica del mundo social, sino de casi todas las cuestiones que importan para el conocimiento, en los años sesenta – años dónde aún vibraban los ecos de la proposición ginogermaniana – en vez de ser la literatura la que acusaba a la Academia como aburrida – es decir, como carente de sapiencia para la vida – fué la academia la que atacó a las escrituras singulares, personales y agrestes, cercanas a la literatura. Eso es lo demuestra la deplorable incomprensión, cercana a la de ceguera, que siempre comandó la interpretación de Gino Germani sobre la vasta y revulsiva obra de Martínez Estrada, el ensayista hipnotizador.

En Brasil, la sociología era acosada por una rivalidad literaria, sino inesperada, por lo menos jugada con una desusada tozudez. Es que se trataba de disputar el terreno de una interpretación historiográfica y cultural que para la sociología implicaba interponer no solo ciertas certezas sobre la configuración clasista de la sociedad – con lo que se

intentaba rebajar el poder explicativo del epicureísmo místico y experiencial oswaldiano – sino un método de investigación que exigía otros documentos y certificaciones que no fueran meramente los impulsos mitopoéticos de los escritores inspirados por la energía íntima de los curanderos y por la visión fascinada de los campos de aviación militar. Los caminos brasileños se bifurcaban dramáticamente entre la crítica universitaria y el ensayo, pero éste no era diferente en la Argentina y solo bastaría cambiar el nombre de Martínez Estrada por el de Gilberto Freyre o el de Scalabrini Ortiz por el de Sérgio Buarque de Holanda.

Pero esta misma bifurcación que en la Argentina fue tajante, rencorosa y abismal, en Brasil contaba con la figura de Oswald de Andrade que hacía de puente entre ambas carreteras y proponía una suerte de simpático anatema que a pesar de dirigir una acusación contra la sociología demostraba estar al par de lo que esta significaba en todo el mundo como síntoma de modernización, renovación de los lenguajes políticos y de la figura misma del intelectual. Casi de un modo equivalente – como si un destino errante fuera colocando sus imágenes en un armazón fijo – el envión contra la sociología sería retomado a fines de los años setenta, años donde aún resonaban en América Latina los ecos no siempre contrapuestos del desempeño de la Fundación Ford y de la Teoría de la Dependencia, en el debate de Glauber Rocha contra Fernando Henrique Cardoso, futuro presidente del Brasil. Debate trascendental para conjurar a la sociología, contra la cual se ofrecería, infructuosamente, la fuerza imaginística, mesiánica y política de una cinematografía nacional en ascenso.

Un pequeño episodio que podemos recortar de la maraña de hechos brasileños, episodio por lo demás pintoresco y encendido, es contado por el propio Oswald Andrade y sirve enteramente a nuestros propósitos de retratar una percepción sobre los aspectos más oscuros de las ciencias del hombre. Lo tomamos del fragmento *Bajo las órdenes de mamá*, último libro de Andrade publicado en 1954. Dice:

“Hoy, feriado 15 de agosto, vinieron a almorzar con nosotros los matrimonios Antonio Candido y Domingos Carvalho Silva. Se fueron hace poco, después de pasar un buen momento de camaradería. Domingos e Inés se rehacen de la tragedia que les causó el mes pasado la muerte de un hijo de siete años, Gilberto. Le presto a Antonio Candido el libro de crítica política de Lourival Fontes, titulado *Hombres y multitudes*, que él rechaza con horror. No sabe que se trata de un milagro, porque del tradicional y consciente fascista que organizó el Departamento de Imprenta y propaganda de Getulio Vargas, salió el mejor volumen que tenemos sobre el tema, inteligente, imparcial e informado”.

Hay mucho para decir sobre este párrafo y lo resumiremos escuetamente, reprimiendo la ambición de extendernos sobre esta conmovedora noticia de un clima cotidiano, que combina en la misma visita doméstica una tragedia familiar y un juicio de denso alcance sobre la historia. Oswald lee con interés este libro de un odiado personaje de la derecha política, y ese es un rasgo que no suele ser compartido por la crítica que no sabe enhebrar tanto la presencia del mal como una oscura atracción por el enemigo, lo que sin duda es un temperamento siempre vecino a un impulso artístico para ver las guerras y la

política. Antonio Cândido, socialista que no puede sino serlo de un modo entero y no residual, rechaza el libro, dice Andrade, y *lo rechaza con horror*. En ese gesto traza un campo de conocimiento y una certeza congelada de la propia comprensión de un vínculo crítico con el mundo.

La guiñada de Andrade corre el riesgo de parecer “el elogio irónico del fascista imparcial”, rasgo modernista del comunista artístico y dato esencial de la vanguardia brasileña. Nada de esto se reitera en la Argentina, salvo en algunas rápidas especulaciones del joven Oscar Masotta en los años 60 respecto a la idea de “destino” que según dice hay que arrancarle a los escritores de la derecha. Pero más importante es el título del libro del jefe de la propaganda del Estado Novo varguista, libro que no conocemos, pero que esgrime el viejo problema de las multitudes, sepultado por las sociologías que desearon borrar todo vínculo con actos fundados en la oscura intuición y en el miedo social para juzgar a las sociedades. En la Argentina, los *multitudistas* – si podemos llamar así a los estudiosos de las multitudes, como Ramos Mejía e Ingenieros –, llegan por fin elitismo discriminador y lindante con un aborrecible racismo, pero que deja a su paso todo tipo de interpretaciones extraordinarias sobre el papel del esoterismo, la conspiración, la artimaña, la inminencia, la estafa, el fingimiento, la fascinación, el hipnotismo en la historia, es decir, sin abusar mucho de los términos, de la revolución, o por lo menos, de cierta estilística de las revoluciones, nada ajena a la circunstancia latinoamericana.

Cuando el tema de las multitudes acaba al fin soterrado en la Argentina, se pierde lo que en última instancia

le da su incitante significado, la relación entre historia y locura, que es en el fondo el otro nombre que lleva la disputa entre la literatura y la sociología. En la trastienda de esta oscura controversia, en la Argentina se estaba afirmando una pacata fundación científica, pero en Brasil, se estaba definiendo el perímetro de una victoria intelectual que acabaría en la presidencia Cardoso. La mención que hace Oswald de Andrade al libro del jefe de la inteligencia política varguista es uno de los desenlaces posibles del tema de las multitudes: la vigilancia del Estado sobre lo que se percibe como el principio de la disgregación del Orden. Otro desenlace es la interrogación de la multitud como el síntoma de una acción política que exige atender con más desvelo a las formaciones colectivas inconcientes y a la crítica de la razón técnica e instrumental.

En la Argentina el tema se dispó simplemente sin pasar al acerbo de las derechas o de los pensamientos conservadores. De todos modos, tuvo una recuperación fugaz en cierta ensayística afin al peronismo y al antiperonismo, acentuando ambas vertientes el signo de lo multitudinario como un enigma cargado de vaticinios, como una escoria iluminada, como una hez demoníaca, capaz sin embargo de llevar una carga de advertencia espléndida y reparadora a los magistrados del orden. Así tomaron el tema las dos vertientes principales del ensayo argentino, el modernismo nacionalista de Scalabrini y la execración apostólica y sombría de Martínez Estrada. La sociología, entonces, abandonaba el tema por su peligrosidad intrínseca, por esa relación con fuerzas anímicas oscuras, ligadas al inconciente colectivo, y por querer investigar la palpitación secreta de

la historia rompiendo con los vasos sagrados de la Ilustración. Es curioso que en Ramos Mejía, autor de *Las multitudes argentinas*, hace ya cien años, su euforia en favor de una biología mística lo llevara a creer que la revolución de Mayo es hija del misterio resistente con que lóbregos nigromantes, sabios en desvarío, brujos perseguidos y alquimistas esotéricos se habían enfrentado a la Inquisición.

Esa ruptura con la narración reglada del opúsculo más traslúcido de la ilustración argentina, no la había practicado en la Argentina ni siquiera el tercermundismo más culturalista, mientras que en Brasil un cierto profetismo antisociológico como el de Glauber Rocha recuperaba la vieja causa del ataque a la sociología como la crítica arrebatada al abominable texto de una magna metamorfosis en la clase política, que en sus inicios, había optado por la izquierda armada. De esa clase política saldría el sector que al fin – al fin de su propio mito – se enfrentaría con la verdad de su propio precepto de señorío, ser ellos siempre los hombres del poder, cualquiera sea el momento ideológico involucrado. Pero la denuncia de la sociología de dominación ya no estaría a cargo de aquella literatura que había elegido el ruidoso letrado de la antropofagia, sino del denominado Cinema Novo.

Quizás pertenece a Glauber Rocha – festejado ayer nomás por un Deleuze o un Daney – la idea de que el cine es una suerte de pensamiento total sobre la historia y las sociedades, en condiciones de disputar el sentido de la vida con todos los demás conocimientos. Pero en especial con la sociología, de la que se sospecha que en última instancia

es un saber de estado, a pesar de su redescubierto concepto de “sociedad civil” y a pesar de que el cine – su crítico radical – que se produce bajo el signo de grandes economías, no dejaría de ser un arte de la nación, de la revolución y de la conmoción revolucionaria en los usos prácticos de la lengua nacional, al fin liberada de la academia y del mercado.

Rocha – así lo nombran, en la soledad del apellido, los pocos que aún siguen mencionándolo en Argentina, mientras la dicción brasileña se fusiona con el inevitable y doméstico *Gláuber* – parte de una arremetida contra las imágenes establecidas por el culto católico, contra el pensamiento basado en la misa y contra el moralismo que elabora su ciclo eterno de carnaval y de perdón, de infracción y de redención. Iconoclasta a la manera de los grandes reformadores religiosos, Glauber Rocha pensó, en Brasil, contra el cristianismo, la sociología, las fundaciones norteamericanas de financiamiento de investigaciones sociales y la crítica marxista que era incapaz de recrear a Lukács o a Gramsci tomando como objetos no a Thomas Mann sino a Villalobos, Jorge Amado o Gilberto Freyre. El abanico extraordinariamente amplio de sus demonios a exorcizar, solo podía sostenerse en el confin de su obra cinematográfica y ensayística, con el acceso rudo a la locura, allí dónde precisamente obra y locura parecen caer juntas al abismo.

Reiterando un lance semejante al que ya vimos en Oswald de Andrade, en quién Rocha desea inspirar un neopaganismo epicureísta y mesiánico, el cineasta comenta sobre un escritor católico ultra-reaccionario al que

prefiere en el acto de compararlo con otro pensamiento también perteneciente al catolicismo, pero ésta vez, progresista. Y entonces profiere:

“Aquí en Brasil del punto de vista religioso el dr. Gustavo Corção es mucho más santo que Tristán de Athayde, que es enteramente reaccionario, se dice de izquierda pero usa los principios de la fe. El Dr. Corção, al contrario, fue un fanático del catolicismo, pero un especialista en Historia del Cristianismo, conocedor profundo del dogma. Entonces, fue un militante del absurdo...”

Podemos apreciar el saludo al ultramontanismo, que en su límite lleva a una suerte de surrealismo redimido y desatinado, lo cual le exige apartarse del progresismo católico – vinculado a la sociología de Tristán de Athayde – y aceptar el pensamiento fantasmagórico del antimodernismo de un nocturno escritor medievalista, atormentado por la realidad del progreso. Es la continuidad de un diálogo secreto con la crítica oswaldiana hacia la izquierda absorbida por el progresismo banal, a la que le reclama una libra de carne calculada en la balanza del misticismo, del nacionalismo cultural y de la revolución críptica en el idioma nacional.

Pero, como se sabe, el cine glauberiano era un partido político dispuesto a una alianza con un sector militar, alianza cuyos símbolos político-culturales eran tanto Embrafilme como una crítica estridente a los cientistas sociales ligados al liberalismo norteamericano cuyo modelo era el CEBRAP, precisamente fundado por el sociólogo que sería luego – casi como un acoso lineal de las evidencias que una élite cultural deja sobre un suelo histórico – presidente de la república. La lucha entre el Cine profético

que revolvía las entrañas de la lengua nacional, y la Sociología de las transiciones que intentaba pasar de la Teoría de la Dependencia a la Teoría de la sociedad civil, tuvo esta última escena de combate. Así entablado el litigio, no cabía duda que el campo elíseo del poder le estaba reservado a lo que hoy puede juzgarse como la fusión consumada entre la herencia brasileña de Comte y el legado continuista del Estado Brasileño, con citas en sordina del *18 brumario* de Marx y algo del Vargas autocrático y decisionista. El Vargas, por así decirlo, bonapartista.

Luego de su agonía, Glauber pudo ser considerado loco y su muerte prematura le ahorró los sinsabores mayores que provenían de su apoyo a un geopolítico menor y poco imaginativo del estado mayor de las fuerzas armadas brasileñas. En la Argentina no se vio nada parecido porque la sociología quizás estaba más articulada a la sociedad civil o quizás porque no pudo forjar y extraer de su interior al político del estado, el príncipe sociológico capaz de reencarnarse infinitamente, conforme a la cita, algunas veces como tragedia y algunas veces como farsa, acaso porque quienes pudieron serlo murieron como guerrilleros de las organizaciones armadas, que de todas manera eran pequeños estados en los que sí estaba la sociología como articulación política y discursiva, ya sea para redefinir la noción de pueblo, ya sea para pensar la historia y el poder nuevo como una mezcla de economías clandestinas y violencias clarividentes.

Glauber Rocha pensó desde la noción de guerra – guerra que entrevió en el lenguaje, y de allí su idea de arte y conciencia como trance – creyendo que la transición hacia

una democracia nacional quedaría a cargo de militares puritanos y carentes de imaginación. La transición de la que hablaba la sociología, en cambio, suponía la metamorfosis completa de un grupo intelectual cuyo principal problema consistía en pensar su propia transición desde la izquierda tercemundista hasta el liberalismo neoconservador. Transición es entonces el membrete que implica la autorización para la reconversión moral e intelectual de masivas biografías culturales.

Este concepto de transición en Glauber no existía por su agonismo materialista, que lo llevó a reinterpretar tres veces la saga de Antonio Conselheiro, la primera para dar una versión guerrillera y cósmica de los años 60 con *Dios y el diablo en la tierra del sol*, la segunda para condenar las opciones de la izquierda armada en sus films posteriores, y la tercera para dar una interpretación un tanto injusta de Euclides da Cunha, el autor de *Los sertones*, por considerarlo inserto menos en el movimiento trágico de la lengua que en el esquema de represión militar contra los alzados en Canudos. Artista del pensamiento persecutorio, paranoico perseguido por el enriedo de la lengua, las reflexiones de Glauber Rocha son una curiosa pieza desairada del museo de las ideologías latinoamericanas, para decirlo con mojonos argentinos, mezcla de Jacobo Fijman y de Hernández Arregui. Algo impensado en la Argentina, donde ni el movimiento cine-liberación fue visto con buenos ojos por Rocha ni aquél optó por la crítica a la sociología en nombre del éxtasis narrativo y de un tránsito por la cornisa de la inteligibilidad. Lo que en última instancia llevaba a la pérdida de un público, como acabó ocurriendo con el derrotado y extenuado Rocha.

La disputa por las transiciones quedó en Brasil claramente gobernada por la Sociología porque en último caso, la necesidad de ese tránsito es el pensamiento final de la sociología. Ella estudia transiciones, y las estudia en sí misma. En su propio cuerpo de ideas, ella es la propia transición, como desde hace más de una década ha quedado claro en la Argentina, pero con un horizonte de acompañante de su reencontrada tradición ilustrada neoliberal. Muy lejos entonces de la situación brasileña, que ha fusionado, sin carnavalizar, al Planalto con Touraine, el Poder del Estado con el Poder discursivo de los profesores, y la Política en la Sociedad con la Sociología Política. Esta doctrina de las metamorfosis señala al fin a la sociología como un pensamiento que da vuelta cada vez las páginas de una época y al mismo tiempo es dada vuelta por ésta. Ahora puede verse bajo esta luz la frase de Lévi-Strauss citada por Cardoso, en un momento donde citar al sabio francés es una manifestación finamente adquirida por el *arbiter elegantorum* de la intelectualidad política brasileña.

Releer al *18 Brumario* ante cada solicitud de un impulso de escritura nuevo, pone las cosas en los términos de un conocido debate: es el debate entre el materialismo histórico y el historicismo, donde la sociología mantiene la visión lineal del tiempo de historicismo, debilitando otros alcances apreciables de éste, y dónde el materialismo histórico debe revitalizarse con una teoría del acontecimiento que lo deja cercano a la locura, como al cabo ocurrió con Glauber.

Si en la Argentina fue el positivismo el que se mostró interesado por sus antípodas – el esoterismo, la risa, el hipo, las máscaras, el suicidio – en un intento de explicar lo que

creía que era una metafísica a la que aún no le habían llegado los dones de la experiencia, la sociología antipositivista profesional fue en la Argentina infinitamente menos atrevida que los verdaderos fundadores que eran médicos de hospital y de penitenciería, hombres de la policía federal que leían un Baudelaire recibido a través de Rubén Darío. Y luego de varias décadas, en la Argentina se acabó cometiendo un desliz ingenuo si no fuera un ilógico pleonasma, de clasificar de científica a la sociología, en el temor de ser invadidos por el trastorno de la escritura y la filosofía de lo inexperiencial que ya había golpeado las puertas del positivismo mordaz de Ingeneiros.

Como nota paradójica, el pesimismo final de Gino Germani cerrando la década del sesenta argentina, clausuraba la ilusión democrática con una serie de dilemas que no suelen atraer a quienes hoy lo invocan, al punto que ahora no se desea revisar un legado que ni es insignificante ni deja de tener algunos hallazgos a la hora de fundar una moral sin duda pesimista sobre el sujeto de la acción, cercana a la del patriarca weberiano. Y de este modo, en la Argentina, que mantiene su mayor destreza intelectual en la moral pesimista y admonitoria – ciertamente, para uso de intelectuales que elaboran así el culto de su propia frustración política – se podría en última instancia tender una cuerda inesperada entre Martínez Estrada y Germani, cuerda que solo podría actuar en dadivoso beneficio y rescate de éste último, cuya obra hoy luce mediocre o ilegible frente a la del profeta de la radiografía de la pampa.

Sin embargo, la educación sentimental de los sociólogos argentinos proviene de un optimismo utópicamente

visionario, pero fácticamente recortado del presupuesto oficial de investigaciones, y siempre se espera, mas allá de la encuestología menor, que suenen las campanas de una verdadera alianza con el poder de estado, lo que ahora sí parece acercarse, mostrando que la sociología puede tener temas revolucionarios, pero con su epistemología radicalmente conservadora.

Ya se podrá decir entonces que la frase del *18 Brumario* es inspiradora cuando la reclama el formulario o el paper, mientras se dictaminará bajo el dogma de las transiciones, que toda época, que todo momento, que cada minuto, es la sede y la ocasión de una metamorfosis, y que todo ámbito intelectual es al fin una manera de reconciliar con los sucesivos espíritus de época, con un hegelianismo para uso de asesores y consultores del Mercosur.

En Brasil, al contrario, la nota de su intelectualidad es trágica y eufórica a la vez, no abunda el pesimismo ni el anatema de los ermitaños que como Martínez Estrada eran capaces de hacerse guevaristas como una señal rencorosa de advertencia a sus pares. En cambio, el optimismo sexual de una obra como *Casa Grande y Senzala* puede ser considerado el equivalente brasileño del Lazarillo de Tormes revestido de una antropología culta e imaginativa.

Pero allí no se precisaba omitir el optimismo del poder, el *willie zur macht* de la sociología brasileña, que llevó la doctrina de las transiciones a una frase final, una frase maestra, frase desmentida, pero cuya desmentida ni es insincera ni meramente astuta. Frase que constituye una desmesura, un glauberismo oculto del triunfador Cardoso, quien habría dicho y al mismo tiempo habría dementido la

frase *olviden lo que escribí*. Frase que dijo o que se le atribuye, o que no dijo y que de todos modos se le atribuye, o que dijo porque se le atribuye, o que dijo para poder percibir su exceso siempre seguido del estado-de-desmentida: *olviden lo que escribí* es una frase de las grandes culturas políticas, quizás su resumen iluminado, la graduación final del príncipe de Siracusa en el uso de la aseveración política: escribir, olvidar lo escrito y afirmar que es imposible que alguien olvide lo escrito. En Platón, todo esto consistía en escribir manuales con frases oídas a otros. Estos tres estadios de una afirmación son el itinerario clandestino de la sociología latinoamericana con su manto principesco y su corona ajustada a la cabeza que nunca pensó otra cosa que sus propias mutaciones al sabor de la conservaciones de valores, poderes e intereses profesionales.

En estas meditaciones brasileñas – título que no deja de tener una marca de usurpación de ese estilo de trabajo tan notable que la palabra meditación presupone y advierte – quise decir que hay una historia para hacer y que esta historia no tiene porque desdeñar el acceso comparativo, porque toda historia contiene las ausencias o silencios de otras y porque la historia de la sociología latinoamericana, en sus versiones argentina y brasileña, nunca ha rechazado ser el personaje experto de una frase que no se aplica mejor a otras cosas que a ella misma: *unas veces como tragedia y otras como farsa*. Esta es la frase de nuestros estados de citación permanente, en los que la sociología triunfa como una máscara que sirve menos para estudiar las sociedades que para estudiarse ella misma y que al fin demuestra en su gloriosa de poder, que tiene su lengua paralizada – o más bien

oscuramente atravesada – por aquellas sombras oswaldianas y glauberianas que reclamaban actuar contra la genealogía de las ideas que “queman gente en las plazas públicas” pero que pedían ingenieros en vez de juriconsultos eruditos y académicos. ¿Esto último no hubiera sido un enunciado paradójico de una modernidad lírica que hubiera posido aprovechar la modernidad del ajuste?

Porque de algún modo la sociología arribaba a esta estación brasileña dónde el pragmatismo de la palabra pagana de Oswald de Andrade nunca asumida, nunca reconocida como tal, era su alma secreta, pero expurgada – eso sí – de aventura e invención de lenguaje. Cuando la sociología brasileña y la sociología argentina – y una quizás pueda decir *de te fabula narratur* respecto a la otra – nos inviten a ser meramente pragmáticos, pueden no llegar a saber hasta que punto estarán expurgando lo que siempre acompañó al pragmatismo, esa tragedia panteísta de la lengua, esa posibilidad de decir las cosas de ese infinidad de modos con los que el sinsentido provoca el sentido.

Florestan Fernandes, añorado maestro, solía en su casa de la calle Nebraska hablar de cierta teoría de cuyo autor olvidara el nombre. Un tanto escamado, se dirigía entonces a un lugar exacto, quizás bien arriba de su biblioteca y decía “*aquí está*”. Allí encontraba al autor olvidado, solicitado en el recóndito lugar que su memoria física le indicaba que lo había depositado, *en su yacimiento de libros*. Una biblioteca así concebida, con vidas que remiten a nombres y nombres que remiten a libros, son una forma de la cita, de la resistencia y de la siempre incierta vocación intelectual. Pongamos estos gestos y los recuerdos que les

América Latina: impasses e alternativas

correspondan como estímulo para elaborar y rescatar las actas perdidas de la cultura, recobrando las citas iluminadoras. Ellas están mucho antes de que comience la geosociología y la canción de los expertos en gestión. Frente a ellos una coalición nueva de intelectuales de los países del sur podrá ser como ir a buscar un texto perdido al anaquel más olvidado de nuestras bibliotecas.

QUESTÕES POLÍTICAS NO MERCOSUL (BRASIL E ARGENTINA): CRISE OU APROFUNDAMENTO

Tullo Vigevani*

As relações Brasil-Argentina passam por crises que, por se prolongarem ao longo do tempo, pareceriam constitutivas do processo de integração regional. De nada ajuda ocultar este dado da realidade. No entanto, não há razões para conclusões definitivas quanto ao seu significado e tampouco existem elementos que permitam afirmar se estamos frente a dificuldades graves, mas passageiras, que poderão ser resolvidas pelos mecanismos diplomáticos rotineiros, ou se estamos diante de questões estruturais que sinalizam caminhos distintos para os dois países. O que certamente se faz necessária é uma ampla reflexão sobre o assunto. Não discutiremos aqui questões conjunturais, problemas econômicos ou políticos que, em situações normais, poderiam ser positivamente enfrentados pelas chancelarias ou pelos governos. Proteção do açúcar, regimes automotivos, cadeira de membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ALCA, aliança preferencial com os Estados Unidos, financiamento das importações e das exportações, re-

* Professor na UNESP (Universidade Estadual Paulista) e pesquisador no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

solução definitiva das listas de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC), moeda única etc. A despeito de sua importância, esses temas não serão especificamente abordados, a não ser como exemplos circunstanciais. Consideraremos apenas alguns pontos, no nosso entender relevantes para projeções de longo prazo (ousaríamos mesmo dizer, para projeções históricas).

1. RAZÕES PARA A ALIANÇA ESTRATÉGICA

As razões que fundamentaram a aliança estratégica do Brasil com a Argentina não são conjunturais. Quando, em meados dos anos oitenta, começou-se a compreender o avanço do que se convencionou chamar globalização, que se manifestava sob a forma de Rodada Uruguai do GATT, de integração dos sistemas produtivos das empresas em escala internacional, da evolução da microeletrônica, deram-se os passos iniciais para o fortalecimento de uma área de integração política e econômica no Cone Sul da América. Esta possibilidade tornou-se real por várias razões, uma das quais a melhoria das relações bilaterais que a antecedeu, viabilizada pelo acordo de outubro de 1979 para a utilização das águas do rio Paraná, permitindo a construção das usinas de Itaipu e Corpus. Voltamos a esse passado intencionalmente, buscando demonstrar que diferentes regimes, inclusive o dos governos militares (no caso Figueiredo e Videla), exerceram alguma influência na melhoria do entendimento entre esses países. Os governos de Brasília e de Buenos Aires se pautaram por diferentes motivações, mas certamente foi relevante a da inserção de cada um dos países no mundo. Inicialmente numa pers-

pectiva protecionista (Alfonsín e Sarney) e, a partir de 1990, numa perspectiva liberal (Menem e Collor de Mello), a integração e o Mercosul (abril de 1991) deveriam servir também para estimular a capacidade de negociação frente a outros países.

Estas perspectivas ficaram demonstradas em pesquisas relativas ao primeiro período – o da integração bilateral – e, também, em estudos relativos ao segundo período, o do Mercosul (Hirst e Soares de Lima, 1990; Bandeira, 1987; Camargo e Vasquez Ocampo, 1988; Caubet, 1991; Sagre, 1990; Seitenfuss e de Boni, 1990; Vigevani e Veiga, 1991; Flores Neto, 1991; Barbosa, 1991; Almeida, 1993; Caputo, 1990; Almeida, 1998; Baptista, 1998; Lima Florêncio e Fraga Araújo, 1996). É verdade que frente às grandes negociações internacionais, como a Rodada Uruguai do GATT, a ação conjunta entre os dois países foi pouco intensa, tendo ocorrido apenas em relação a alguns temas, como no Grupo Cairns, relativo aos produtos agrícolas. Em outras questões relevantes, a falta de coordenação debilitou as posições dos dois países, como no caso das Leis de Patentes. Porém, no essencial, a integração bilateral e depois quadripartite, incluindo Uruguai e Paraguai, estabelecia-se visando objetivos fundamentais no mundo contemporâneo: a) criar um espaço econômico e político comum, maior que o de cada um dos países isoladamente; b) potencializar as economias de escala em razão da existência de um mercado ampliado; c) dinamizar e modernizar as economias locais (questão prioritária particularmente para a Argentina no final dos anos oitenta); d) permitir às empresas uma integração produtiva regional,

maximizando as vantagens existentes em cada um dos parceiros; e) criar o ambiente econômico e institucional para atrair investimentos produtivos e, a partir de 1990, f) aumentar as competitividades nacionais e empresariais para adequarem-se rapidamente à abertura econômica e ao forte rebaixamento da proteção alfandegária.

Para serem alcançados, estes objetivos, exigiam um quadro de amplo entendimento e de parcial coordenação da política exterior. Um primeiro êxito foi obtido com o Acordo do Jardim das Rosas (4+ 1), assinado em Washington em junho de 1991 (Amorim e Pimentel, 1997). Portanto, a aproximação Brasil-Argentina e o Mercosul representam um projeto que pretende ir além de uma perspectiva comercial. Por isso mesmo, desde o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de julho de 1986, até o Protocolo de Ouro Preto, de dezembro de 1994, houve um bom relacionamento político que contribuiu para dar sustentação à ação exterior dos dois países. Melhor dizendo, tendo-se em conta que o fortalecimento da integração permanecia como horizonte desejável e possível, os governos e parte das empresas partiram desse pressuposto para negociar questões políticas, comerciais e de investimentos, dentre outras.

Desta forma, estabelecia-se um pressuposto básico da cooperação: o da existência de interesse recíproco pelo bom desempenho do *partner*. As assimetrias existentes, o maior peso objetivo do Brasil (aproximadamente 70% do PIB regional, a Argentina 25%), os desequilíbrios macroeconômicos (persistência de alta inflação no Brasil até 1994), foram todos fatores que dificultaram o processo de integra-

ção, sem contudo inviabilizá-lo. As reuniões semestrais do Conselho do Mercado Comum (CMC), com a presença dos quatro presidentes, e a ação diária do Grupo Mercado Comum (GMC), assim como de inúmeras outras instâncias, foram aos poucos constituindo um tecido de relações consistentes. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que, em diferentes aspectos, algumas das últimas reuniões do CMC, por exemplo as de 1997 e 1998, deixaram uma sensação de vazio, quando pontos importantes da pauta foram simplesmente postergados.

2. QUESTÕES ECONÔMICAS ESTRUTURAIS

Os resultados da cooperação foram tão importantes que devem ser considerados como um fator decisivo no desempenho econômico dos quatro países da região. Ainda estamos longe de uma maior integração (política, social, financeira, física, produtiva), mas alguns índices são significativos, ainda que o comercial seja aparentemente o mais relevante. A corrente de comércio Brasil-Argentina passou de US\$ 1.017 milhões em 1985 a 2.044 em 1990, 3.090 em 1991, 4.751 em 1992, 6.291 em 1993, 7.738 em 1994, 9.611 em 1995 e 11.675 em 1996. Deve-se sublinhar, porém, uma questão importante que ajudará a compreender ao menos parte das atuais dificuldades: enquanto a Argentina tem hoje aproximadamente 30% de suas exportações dirigidas ao Brasil, este país dirige 10% das suas ao parceiro. No que toca às importações, o Brasil fornece 22% das argentinas, enquanto que as importações brasileiras da Argentina correspondem a 13% do total importado. Esse

desequilíbrio acarreta uma consequência importante para as relações bilaterais: um alto grau de dependência da economia argentina em relação ao seu principal parceiro no Mercosul. Ao mesmo tempo, há desequilíbrio comercial a favor da Argentina em 1995, 1996 e 1997; de 1992 a 1994 o Brasil obteve superávits. Nos anos anteriores houve alternância de situações. É evidente que este quadro cria, ao mesmo tempo, expectativas e temores.

Os dados gerais do comércio não refletem o conjunto das assimetrias existentes. Não sendo nosso objetivo a análise econômica, cabe, porém, assinalar outros problemas significativos. Apesar do pequeno peso do Brasil no comércio internacional (menos de 1%), pode-se afirmar que somos um *global trader*. Os Estados Unidos, nosso principal parceiro comercial, receberam aproximadamente 20% de nossas exportações em 1997. Seguem-se a Argentina com 10,8%, os Países Baixos (porto de Amsterdam) com 7,4% e o Japão, com 6,4%. A Argentina é também um *global trader*, mas com dependência significativamente maior de um único parceiro: em 1997, os Estados Unidos, seu segundo mercado, receberam aproximadamente 9% de suas exportações.

É verdade que no conjunto das relações econômicas esta dependência argentina em relação ao Brasil não persiste. Isto é, os investimentos, os empréstimos, as privatizações e os fluxos financeiros, em geral não são vinculados ao Brasil. São bem mais importantes os provenientes dos Estados Unidos e da União Européia (Espanha, Itália), assim como são significativos os chilenos. Mesmo assim, como verificamos na pesquisa que desenvolvemos sobre a indústria automobilística no Mercosul, parte dos recursos que

fluem para a Argentina está vinculada à existência de um mercado regional. Portanto, como dissemos, permanece o interesse pela continuidade do Mercosul. Ele se mantém como poderosa alavanca para expectativas positivas de melhoria das condições econômicas. Ao mesmo tempo, os temores que estas relações estreitas e assimétricas suscitam devem ser considerados naturais. Neste ponto, pode-se afirmar que o interesse recíproco pelo bom desempenho do *partner* – pressuposto básico da cooperação, conforme assinalado – é atenuado pela preocupação quanto ao comportamento deste mesmo *partner*. Sem dúvida, esse misto de preocupação e temor manifesta-se hoje poderosamente tanto por parte dos argentinos quanto por parte dos brasileiros.

Um ensinamento clássico no campo da teoria das relações internacionais afirma que a política externa de cada país diz respeito, em primeiro lugar, à preservação de sua independência e segurança. Três correntes de informações comporiam a vontade nacional: as provenientes do exterior, as com origem no próprio sistema e nos próprios recursos e, finalmente, a memória (Deutsch, 1978; Russett e Starr, 1992). As dificuldades no processo da cooperação sugerem que, mesmo num período de abertura econômica, de hegemonia liberal e no qual o próprio valor do Estado-nação parece estar em discussão, é necessária a identificação dos fatores que dificultaram o entendimento no passado. Em outros termos, os benefícios econômicos auferidos podem ser interpretados de diferentes formas.

3. FORMAÇÃO DO SENTIMENTO NACIONAL E OPINIÃO PÚBLICA

No conjunto dos países do Mercosul criou-se um sentimento positivo em relação à integração, sentimento esse que parece consolidar-se lentamente desde 1986 e depois de 1991. A maior popularidade (positiva ou negativa) do tema ocorre no Uruguai, depois no Paraguai; a seguir, vem Argentina e Brasil. Esta ordem é explicável pela maior importância que a questão possui na vida política nacional. Isto é, um determinado tema de política exterior ganha ressonância interna na medida em que passa a afetar interesses. Estudos de processos de integração regional evidenciam também que, em geral, esta maior ressonância se produz na medida em que os interesses são afetados negativamente. Em outros termos, ao haver custos e benefícios redistribuídos em função da integração, os primeiros têm capacidade mobilizadora maior. Isto significa que, mesmo havendo efeitos gerais positivos, os atingidos negativamente apresentam-se com maior capacidade de pressão (Pastor e Wise, 1994).

No caso da Argentina, há indícios, resultantes de pesquisas de opinião, de que a partir do final de 1996 a marca Mercosul estaria em leve declínio, o que se deve a várias razões. Seria uma temeridade buscar uma única ou mesmo uma razão principal para essa queda. Quem pensa que a cooperação é benéfica, chegando a esta conclusão a partir de enfoques econômicos, políticos, culturais, históricos ou outros, deve buscar, além das manifestações conjunturais e específicas, as razões profundas da tendên-

cia ao declínio do sentimento positivo em relação ao Mercosul que estaria ocorrendo na Argentina. O mesmo, a partir de 1997, pareceria estar acontecendo no Uruguai e no Paraguai. Isto não significa que haja, de parte de tendências políticas e sociais importantes, pressões abertamente contrárias ao Tratado, mas este passaria a ser considerado o mal menor. Esta situação seria, como veremos, decididamente desvantajosa para a integração.

No caso da Argentina, a teoria política sugere que uma das possíveis razões deste declínio esteja vinculada à menor popularidade do governo justicialista do presidente Menem. Os menores índices de aprovação incidem sobre o conjunto de suas políticas, que também teriam sua aceitação diminuída. O Mercosul e a cooperação com o Brasil que, como vimos, têm grande significado econômico, sofreriam diretamente com o desgaste do governo, cuja causa é, sem dúvida, atribuível a razões internas.

As forças políticas de oposição, particularmente radicais e Frepaso, que disputam, com possibilidade de êxito, o poder ou parte dele, não são contrárias ao Mercosul nem são partidárias de oposição ao Brasil. Porém, na medida em que a cooperação não apresenta, econômica e simbolicamente, resultados perceptíveis para a população e mesmo para parte das elites, passa a crescer o descontentamento em relação a ela. Corre-se o risco, largamente analisado nas teorias de cooperação e de integração regional, de criar-se uma espiral negativa em relação ao Mercosul, que alimentaria uma atitude de afastamento. Esta atitude estaria determinada por questões objetivas, ligadas às dificuldades nas negociações, mas também por uma lógica inter-

na ligada às percepções da opinião pública e dos atores relevantes (empresários, sindicatos, estados, províncias). Nos casos do Uruguai e do Paraguai, economias de pequenas dimensões, a precedente situação de grande abertura econômica e comercial torna difíceis as negociações. Para suas opiniões públicas, uma TEC elevada em relação às que vinham praticando, necessária para países como o Brasil, significaria a inviabilização de setores produtivos extremamente dependentes das importações.

As diferentes teorias que discutem a integração, desde os funcionalistas (Haas, 1966) até os liberais-intergovernamentalistas (Moravcsik, 1994), entendem que para haver continuidade deva haver diferentes motivações: a) impulso por parte de grupos da burocracia governamental; b) capacidade de mobilização positiva de atores não governamentais; c) existência de benefícios para cada um dos participantes, portanto jogos de soma positiva; d) a cooperação deve ser funcional ao jogo político nacional, servindo de instrumento para o fortalecimento das posições dos partidos ou de parte deles. No caso do Brasil, a importância relativamente menor da integração tira o Mercosul do centro do debate, permitindo ocasionalmente medidas em desacordo com os acertos feitos em seu contexto, explicáveis pelo peso de outras pautas políticas e econômicas. A oposição, particularmente o Partido dos Trabalhadores, por razões simétricas, tampouco intervém sistematicamente neste debate: posiciona-se favoravelmente à integração regional, mas declara-se a favor da modificação de seus conteúdos mercantilistas. No caso da Argentina, provavelmente, embora ainda restrito, cresce o senti-

mento de que outras estratégias poderiam apresentar-se como alternativas, limitando a adesão ativa das forças políticas ao processo de integração, que se apresentaria como gerador de custos políticos. Ressalte-se, porém, que até o momento, nenhum grupo argentino apresentou qualquer projeto alternativo consistente. Este ponto deve ser considerado atentamente pelos atores atuantes na integração. Mesmo quando não há alternativas a esta, sua desaceleração é um fenômeno preocupante. Cria-se um vazio político potencial que, em tese, corre o risco de ser preenchido no caso de modificações no ambiente nacional ou internacional.

O Mercosul é formalmente, a partir de 1995, uma união alfandegária incompleta. A perspectiva de integração deveria ter acelerado os interesses a favor de sua finalização, em direção a um mercado comum. Atualmente nos encontramos a meio caminho. Há negociações em curso, mas não se percebe o final do processo. Esta situação pode criar instabilidade, ao permitir que se fortaleçam interesses contrários à integração. Portanto, o final do século parece exigir dos governos envolvidos novas definições estratégicas dos Estados. Se este processo levar à conclusão de que a integração deve ser levada adiante, decorrerão daí lógicas que impliquem adequações que até o momento não se deram.

4. O FATOR CREDIBILIDADE

Nas relações Brasil-Argentina é preciso levar em consideração uma questão essencial em política internacional: o fator credibilidade. Sabemos que nos dois países há razões para desconfianças recíprocas (Bueno, 1997); no en-

tanto, sem recorrer a fatos históricos, ressalta-se que no momento atual é importante o resgate da credibilidade entre eles. As políticas nacionais atualmente em curso têm causado dúvidas aos dois parceiros. Tendo em vista a assimetria nas relações e a proporcionalmente maior dependência argentina em relação Brasil, parece colocar-se a necessidade de oferecer garantias que evitem ou minimizem o sentimento de insegurança existente. Este sentimento é recíproco, e suas razões podem ser encontradas ao longo do tempo, particularmente antes de 1986.

No caso da Argentina, é preciso ter em conta um conceito desenvolvido antes da Segunda Guerra Mundial (Carr, 1981) e retomado na discussão de algumas questões latino-americanas recentes: o de nação satisfeita e de nação insatisfeita. Por razões históricas, a Argentina pode ser classificada entre as nações insatisfeitas, como demonstram suas relações com o Chile e a Grã-Bretanha. As últimas questões concretas pendentes com o Brasil estão resolvidas desde a época do Barão do Rio Branco. Ainda assim, não podem ser desconhecidos momentos de tensão, que pareciam ter sido definitivamente superados desde 1979, conforme mencionado anteriormente. O acelerado processo de integração desenvolvido a partir de 1986 colocou à margem o passado, em nome do interesse comum que passou a prevalecer. As dificuldades que estamos presenciando, que são objetivas e expressam diferentes interesses particulares, locais, regionais, de trabalhadores ou empresariais, parecem fazer ressurgir fantasmas não definitivamente exorcizados. No imaginário popular essas dificuldades podem expressar-se em declínio de popularidade do Mercosul;

em nível de governo, em tentativa de utilização das relações externas como instrumento de política regional. Tudo isto é absolutamente legítimo e normal, mas o risco de que elas interfiram negativamente na qualidade do processo de integração vincula-se a fatores de desconfiança recíproca e que em algumas ocasiões parecem ter fundamento.

Por exemplo, o risco, real ou não, de uma desvalorização cambial no Brasil tende a aumentar o sentimento de insegurança na Argentina. Inversamente, acontece o mesmo no Brasil quando, ao não se encontrarem soluções para determinadas controvérsias, pairam ameaças sobre a integração. Mas é justamente neste ponto que ganha significado o peso da assimetria. No caso brasileiro, uma crise na Argentina teria repercussões proporcionalmente menores, ainda que atingindo setores particularmente beneficiados pela integração, como o de máquinas e equipamentos. No caso de crise brasileira, os prejuízos no país vizinho seriam econômicos, mas com fortes repercussões institucionais, tendo em vista o peso político dos setores eventualmente atingidos. Uma desvalorização no Brasil, teria consequências extremamente maléficas para a totalidade dos argentino, vista a importância do mercado brasileiro para o seu tecido econômico e social. A reiterada necessidade de que ministros das áreas econômicas do governo de Brasília declarem não haver riscos de crise financeira em seu país é vista como questão a ser incessantemente repetida. Nos casos do Paraguai e do Uruguai, o problema não é muito diferente, vistos os estreitos vínculos existentes. Mas nestes casos, o descontentamento refere-se mais diretamente às formas do relacionamento com o mundo exterior ao bloco regional.

Mecanismos formais e informais, bilaterais e no quadro do Mercosul, que permitam compatibilizar essas políticas, parecem colocar-se no horizonte como uma necessidade que ganha urgência (Costa Vaz, 1997). É evidente que isto levanta outra questão: como manter o direito a decisões soberanas sobre qualquer aspecto da política nacional. Este debate apenas engatinha, havendo diferentes possibilidades de enfrentá-lo. O que é certo é que qualquer processo de integração, área de livre comércio, união alfandegária, mercado comum, união, eleva o grau de interdependência. No caso do Mercosul, torna-se cada vez mais claro que boa parte das políticas chamadas nacionais afetam os países vizinhos, deixando, portanto, em certa medida, de serem nacionais. Como apontado anteriormente, a crise nas relações entre os países sugere a necessidade de fortalecimento da credibilidade recíproca, o que só poderá ser alcançado se houver no horizonte um constante aprofundamento dessa integração. Esta, por sua vez, parece exigir a elevação da eficácia dos mecanismos de consulta e o esforço para integrar os interesses regionais às políticas nacionais.

Há no Mercosul cláusulas para a solução de controvérsias e formas de arbitramento; sobretudo, há uma experiência de contatos cotidianos entre os principais atores institucionais intervenientes. No entanto, as dificuldades surgidas colocam algumas interrogações a respeito de sua eficácia, cujas respostas podem ser encontradas através da ampliação do debate. Não se trata de enfrentar o debate entre a intergovernabilidade e a supranacionalidade, ainda que um dia ele possa colocar-se, mas de criar um terre-

no de entendimento aceitável, capaz de viabilizar a credibilidade entre os dois países de forma estável.

5. A INSERÇÃO NO MUNDO

As relações bilaterais têm sido historicamente afetadas pela percepção que cada um dos países tem de sua inserção no mundo. Tanto a Argentina quanto o Brasil têm pautado muito de suas atitudes como decorrência das relações que mantêm com os Estados Unidos ou com alguns países da Europa. Isto é, as relações com os Estados externos à região têm sido utilizadas como armas no relacionamento bilateral. Sabemos que no século XX as posições foram diversas vezes invertidas. Se a cooperação faz parte do interesse nacional, mesmo havendo diferentes pontos de vista e interesses, a utilização do relacionamento externo à região como instrumento de barganha pode prejudicar o aprofundamento da integração, mas nem por isto deixa de ser legítima.

De qualquer forma, cabe aos governos, às chancelarias e à opinião pública exercitar sua capacidade de reflexão no que tange aos diversos pontos de vista em jogo. Por exemplo, no debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, todos os países que se sentem potencialmente excluídos exercem pressões para evitar esta exclusão. São os casos de Itália, Espanha, Paquistão etc. Isto é, a existência de diferenças é não apenas legítima mas é inerente ao processo de integração. Mesmo quando o processo está consolidado, como é o caso da União Europeia, a legitimidade da ação dos governos nacionais na integração pauta-se pela capacidade de compatibilizar o inte-

resse nacional com as regras e os procedimentos do bloco regional. A questão central reside em como defender os interesses nacionais sem lesar o aprofundamento e a ampliação da integração. Com isto retomamos o já exposto: a pedra de toque encontra-se no entendimento de que há interesse recíproco pelo bom desempenho do *partner*. Uma crise que afete esta credibilidade seria negativa. Uma crise que reflita a existência de interesses divergentes insere-se nas regras da boa integração (Lafer, 1997). Mesmo a existência de elementos de supranacionalidade não impede desacordos e mesmo ações autônomas.

CONCLUSÃO

Argentina e Brasil estão vivenciando uma experiência nova, ainda longe de consolidada. A América Latina tentou anteriormente a integração, e em inúmeras oportunidades, como demonstram os Tratados de Montevidéu de 1960 e de 1980, que criaram, respectivamente, a ALALC e a ALADI. Pode-se dizer que estas tentativas não fracassaram e que atingiram seu objetivo de liberalização parcial do comércio regional, mas estancaram (Barbosa, 1992). Houve outras experiências, mas todas enfrentaram e continuam enfrentando sérias dificuldades (Pacto Andino, Mercado Comum Centro-americano, Zona de Livre Comércio entre México, Venezuela e Colômbia etc.). O Mercosul é uma experiência mais profunda e já alcançou grande êxito.

Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que não encontramos em nossa região os pressupostos existentes em outros casos. A aliança França-República Federal Alemã,

que constituiu o núcleo para criação do Mercado Comum Europeu, cimentava-se sobre a experiência advinda de três guerras e sobre a necessidade de criar uma identidade própria em oposição ao bloco soviético. Havia certamente uma concepção de mundo. Os seis países que assinaram o Tratado de Roma não tinham história comum, mas contavam com um tecido social razoavelmente homogêneo. No caso do NAFTA, o fato de México e Canadá terem, cada um, 75% de seu intercâmbio dirigidos aos Estados Unidos, por si só constitui um fator de estímulo a acordos, ainda que sua efetivação dependa da vontade política dos Estados.

O Brasil permanece um *global trader*, em menor escala a Argentina também. Os quatro países do Mercosul possuem imensa heterogeneidade social, regional e cultural. Portanto, há razões objetivas fortes para supor que as dificuldades não têm como causa principal apenas a vontade dos Estados do Nordeste do Brasil de terem suas montadoras de automóveis, ou dos donos de engenhos e dos trabalhadores de Tucuman e Jujuy de defenderem sua base econômica ameaçada. Estas questões existem e têm peso, ganham dimensão político-institucional na medida em que correspondem a problemas reais que devem ser enfrentados. Provavelmente, será preciso elaborar políticas compensatórias e criar mecanismos de transição que levem em conta as necessidades regionais. Necessidades particularistas exercem efeitos negativos. Estes exemplos demonstram quanto a integração vincula-se aos interesses políticos nacionais. Na medida em que os governos dependem do apoio político de grupos que podem ser prejudicados ou beneficiados, a superação dos impasses depende da definição de uma estratégia de Estado. Somente desta for-

ma os interesses poderão ser tratados a partir do reconhecimento de uma prioridade maior, a da integração.

As dificuldades sugerem ser necessária a criação de consensos nacionais favoráveis ao processo de integração regional. Ao mesmo tempo, é preciso ter em conta que a integração regional não se consolida se não se aprofundar. As teorias afirmam que a integração deva constituir um fenômeno em contínua expansão. Mesmo sem recorrer ao conceito funcionalista de *spillover*, sabemos que o caráter da integração implica um movimento de constante aceleração. Não que sejam necessários novos objetivos, mas coloca-se a necessidade de uma dinâmica mobilizadora, indicando os caminhos de novos aprofundamentos. Estes devem ter em conta as necessidades da sociedade, particularmente dos que pagam os custos. No Mercosul trabalha-se com os horizontes de 2001 e 2006, datas estabelecidas para a eliminação das listas de exceção, mas tudo indica que esta perspectiva já não seja suficiente para garantir bom êxito.

Pela posição mais vulnerável em que de fato se encontram no contexto regional, os argentinos estão colocando a necessidade de aprofundar o Mercosul. Talvez seja esta a leitura conveniente para os interesses brasileiros. Passos efetivos, por exemplo, como o seriam a incorporação da idéia de mecanismos compensatórios, poderiam atender aos reclamos que surgem entre os afetados negativamente. Sabemos que isto implica desembolsos por parte dos Estados, o que é dificilmente viável num contexto de estabilização monetária e de equilíbrio fiscal. Mas os princípios de justiça e equidade deveriam levar à colocação des-

tes temas na pauta intergovernamental. A integração terá continuidade na medida em que houver confiança no futuro de seu desenvolvimento e este tem que apoiar-se num entendimento político renovado. As nossas pesquisas e os estudos comparativos realizados sugerem que, a partir de um determinado ponto, essa confiança consolida-se pela adesão social (partidos políticos, formadores de opinião, trabalhadores, burocracias públicas, intelectuais). Parte dos empresários tem sido mais dinâmica no aproveitamento das oportunidades surgidas. Em outros termos, a existência de benefícios e sua visibilidade tornam-se uma necessidade. Este objetivo também é assimétrico, seja pela diversidade de poder nacional existente, seja pelas condições sócio-econômicas diferentes de cada país.

No caso argentino, interesses econômicos e simbólicos atendidos no quadro da aliança estratégica com o Brasil poderiam contribuir para atitudes positivas por parte da população e do Estado. No caso do Brasil, tendo em vista a menor dependência em relação ao país vizinho, concessões argentinas talvez tenham menor impacto geral, mas certamente contribuiriam, da mesma forma, para facilitar a adesão da sociedade.

O aprofundamento do Mercosul surge como necessidade frente a elementos parciais de crise. Mais uma vez a teoria pode ajudar ao diagnóstico. Uma delas, a dos jogos, afirma que a única maneira de avançar na cooperação é exercitá-la. A cada novo passo deve corresponder um aumento da confiança recíproca, de forma a que os jogadores sejam induzidos a perceber que a cooperação os favorece individualmente, além de favorecer ao outro. A crise pode favorecer a confiança recíproca, mas isto não é certo. Pode

também induzir a que cada jogador, ao perceber que não obtém vantagem com a continuação da colaboração, passe a agir individualmente, despreocupando-se do outro. Procurará defender sua posição relativa, mesmo que à custa de sofrer perdas frente às expectativas iniciais oferecidas pelo jogo da colaboração.

Trata-se agora de estimular a cooperação indicando objetivos novos. Alguns temas que podem assegurar patamares melhores, garantindo vínculos de indissociabilidade, fazem já parte da pauta governamental, como a integração comercial, produtiva, física, energética etc.; outros ainda não. Como foi mencionado, mecanismos compensatórios com fundos específicos e a melhor institucionalização da consulta podem ser instrumentos de adensamento da credibilidade. Trata-se de tornar previsíveis as decisões que possam afetar os *partners* ou de criar fóruns que estimulem a internalização dos interesses do outro Estado. A capacidade dos atores sociais e políticos de influir nos processos decisórios coloca-se com mais intensidade. O Protocolo de Ouro Preto prevê alguns desses mecanismos, como o Fórum Consultivo Econômico e Social, mas suas funções devem ser melhor adequadas, assim como as da Comissão Parlamentar Conjunta.

Os impasses e a crise parecem situar-se menos nos aspectos conjunturais e mais no déficit de confiança entre os parceiros, cujas razões históricas são compreensíveis. As relações do Brasil com a Argentina foram pensadas pelos Estados como uma estratégia de desenvolvimento e de inserção internacional. Esta idéia é parcialmente aceita pela maioria das tendências políticas e sociais. O temor de que

o custo da integração venha a ser descarregado sobre o parceiro, a preocupação pela manutenção da capacidade decisória, a falta de uma credibilidade assentada numa longa experiência: são estas as questões de fundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Mercosul, fundamentos e perspectivas*. Brasília: Grande Oriente do Brasil, 1998.
- _____. *O Mercosul no contexto regional e internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- AMORIM, Celso Luiz Nunes; PIMENTEL, Renata Prata Saint-Clair. “Iniciativa para as Américas – O Acordo do Jardim das Rosas”. In: *60 anos de política externa*. II Seminário Nacional. São Paulo: Programa de Política Internacional e Comparada/USP, 1991.
- BANDEIRA, M. *O eixo Argentina-Brasil, o processo de integração da América Latina*. Brasília: UnB, 1987.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. *O Mercosul, suas instituições e ordenamento jurídico*. São Paulo: LTr, 1998.
- BARBOSA, Rubens A. A integração regional e o Mercosul. *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra/Programa de Política Internacional e Comparada/USP, v. 1, n. 2, 1992.
- BUENO, Clodoaldo. Brasil-Estados Unidos: relações históricas e novos desafios. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA/USP, 1998 (Coleção Documentos, n. 54).
- CAMARGO, S. de; VASQUEZ OCAMPO, J. M. *Autoritarismo e democracia na Argentina e Brasil* (uma década de política exterior – 1973-1984). São Paulo: Convívio, 1988.

Tullo Vigevani

- CAPUTO, Dante. Palestra proferida no Cedec, São Paulo, mar. 1990.
- CARR, Edward Hallet. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília: UnB, 1981.
- CAUBET, C. G. *As grandes manobras de Itaipu*. Energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata. São Paulo: Acadêmica, 1991.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang. *Análise das relações de integração regional*. Brasília: UnB, 1978.
- FLORES NETO, Francisco Thompson. *Integração e cooperação Brasil-Argentina*. São Paulo: Programa de Política Internacional e Comparada/USP, 1991 (Série Política Internacional, n. 3).
- HAAS, Ernest B. *Partidos políticos y grupos de presión en la integración europea*. Buenos Aires: INTAL, 1966.
- HIRST, M.; SOARES DE LIMA, M. R. "Crisis y toma de decisión en la política exterior brasileña: el programa de integración Argentina-Brasil y las negociaciones sobre la informática con Estados Unidos". In: RUSSELL, R. (ed.). *Política exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano (Programa RIAL), 1990.
- LIMA FLORENCIO, Sérgio Abreu; FRAGA ARAÚJO, Ernesto Henrique. *Mercosul hoje*. São Paulo: Alfa Ômega/Funag, 1996.
- MORAVCSIK, Andrew. "Preferences and power in the EC: a liberal intergovernmentalist approach". In: BULMER, Simon; ANDREW, Scott. *Economic and political integration in Europe: internal dynamics and global context*. Oxford: Blackwell Publishers, 1994.
- PASTOR, Manuel; WISE, Carol. The origins and sustainability of Mexico's free trade policy. *International Organization*. Cambridge: The MIT Press, v. 48, n. 3, Summer, 1994.
- RUSSETT, Bruce; STARR, Harvey. *La política mondiale*. Bologna: Il Mulino, 1992.

América Latina: impasses e alternativas

- SAGRE, M. *La cuestión Itaipu-Corpus*. El punto de inflexión en las relaciones argentino-brasileñas. Buenos Aires: Flacso, n. 97, 1990.
- SEITENFUS, V. M.; DE BONI, L. A. (coords.). *Temas de integração latino-americana*. Petrópolis: Vozes/Editora da Universidade, 1990.
- VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo. Mercosul e os interesses políticos e sociais. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v. 5, n. 3, jul./set. 1991, p. 44-51

ARGENTINA, BRASIL, CHILE y ESTADOS UNIDOS, EN EL CONTEXTO DE LA POLITICA EXTERIOR Y EL MERCOSUR

Raúl Bernal-Meza*

El presente documento constituye una reflexión de teoría y política, que busca insertar el análisis de la política exterior argentina actual en el marco de las relaciones hemisféricas (Estados Unidos, Chile, Brasil) y del Mercosur.

BRASIL

Para analizar las relaciones bilaterales entre Argentina y Brasil debemos partir de una lectura general de lo que ha sido la política exterior brasileña en los últimos años y analizar sus relaciones con Estados Unidos – el actor extrarregional más influyente – así como sus estrategias regionales, tanto en Mercosur como a nivel sudamericano.

A mediados de los años de 1970 Brasil había iniciado un cambio sustancial de su política exterior, como consecuencia de una reformulación de su modelo de desarrollo. Después de un período de gran dinamismo en política exterior (apertura a Africa; participación activa en las agendas del mundo en desarrollo etc.) y de un fuerte creci-

* Doctor en Sociología. Profesor de las Universidades Nacional del Centro y de Buenos Aires. Director del Programa de Maestría en Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional del Centro. Consultor de Naciones Unidas y OEA.

miento económico, cambios internos y externos llevan a una sensación de agotamiento de estas estrategias. En efecto, el modelo de política exterior de la década de 1980, de las presidencias Figueiredo y Sarney, asociado al “desarrollo nacional”, había evolucionado hacia una fase de crisis y contradicciones (Cervo; Bueno, 1992; Cervo, 1994). Es en ese contexto que la candidatura de Collor de Melo (1989) lanza su plataforma generando tres tipos de expectativas (Hirst; Pinheiro, 1995): actualizar la agenda internacional del país; construir una nueva agenda prioritaria y no conflictiva con Estados Unidos y reducir el perfil “tercermundista”, vistos los cambios producidos en el escenario político internacional. Cada una de estas expectativas implicó un tema prioritario, que se reflejó en iniciativas específicas: recuperación del protagonismo y organización de la ECO 92; negociación y firma del tratado del Mercosur e iniciativas en relación a la seguridad, definiendo posiciones más flexibles sobre los regímenes de no proliferación (firma del acuerdo de creación de la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control de Materiales Nucleares y del Acuerdo Nuclear Cuatripartito de Salvaguardias con la AIEA; propuesta de revisión del Tratado de Tlatelolco).

En lo económico, el gobierno se acerca a las tendencias predominantes en Chile, México y Argentina, de políticas neoliberales. No obstante sus medidas sólo alcanzan parcialmente el desmantelamiento arancelario, apertura a nuevos segmentos de importación y eliminación de subsidios e incentivos fiscales a la producción.

No obstante, las expectativas se trocarían completamente, como consecuencia de la crisis política interna que

llevó a la destitución del presidente y su reemplazo por el vicepresidente, Itamar Franco. Sin embargo, es necesario señalar que las expectativas ya habían sido debilitadas por las propias contradicciones de la política, entre un discurso *tercermundista*, o de “intimidad tercermundista” (conciencia política, iniciativas, acciones multilaterales para mejorar las condiciones de autonomía) y las concesiones hechas en la gestión y tratamiento de la deuda externa, con una negociación pura y exclusivamente en forma individual con los acreedores (Cervo; Bueno, 1992).

La crisis funciona como efecto de retracción sobre la política exterior. Brasil no envía tropas a la guerra del Golfo y se retoman algunas líneas tradicionales de la política de los años 70, lo cual genera espacios de acción en la estructura burocrática de Itamaraty para la manifestación de posiciones distintas.

En el marco de una conducción política de un Ejecutivo surgido entre márgenes de debilidad, credibilidad deteriorada y falta de experiencia en el manejo de asuntos internacionales, el espacio de acción de la burocracia crece. Surgen dos posiciones antagónicas en Itamaraty, en torno a la redefinición de las relaciones con Estados Unidos; una que ve en el acercamiento con la potencia un camino para recuperar la “credibilidad internacional”, siguiendo el modelo argentino de Menem y otra, más tradicional, que propone la búsqueda de mayor autonomía y distanciamiento de Washington, explotando también la condición de Brasil como “potencia media”.

Al surgir estas dos posiciones se rompe la noción de continuidad y consenso que había dominado la formulación de políticas desde la Cancillería, en un país donde ésta ha

tenido históricamente un papel muy importante en el manejo de la política exterior.

Franco retoma algunos temas de la agenda Collor y lleva adelante el cumplimiento de compromisos internacionales, como los referidos a la no proliferación. Brasil ratifica el Tratado de Tlatelolco y se profundizan las medidas de confianza recíproca con Argentina; por otro lado, se busca un bajo perfil político en las relaciones con Estados Unidos. Pero es en la reformulación de paradigmas y en la visión de sí mismo donde los grupos de poder encuentran un perfil diferenciador, al agregarse a los enfoques tradicionales una nueva dimensión: la idea de Brasil como país continental y *global trader*, política que acerca a Brasilia a otras “potencias medias” (China, India).

Los ámbitos privilegiados para el impulso de esta nueva política serán dos; cada uno reflejado en la propuesta de nuevos objetivos políticos. El primero es Naciones Unidas, escenario hacia el cual Brasil se acerca desde su nuevo (asumido) rol de “potencia media”, proponiendo su propia candidatura a miembro permanente del Consejo de Seguridad de la ONU; el segundo, América del Sur, donde se avanza desde dos líneas: la propuesta de creación de ALCSA (Acuerdo de Libre Comercio Sud Americano) y el relanzamiento de la cooperación económica y de integración en infraestructura con Venezuela, Colombia, Uruguay y Bolivia.

La propuesta de creación de ALCSA, en la práctica una extensión del Mercosur (realizada en Santiago de Chile en 1994 por el propio Franco) tiene necesaria e inmediatamente una lectura en relación a los Estados Unidos: es una propuesta alternativa a la creación de ALCA. Sin

embargo, además, ella pasa a reflejar la sensación de que las relaciones con Estados Unidos se profundizan negativamente, en torno a temas claves de la agenda bilateral: comercio, propiedad intelectual, medio ambiente, derechos humanos, papel de los militares en la conducción de temas de seguridad, etc.

En este contexto hay un *revival* de la política africana (aproximación a Africa del Sur; cooperación cultural entre pueblos de lengua portuguesa; propuesta de creación de una zona de cooperación en el Atlántico Sur) y un acercamiento a Rusia; iniciativas que buscan instalar la percepción de Brasil como un país de intereses globales, acordes a su condición de país “continental”.

Este es el escenario de propuestas, iniciativas y percepciones que encuentra Cardoso a su llegada al gobierno. No obstante, una importante diferencia debe advertirse respecto del pasado – en relación a la gestión del Ejecutivo –el nuevo presidente conoce y maneja la agenda internacional y tiene una amplia experiencia en este campo, lo cual, agregado a las características de su propia personalidad intelectual, en un marco institucional y constitucional donde la política asigna un importante papel al presidente, facilitan la gestión “presidencial” de la política exterior, volviendo otras agencias (como Itamaraty) a una posición más técnica y menos política.

Fernando H. Cardoso mantiene las líneas de política diseñadas por la administración Franco; más aún, profundizará algunas, como impulsar desde nuevos frentes la búsqueda de un reconocimiento del Brasil como *potencia media*. Pero, como este reconocimiento debe provenir de

los “repartidores supremos”¹ – y el orden emergente tras el fin de la guerra fría asigna a Estados Unidos el papel de única potencia hegemónica que concentra ventajas conjuntamente en las esferas de la seguridad y la economía – el mensaje se dirige a la potencia.

Cardoso busca entonces obtener de Estados Unidos un relacionamiento con un perfil semejante al que esa potencia tiene con Japón y Francia. Sin embargo – y tal como se advertirá al abordar el otro objetivo (regional) de esa continuidad de política – surgirán dificultades que afectarán la consecución del propósito.

Junto al objetivo señalado, Cardoso profundiza las relaciones con el Mercosur y, en particular, con Argentina. Pero, como indicáramos, en ambos objetivos-escenarios surgen problemas.

En primer lugar, cada vez se hace más difícil a Brasil desarrollar una *agenda positiva* con Estados Unidos. Los temas ALCA-NAFTA-ALCSA y las trabas norteamericanas a las exportaciones brasileñas se constituyen en los ejes claves de la discordia. En segundo lugar, aparecen las dificultades con Argentina, que gracias a la existencia de las distintas percepciones que en Brasil tienen el Ejecutivo, el Legislativo e Itamaraty respecto de su socio y su política exterior permiten disminuir en su efecto negativo, tanto sobre las relaciones bilaterales como hacia el Mercosur.

1 Concepto utilizado por J. C. Puig para explicar cómo las grandes potencias se asignaban este carácter, en un sistema interestatal donde la capacidad de disuasión masiva fundaba la jerarquía del orden internacional. Cf. BERNAL_MEZA, Raúl. *América Latina en la Economía Política Mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, segunda parte, p. 180.

A pesar de las nuevas iniciativas se advierte, no obstante, que la dimensión comercial ha sido hasta ahora la más explorada de las formas de inserción internacional del Brasil, lo que hace que el debate sobre la inserción se concentre en lo comercial y lo político mantenga un bajo perfil. Sin embargo, el sólo hecho de aspirar a un reconocimiento como potencia regional y como potencia media mundial, a partir de su condición de país-continente, llevarán necesariamente a que el país tenga que asumir posiciones respecto a distintos temas de la agenda mundial, lo que deberá conducir a aumentar significativamente el perfil político de la inserción internacional.

A nivel de la política regional, la propuesta brasileña de creación del ALCSA evidencia la creciente preocupación por la atracción que la iniciativa norteamericana del ALCA y el mismo Nafta ejercen sobre los países de la región, incluyendo al propio socio más importante: Argentina. De la misma forma, la persistencia de estrategias distintas, en tiempo y calidad, como son las propuestas norteamericana y brasileña sobre los mecanismos de integración económica posibles para ampliar el mercado latinoamericano bajo mecanismos arancelarios preferenciales, señalan que a futuro persistirán tendencias más hacia el conflicto que a la cooperación entre Estados Unidos y Brasil.

Sin embargo, esto no debería extrañar a quien lee la historia como fuente de la experiencia política: cada vez que en el sistema interestatal moderno hubo una potencia hegemónica en declinación ante una potencia media emergente, surgieron problemas en sus relaciones bilaterales.

ARGENTINA

Las coaliciones de grupos políticos y alianzas de gobierno y poder de este país han generado, desde el fin de la segunda guerra mundial, sus propios paradigmas, sobre cuya visión del mundo han construido modelos teóricos de política exterior², que han tenido su relación dialéctica con la política económica; ambas, a su vez, como partes de una concepción política del desarrollo nacional posible.

Como otros países de América Latina, la Argentina ha llevado a cabo un proceso de reformulación de sus concepciones sobre el desarrollo y de sus políticas gubernamentales que – con diferentes matices – fueron dominantes hasta 1989. Este proceso ha abarcado una reformulación del papel del Estado, de las relaciones económicas y comerciales internacionales y una separación de las coincidencias entre gestión económica y gestión político-social en la acción de gobierno; abandonando las estrategias del pasado (concepciones sobre el desarrollo desde las perspectivas nacionalista, estatista o desarrollista), que incluyeron nuevas políticas comerciales, apertura y desregulación de los mercados (incluyendo el financiero), control de las variables macroeconómicas a través de la reducción del gasto social público, privatización de las empresas estatales, flexibilización laboral, etc. Sintetizando, podemos decir que, desde inicios de la gestión del presidente Carlos Menem, se encuentra en aplicación un nuevo paradigma de gestión gubernamental de los asuntos internos y externos, cuyo

2 Hemos hecho un análisis de estos paradigmas y modelos en nuestro libro *América Latina en la Economía Política Mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994, segunda parte.

modelo de política exterior es el *Realismo Periférico*³, existiendo una relación dialéctica entre modelo económico y modelo de política exterior.

El modelo de inserción reconoce la presencia de un orden mundial dominado por la alianza triunfante en la guerra fría y un proceso de *globalización* cuya interpretación está en la línea de la visión “fundamentalista”⁴.

La naturaleza de esa relación dialéctica arriba señalada se funda en la coincidencia sobre la interpretación conservadora de la crisis del capitalismo y su respectivo componente ideológico, del cual derivan ideas dominantes como las incluidas en la visión fundamentalista de la globalización y expresiones muy utilizadas en el discurso gubernamental como “aldea global” y “mundo interdependiente”.

El diagnóstico sobre los problemas argentinos es que éstos son de naturaleza esencialmente económicos; por lo tanto, era necesaria la adopción de un programa de carácter economicista, en línea con las concepciones del pensamiento neo-conservador (también denominado “neoliberalismo”).

3 La formulación teórica y su argumentación en tanto política están en la obra de su creador; cf. ESCUDÉ, Carlos. *Realismo Periférico. Fundamentos para la nueva política exterior argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1992. Para una crítica, ver BERNAL-MEZA, Raúl. Op. cit., segunda parte, cap. 2.

4 Para profundizar sobre las interpretaciones de la *globalización*, sus connotaciones ideológicas y la visión fundamentalista, ver FERRER, Aldo. *Hechos y ficciones de la globalización*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1997; y BERNAL-MEZA, Raúl. “Globalización: ¿Un proceso y una ideología?”, en *Realidad Económica*. Buenos Aires: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, n. 139, abr./may.1996, p. 83-99; también del autor, “La Mundialización. Orígenes y fundamentos de la nueva organización capitalista mundial”, en *Realidad Económica*, op. cit., n. 150, ago./sep.1997, p. 33-52.

La argumentación para la “nueva política exterior” partía de la interpretación de que el orden mundial emergente se caracterizaba por la interdependencia y la cooperación entre los países democráticos de los cuales la Argentina hacía parte; por el predominio del pensamiento democrático-liberal; de la seguridad colectiva como instrumento más efectivo que el equilibrio de poder, como garantía de la paz, y por el hecho que la *globalización*⁵ había dejado obsoleto el modelo de desarrollo basado en la sustitución de importaciones. La interpretación era que éste y el aislacionismo de la política exterior habían contribuido a la pérdida relativa de la gravitación del país en el sistema internacional y que, por lo tanto, había que aplicar una política pragmática, un nuevo modelo de relaciones preferenciales, como había sido el modelo de relaciones sostenido con Gran Bretaña durante el siglo XIX, todo con el fin de asegurarse un cambio cualitativo de la inserción internacional de Argentina en el siglo XXI.⁶

La adopción del modelo económico y la aplicación de la política exterior según el paradigma del *realismo periférico* implicaba al menos cinco condiciones: 1) una alianza con Estados Unidos; un acercamiento a las potencias vencedoras de la guerra fría; bajo perfil político del problema de Malvinas en las relaciones con Gran Bretaña y el abandono del foro de No Alineados; 2) una aceptación de las “nuevas reglas de juego de la economía y la política mundiales” en la construcción del *nuevo orden*; es decir, es la potencia hegemónica y su alianza triunfante quienes deciden sobre sus condiciones y agenda; 3) una profundi-

5 En cuya interpretación está la naturaleza “fundamentalista” de la misma.

6 RUSSEL, Roberto. *Los ejes estructurantes de la política exterior argentina: apuntes para un debate*. Buenos Aires: FLACSO, jun. 1994.

zación de las vinculaciones transnacionales de la Argentina, mediante la aplicación de una política económica de apertura unilateral, desregulación, privatizaciones, retracción del Estado y ausencia de cualquier control sobre los capitales y la inversión extranjera directa; 4) ruptura de la coincidencia en la gestión de gobierno, entre la gestión económica y la gestión político-social, rompiendo con una coincidencia que fuera dominante desde la llegada de Perón al gobierno en 1946; 5) reformulación de la concepción original de la integración entre Argentina y Brasil; el cambio de una estrategia de regionalización basada en una alianza estructural (centrada en la concepción autárquica del desarrollo nacional), por un modelo de mercado común basado en la conformación de un universo geográfico arancelario común, que lleva a la creación del Mercosur.

Sin embargo, a poco andar aparecerían las contradicciones internas en el modelo de política exterior. Para abordar este punto es imprescindible señalar previamente que no puede separarse, en el resultado de la política, la visión que tienen los hombres que formulan parte -o influyen en la formulación- de la política, de las tomas de posición institucional, a nivel de gobierno (Ejecutivo, Cancillería). Si bien esto también sucede en Brasil su impacto allí es menor, en la medida que hay una mayor tradición de política que asigna un fuerte peso a las tendencias predominantes consagradas por la tradición y la imagen como país.

Dos debates surgen al interior del grupo de poder argentino, a nivel de los *policy makers*: los que tienen posiciones más liberales, que buscan como objetivo estratégico hacer de Argentina un socio permanente de Esta-

dos Unidos, v/s aquellos que rescatan algunas posiciones nacionalistas del peronismo histórico y que presionan por una política menos alineada con Washington. El otro debate es entre aquellos que impulsan una profundización de la inserción global de Argentina v/s los que tienen preferencia por el Mercosur como escenario más importante.

Siguiendo las argumentaciones sobre política exterior de algunos de los más importantes *policy makers* argentinos⁷ y académicos liberales⁸, Brasil se encuentra en tercer lugar de las preocupaciones u objetivos clave de la “nueva política exterior”, después de la inserción multilateral en el capitalismo central y de la relación *especial* con Estados Unidos.

Uno de los elementos fundamentales de los dos primeros objetivos lo constituye la adscripción a las concepciones sobre la seguridad de esa visión predominante sobre el *nuevo orden mundial*, perspectiva que es muy distinta entre Argentina y Brasil, en la medida en que en este último país -tanto en el Ejecutivo, como en el Congreso y en Itamaraty- se rechaza la visión del *Realismo Periférico*, no se concuerda con el modelo de política exterior argentino y hay oposición a la búsqueda de acuerdos militares entre el

7 De los cuales el más relevante ha sido Carlos Escudé, el formulador del “Realismo Periférico”.

8 Como el caso de Felipe de la Balze; cf. BALZE, Felipe de la (comp.). *Argentina y Brasil: enfrentando el siglo XXI*. Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales/Asociación de Bancos de la República Argentina, 1995; también, del mismo autor, “La política exterior en tres *tiempos*. Los fundamentos de la *nueva política exterior*”, en BALZE, Felipe de la; ROCA, Eduardo A. (comps.). *Argentina y EE.UU. Fundamentos de una nueva alianza*. Buenos Aires: Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales/Asociación de Bancos de la República Argentina, 1997, p. 11-130.

Mercosur y la OTAN, tal como proponen algunos intelectuales ligados al pensamiento gubernamental.⁹

Surgen así, respecto de Brasil (y tal como también sucede allí) posiciones anti-brasileñas y anti-chilenas (de la misma manera que sucede en Santiago respecto de Argentina), que dificultan la coordinación entre propuesta, formulación y aplicación de política.

Como consecuencia de esas dinámicas, han surgido contradicciones en el discurso de la política bilateral. En primer lugar aparece la oposición a la candidatura de Brasil al Consejo de Seguridad de la ONU, que revive una disputa por la hegemonía subregional entre ambos países. En segundo lugar, al buscar una “formalización” de la alianza con Estados Unidos, a través de la fórmula de aliado extra-OTAN, se percibe esta acción como una política deliberada de generar un desequilibrio militar en el Cono Sur (lectura de Santiago) y como una acción destinada a fracturar la relación fundamental entre Argentina y Brasil (lectura de Brasilia).

Las contradicciones resaltan al enfrentar estas políticas (y sus resultados) con la realidad de las relaciones económicas de Argentina con sus dos vecinos: Brasil es el destino del 35% del comercio exterior de la Argentina y Chile es su tercer inversor extranjero directo.

Sin embargo, es necesario analizar las relaciones entre Argentina y Brasil -con el fin de advertir las coinciden-

⁹ Ver, por ejemplo, las propuestas de Felipe de la Balze, en op. cit., que retoman anteriores líneas de política formuladas por C. Escudé entre fines de 1990 y mediados de 1991.

cias y los distanciamientos- en un marco de análisis más estructural.

En ambos países hay un debate entre la inserción global y la inserción en el Mercosur. Argentina ha buscado una “relación especial” con Estados Unidos y acepta la política de Washington, así como la formación de “misiones unilaterales” (Golfo; Haití).

Brasil en cambio – y en relación coherente con sus objetivos como país – tiene una política multilateralista; evita contribuir a reforzar la capacidad de intervención unilateral de Washington tanto vía OEA como vía ONU. Por último, en ambos países hay manifestaciones de desconfianza recíproca.

Este aspecto, estrechamente vinculado a las percepciones (que en política tienen tanta importancia) merece una pequeña detención analítica. Las percepciones de desconfianza en Argentina hacia su socio tienen cuatro fundamentos: 1) el proyecto brasileño ALCSA es visto como la pretensión de hacer de América del Sur su propio ALCA; 2) las políticas que impulsa Brasil para crecer también deberían hacer crecer al Mercosur, cuestión que no es evidente; 3) las perspectivas de fortalecimiento del Mercado Común se relativizan con medidas unilaterales como la “1569”; 4) las contradicciones entre las tendencias internas hacia la inserción global y aquellas por la inserción en el Mercosur debilitan las posiciones de bloque y afectan las lecturas externas sobre el destino del Mercosur.

Por su parte, las percepciones de desconfianza en Brasil hacia la política argentina provienen esencialmente de lo que se define como una política exterior errática,

contradictoria y equivocada. Tanto en el Ejecutivo como en Itamaraty y en el Legislativo predomina un clima de desconfianza hacia la gestión Menem¹⁰, cuya fundamentación se encuentra en: 1) la inconstancia argentina en temas y agendas (cambios de política, contradicciones, sorpresas¹¹; 2) la alianza de Argentina con Estados Unidos no es aceptable en un socio “estratégico” del Brasil; si se es socio y aliado estratégico de uno no se puede ser simultáneamente de otro cuando esos dos tienen agendas con temas claramente conflictivos; 3) abierto rechazo al modelo del *realismo periférico* y críticas a la política exterior por su falta de continuidad, entre lo que impulsaba Alfonsín, el artífice del acercamiento bilateral, y lo que impulsa Menem. Es, entonces, sobre este escenario que deben leerse las perspectivas y las dificultades para el Mercosur y las tendencias previsibles en las relaciones bilaterales.

En relación a la *seguridad* – un tema particularmente importante en la agenda política norteamericana – Argentina y Brasil tienen objetivos nacionales claramente dis-

10 Estas conclusiones surgen de las entrevistas que sostuve en Brasil con altos funcionarios gubernamentales, diplomáticos, académicos, asesores del Congreso, Senadores, ex Presidentes, periodistas y empresarios.

11 Los temas son: no cumplimiento argentino del acuerdo verbal sobre el Tratado de No Proliferación y otras cuestiones nucleares (MTCR, etc.), la adhesión de Argentina al TNP y al MTCR que deja a Brasil solo; falta de notificación sobre el cambio de posición; lanzamiento de la candidatura de Salinas a la OMC por parte del presidente Menem, sin consultar a Brasil y cuando éste tenía su candidato (Ricúpero); declaración argentina en oposición a la candidatura de Brasil al Consejo de Seguridad. También, la interpretación de que el presidente Menem se convirtió en el portavoz de Washington para presionar a Brasil a abandonar su política de cohetes espaciales, después de que el gobierno argentino terminara con el Proyecto Cóndor, como parte de su estrategia de acercamiento a Estados Unidos, entre otros.

tintos, en términos del papel que aspiran a jugar en el sistema internacional. Mientras Argentina ha buscado una *relación especial* con Estados Unidos y acepta la política global de Washington (incluyendo la conformación de “misiones unilaterales” como la Guerra del Golfo y la intervención en Haití), Brasil ha optado por una línea multilateralista, evitando contribuir a reforzar esa capacidad de intervención unilateral de Washington. En este sentido, hay dificultades sustanciales que inciden negativamente en la construcción de una política de seguridad y defensa común, a partir de las distintas visiones estratégicas entre ambos países, a lo que se agregan otros aspectos de índole burocrática, como la existencia en Brasil de cuatro ministerios vinculados a la Defensa¹², hecho que de por sí condiciona cualquier posibilidad de coordinación a nivel ministerial bilateral.

Los factores de riesgo para el Mercosur surgen a partir de la constatación de la falta de coordinación y consultas (no en términos “formales” sino en “contenidos”) entre ambas capitales, cuestión que, no obstante, ambos presidentes han intentado bajar el perfil de desencuentros políticos en los últimos meses, atendiendo al efecto que los encontronazos estaban teniendo sobre los operadores económicos. Sin embargo, si los dos países comienzan a hacer cálculos sobre las ventajas nacionales por sobre las ventajas subregionales (Mercosur), el destino del acuerdo es dudoso.

En segundo lugar, el conflicto entre las tendencias a la globalización y aquellas hacia la regionalización, cuya

12 Ministerios del Ejército, la Marina, la Aviación y del Estado Mayor de las Fuerzas Armadas.

ambivalencia genera políticas contradictoras que se trasladan a las relaciones bilaterales y subregionales.

En tercer lugar, la relación privilegiada con Estados Unidos. Washington es un actor esencial, que puede poner en riesgo las relaciones Argentina-Brasil.

En cuarto lugar, el escaso avance en la construcción de estructuras supranacionales.

En quinto lugar, el nulo avance en la coordinación de políticas macroeconómicas; un factor clave para la consolidación de posiciones comunes a nivel multilateral y en relación a los objetivos económicos de Estados Unidos en América Latina.

Por último, la visión de que si no se recupera la perspectiva “estructural” del Mercosur (en tanto ver éste como un instrumento clave, dentro de la concepción del desarrollo y la articulación de la cooperación para el progreso en términos científicos, tecnológicos e industriales), no habrá ni alianzas ni integración que sirvan a Brasil como instrumentos para sus objetivos de inserción internacional.

En cuanto a las relaciones bilaterales, en ambas capitales se considera que éstas son fundamentales para el avance del Mercosur; que las mismas están bien, pero que podrían estar mucho mejores. Las percepciones sobre las respectivas políticas hacen que surjan dificultades para la consulta y coordinación de políticas externas en distintos temas. Estas situaciones incomodan más a Itamaraty que al presidente Fernando Henrique Cardoso. Ahora bien, en la medida que éste es el conductor de la política exterior, las relaciones bilaterales no sufrirán efectos de importancia pues Cardoso privilegia la continuidad de esas rela-

ciones por sobre las lecturas críticas provenientes de otros sectores (Itamaraty, el Congreso). Sin embargo, es un claro y grueso error de los conductores de la política exterior argentina no tomar en cuenta los mensajes provenientes de estas dos instancias, en la medida que en Brasil ambas tienen un significativo poder e influencia y que en gran medida dicen en su discurso lo que el propio presidente Cardoso piensa y no puede decir. Todo esto hace que la tendencia previsible sea la de un *mix* entre confianza y desconfianza.

Para concluir este análisis deberíamos retomar dos temas, de cuya interpretación surgen elementos fundamentales para el diagnóstico y la prospectiva: el primero es el de la no consolidación (o construcción) de estructuras supranacionales en el Mercosur; el segundo el peso del tema del Consejo de Seguridad.

El escaso avance y desinterés manifestado por Brasil para el desarrollo de estructuras supranacionales obedece a dos razones principales, que justamente no permiten la coincidencia entre los socios. En efecto, mientras para Argentina, Paraguay y Uruguay ellas pueden disminuir las asimetrías de poder en beneficio de Brasil, para éste justamente ellas limitarían su autonomía y la expansión de su hegemonía en la región, siendo, además, un limitante para sus objetivos políticos y económicos de inserción internacional en tanto “potencia media” o “país continental”.

En cuanto al tema del Consejo de Seguridad, éste es un asunto de máxima importancia para Itamaraty, pero no lo es para el presidente Cardoso. Sin embargo, hasta que el tema no se resuelva, no habrá avances de importancia en la construcción del Mercosur político, porque Brasil no

impulsará ninguna política que pueda leerse en Washington como *negativa* para su aspiración de ser reconocido como “el candidato natural” a ocupar el sillón en representación de América Latina, o que pueda afectar estas perspectivas.

Como reflexión final, en relación a la Argentina y su política exterior, se advierten en este país las dificultades que se mantienen para la construcción de una *política de Estado* en materia internacional. Si bien es probable que hasta las elecciones presidenciales de 1999 no haya un cambio sustancial de la política exterior – ya que para ello se tendrían que dar dos condiciones: un cambio de la política económica y de inserción externa y una predominancia de los sectores más nacionalistas o “históricos” del peronismo en la formulación de la política internacional –, la realidad es que la alianza de oposición al actual gobierno del presidente Menem, integrada por la Unión Cívica Radical (del ex presidente Alfonsín, artífice junto a Sarney de la integración argentino-brasileña) y el Frepaso rechaza tanto el paradigma sobre el cual se ha construido el “realismo periférico” como a éste y sus consecuencias de política; mirando con sumo recelo la alianza con Estados Unidos.

CHILE

Las relaciones de Chile con Brasil, Argentina y el Mercosur, desde una lectura rápida, aparecen complejas, tanto por la riqueza de sus crecientes vínculos como por los mensajes oscuros que ellas mantienen.

Centrando el análisis en el Mercosur, lo primero que se advierte es la pregunta que, de hecho, ya le han planteado a Santiago: Mercosur-Chile, ¿Socios plenos o qué?

Más allá del discurso de Santiago sobre su condición similar a Brasil (*global trader*) es evidente que su política ha buscado también ser para Estados Unidos un socio relevante, en este caso a través de su integración al Nafta o de un acuerdo bilateral con esa potencia. Esto es comprensible, en la medida que Chile tiene un gobierno de centro-izquierda con una política económica que si bien no es abiertamente neoliberal, sigue los lineamientos fundamentales diseñados por el modelo económico del régimen de Pinochet¹³. A partir de estas características, la voluntad de hacer del país ese modelo de desarrollo (alternativo al ejemplo de los “tigres asiáticos”) y un pilar de la política de apertura comercial en América Latina, para poner a Santiago como eje privilegiado de negocios financieros y comerciales en el Mercosur, tiene como elemento clave el necesario aval norteamericano.

Justamente el interés de Washington en Chile radica en la continuidad de su política económica de líneas neoliberales, porque aparece como el modelo y ejemplo a seguir por las restantes economías de la región en sus objetivos de integrarse al Nafta y/o a ALCA. Esto explica que dos administraciones norteamericanas distintas, una republicana y otra demócrata, hayan puesto la misma atención y esfuerzo por obtener para Chile el ansiado status de “socio”.

Sin embargo, es necesario tener en cuenta también algunos aspectos estructurales que determinan hoy los

13 Para mi interpretación de la política externa de Chile, ver, “Chile: entre el NAFTA y el Mercosur. Los desafíos de una economía pequeña y en expansión”, en *Realidad Económica*, Buenos Aires, n. 133, jul./ago. 1995, p. 23-43; y, “Chili, un modèle périphérique d’insertion internationale”, *Etudes Internationales*, Québec: Institut des Hautes Etudes Internationales, Université Laval, v. 28, 1997, p. 2-25.

lineamientos de la política exterior chilena. El país tuvo durante algunas décadas del siglo XX una política de activismo internacional, hasta 1973, que no se condijo con su dimensión económica y sus capacidades de poder. Ese activismo – que no obstante se tradujo en imagen y prestigio, que acompañó los esfuerzos diversificados de cooperación internacional impulsados con respaldo en su tradición democrática – tuvo siempre un condicionante externo: la dependencia de su economía respecto del centro de la hegemonía.

La actual política exterior es conservadora y pragmática, siendo una expresión más bien de un *Estado comercialista* que ejemplo de su tradición de activismo. Quizás en este cambio hayan influido tanto las condiciones heredadas de casi dos décadas de autoritarismo como la necesaria revisión de algunas categorías históricas que fueron muy importantes en el pasado, pero que a la luz del pragmatismo económico, ante el proceso de transición y cambio de la economía y la política mundiales habrían perdido cierta vigencia.

La agenda “política” de las relaciones bilaterales con Estados Unidos está hoy ausente, en la medida que no existen problemas (excluyendo algunos temas de carácter comercial, como las acusaciones norteamericanas de dumping a la industria chilena del salmón y las presiones norteamericanas por una mayor apertura de su economía, que sin embargo, paradójicamente, es una de las más abiertas del mundo). El *realismo pragmático* frente a Estados Unidos, traducido en extensos períodos como un “alineamiento” ha coincidido con la aceptación interna de

la reproducción del modelo centro-periferia (gracias a la reproducción constante de su heterogeneidad estructural) y el papel de su estructura económica en dicho subsistema.¹⁴

Si imaginamos los objetivos que persigue Estados Unidos en la región (construir un mercado ampliado a su beneficio, desplazando a competidores extrarregionales; fortalecer las políticas económicas de apertura y desregulación, etc.), se advierte que Chile es una pieza regional clave en su estrategia y, por tanto, también hacia el Mercosur. Es por demás evidente que el ingreso de Chile al NAFTA (para lo cual ya tiene acuerdos bilaterales con México y Canadá, por lo cual sólo sería necesario un tercer acuerdo con EE.UU.) debilitaría las perspectivas del Mercosur como polo de atracción alternativo.

Por otra parte, aunque la economía de Chile es más o menos el 40% de la economía argentina y sólo algo así como 9% de la economía brasileña, Estados Unidos exporta a Chile más de lo que exporta a países-continentes como Indonesia o Rusia.

En cuanto a las relaciones con Argentina y Brasil, vale la pena señalar que Chile es el tercer inversor extranjero directo en Argentina (aunque desde algunos análisis sobre la inversión productiva y de servicios de largo plazo podría considerarse el

14 La canasta de exportaciones chilenas a Estados Unidos al comenzar la década de los noventa mantenía su perfil clásico. Según fuentes del Banco Central de Chile, 61,2% eran productos y recursos naturales; 28,7% recursos naturales procesados y sólo el 10,1 % lo constituían productos industriales. En cuanto a sus importaciones desde Estados Unidos, éstas se componían de productos industriales, maquinarias, automóviles, productos de alta tecnología (óptica, informática, telecomunicaciones etc.) y whisky. En cuanto a la inversión extranjera directa, Estados Unidos constituye el origen de cerca del 50% de la IED registrada en Chile. Sin embargo, ella – tal como ha sido el destino histórico clásico – ha mantenido el mismo destino sectorial. Durante el período 1974-1993 el 69,2% de esa IED norteamericana se dirigió al sector minero extractivo.

América Latina: impasses e alternativas

segundo) y es también el tercer inversor extranjero directo en Brasil, después de Estados Unidos y Francia.

Políticamente, las relaciones de Chile con Brasil han sido históricamente más estrechas que con Argentina, bien que un objetivo tradicional de la política exterior chilena ha sido hacer de su vecino su socio más importante. Durante los últimos trece años las relaciones bilaterales entre Chile y Argentina mejoraron sustancialmente. Se solucionaron 22 de los 24 problemas limítrofes pendientes y se avanzó como nunca antes en el desarrollo de una integración en infraestructura (camino, gas, energía eléctrica), lo que hace pensar en una integración estructural de largo plazo. El proceso se acompañó de una inversión extranjera sin precedentes a nivel de países en desarrollo. Sin embargo, la alianza argentina con OTAN resucitó los celos nacionalistas y geopolíticos, abriendo espacios a nuevas desconfianzas.

El apoyo de Chile a la candidatura de Brasil al Consejo de Seguridad (siendo así el primer país en hacerlo) debe leerse en este contexto. No obstante, ha sido un acto gratuito de Chile a Brasil, porque hoy en Brasilia nadie piensa en Chile como un actor clave de una percepción de seguridad ya abandonada y que se basaba en el clásico "equilibrio de poder". Por el contrario, Argentina es – aún para los críticos de su política exterior – el socio fundamental de Brasil en América del Sur.

Estos elementos y la importancia que el Mercosur está teniendo en su comercio exterior y sus exportaciones financieras justifican, además, la pretensión de sus socios – Brasil y Argentina – de que comparta del Mercosur no sólo los beneficios que le brinda su actual status de

“asociado”, sino que también comparta los desafíos (políticos y económicos), integrándose de manera plena.

ESTADOS UNIDOS, ALCA Y MERCOSUR

Como sucede en las redes de relaciones bilaterales o subregionales que involucran a países en desarrollo, hay siempre otros actores, hegemónicos, que tienen distintos niveles de influencia e incidencia en dichas relaciones. En el caso sudamericano este actor es la potencia extrarregional: los Estados Unidos.

Este país comienza a preocuparse por el tema Mercosur ya avanzado el año 1992, profundizándose el interés a partir de diciembre de 1994.

Son distintos los factores que inducen esta preocupación por este mercado en proceso de integración. La mayoría de ellos están en relación con la situación y posición de Estados Unidos en la actual economía mundial capitalista y su pérdida de competitividad industrial y comercial. Fue a partir de esta realidad, cuyas tendencias eran evidentes ya al promediar los años de 1980, que la potencia comenzó a formular nuevas estrategias de orden económico, con el fin de promover el reforzamiento de los lazos comerciales de los países latinoamericanos con su estructura económica. De allí surgieron propuestas como la Iniciativa para la Cuenca del Caribe, la Iniciativa para las Américas y, finalmente, bajo la administración Clinton, la propuesta de creación de ALCA.

Este proyecto abría nuevas oportunidades a la economía norteamericana, ampliando su comercio exterior por

vía de las preferencias arancelarias que desplazarían a sus competidores extrahemisféricos. Es por ello que las autoridades de la actual administración comenzaron a ver en el Mercosur un elemento obstruccionistas del proceso ALCA (Irela, 1997b).

Entre las causas del retorno de la preocupación por nuestra región, y en particular por el Mercosur, merecerían señalarse las siguientes:

1) la convicción de que Estados Unidos está perdiendo terreno en la región a manos de sus competidores (Unión Europea, Japón-NIC's);

2) el desplazamiento de la competencia mundial, desde la seguridad y lo ideológico a la rivalidad económica intra-capitalista y los cambios ocurridos en la economía política mundial (globalización/mundialización y regionalización) hacen posible la adopción de políticas de alianzas selectivas en los países de América Latina, dirigidas a promover políticas exteriores más autónomas que permitan alcanzar mayores garantías económicas. Esto abre el camino para la exploración de escenarios alternativos que recortarían la dependencia de estos países de la economía norteamericana;

3) la percepción de que algunos actores regionales están aspirando a alcanzar una mayor influencia política a nivel mundial (en particular Brasil). La búsqueda de nuevos socios y el fortalecimiento del Mercosur podrían aumentar esa autonomía;

4) crecimiento sustancial del comercio intra-Mercosur y decisión de nuevos países de integrarse al mismo (primero Chile; luego Bolivia, después, Venezuela y Ecuador);

5) crecimiento del mercado latinoamericano en las exportaciones totales norteamericanas. Durante los años 1990 éstas pasaron del 38% al 42%. En 1996, las exportaciones al resto de América representaron el 50% del crecimiento total de las exportaciones de Estados Unidos¹⁵. Las proyecciones señalan que América Latina será un mercado cada vez más importante para las exportaciones estadounidenses que los mercados de la Unión Europea y Japón juntos¹⁶;

6) percepción de que el éxito de ALCA pasa por la relación NAFTA-Mercosur, tal como se pudo desprender del desarrollo de la cumbre de Belo Horizonte;

7) por último el reciente informe del Departamento de Comercio al Senado norteamericano señala que Estados Unidos ha perdido competitividad en sus exportaciones a Asia, África del Sur, Turquía y otros, en beneficio de sus competidores europeos y Japón¹⁷.

Sin embargo, hay otras razones de índole más política y que se vinculan a la creciente competencia entre Estados Unidos y la Unión Europea por los escenarios de economías “emergentes”. De allí surgen las siguientes preocupaciones:

– inquietud por las iniciativas europeas (específicamente impulsada por el presidente francés Jacques Chirac) y la propuesta de celebrar en 1998 una cumbre a nivel de presi-

15 Fuente: IRELA. “Hacia un Área de Libre Comercio de las Américas: una perspectiva europea”.

16 Según Charles Barshefsky, Representante de Comercio de Estados Unidos, citado por IRELA. “Hacia un Área de Libre Comercio de las Américas: una perspectiva europea”, p. 3.

17 *Gazeta Mercantil*, citando el relatorio del Departamento de Comercio de los Estados Unidos; 29 de octubre de 1997, p. A-11.

dentes y primeros ministros entre la Unión Europea y el Mercosur (Irela, 1997a), que sería el inicio de una nueva red de vinculaciones políticas entre ambas regiones. Esta propuesta se da en momentos en que las relaciones interamericanas casi no registran cambios, con excepción de la visita de Clinton a Venezuela, Brasil y Argentina, durante el mes de octubre de 1997;

– la percepción en Washington de que la iniciativa de la cumbre Unión Europea-América Latina es un esfuerzo por generar un contrapeso paralelo a las “Cumbres de las Américas”¹⁸;

– la iniciativa de la cumbre europeo-latinoamericana surge en un contexto de creciente competencia entre la Unión Europea y Estados Unidos por el mercado latinoamericano. En particular, la competencia entre la Unión Europea y los Estados Unidos se hace cada vez más explícita, luego de los acuerdos de la Unión Europea con el Mercosur (15 de diciembre de 1995), con Chile (21 de junio de 1996) y el inicio de conversaciones con México;

– las propias dificultades e incertidumbres en torno a la implementación del ALCA, como consecuencia de las trabas del Congreso norteamericano, han dado mayor ímpetu a las posibilidades de una alianza comercial en América del Sur, cuyo centro dinámico sea el propio Mercosur.

Estados Unidos está enfrentando el reto por la competencia dentro del capitalismo mundial. Al asumir el car-

¹⁸ Aunque también esta es la propia lectura desde la Unión Europea; ver, IRELA. “¿Un desafío al triángulo atlántico? Contexto y agenda de una cumbre UE-América Latina”.

go de secretario del Departamento de Comercio, William Daley impulsó una amplia reestructuración de tareas y procedimientos de las misiones comerciales norteamericanas, con el objetivo de duplicar antes del año 2000 el actual volumen de exportaciones, llevando su cifra a 1,2 billones de dólares. Sin embargo, las iniciativas comerciales y económicas constituyen también un instrumento de política “política”, en la medida que el mejoramiento de los lazos económicos de Estados Unidos con otros países apunta a mejorar las respectivas relaciones bilaterales con cada uno de sus socios comerciales. Desde la perspectiva de Washington, un objetivo importante sería garantizar la estabilidad política, resultado esperado de esta profundización de vínculos económicos. Recuperación de la presencia en licitaciones internacionales, promoción de las inversiones norteamericanas y de las exportaciones forman parte de la estrategia para promover un nuevo espíritu en sus relaciones bilaterales y multilaterales.

América Latina es una región de creciente importancia económica para Estados Unidos. Es en este escenario, de competencia económica y de reacciones políticas en torno a los avances del Mercosur y a la interpretación de cómo juega este esquema de integración en los intereses de la potencia media emergente (Brasil), que deben leerse las distintas iniciativas, económicas y políticas, de Estados Unidos en la región.

Es posible entonces que se esté en los prolegómenos de un cambio cualitativo en las relaciones con América Latina. Históricamente los Estados Unidos han tenido dos objetivos a largo plazo en la región: crear una zona de in-

fluencia, reduciendo las ingerencias de potencias extrarregionales y promover la *estabilidad*, una fórmula por demás ambigua cuyo costo en términos políticos ha sido enorme para América Latina durante todo el período de la guerra fría. Ha sido paradójal que – a pesar del intervencionismo y la permanente vigencia de la Doctrina Monroe – los Estados Unidos no se hayan interesado nunca en desarrollar una relación política estrecha con América Latina¹⁹, a pesar de que ésta ha dado, desde fines de la década de los ochenta, pasos significativos hacia una nueva relación con la potencia, para lo cual han sido funcionales las políticas de los gobiernos y coaliciones que han venido aplicando políticas económicas neoliberales.

Actualmente es evidente que Washington está implementando una política destinada a frenar el progreso del Mercosur y, simultáneamente, aislar a Brasil de América del Sur. Para ello está operando a través de cuatro estrategias políticas:

- 1) La propuesta ALCA y el *fast-track* como atractivos.
- 2) Trayendo a Chile hacia el eje Nafta.
- 3) Desactivando las nuevas iniciativas de cooperación política subregionales que parecían estar generándose entre Brasil, Argentina y Chile, usando como instrumentos de división y ruptura la política de seguridad (levantan-

19 Para una visión sintética de nuestra perspectiva sobre las relaciones entre Estados Unidos y América Latina a inicios de la década de los noventa, cf. BERNALMEZA, Raúl. “*Les relations entre les États-Unis et le Bassin des Caraïbes – Des politiques anciennes pour un nouvel ordre mondial?*”, *Études Internationales*. Centre Québécois de Relations Internationales, Université Laval, Québec, vol. XXIV, n. 2, jun. 1993, p. 421-433.

do el bloqueo a la venta de armas a países de América Latina, establecido durante la presidencia de Carter).

4) Operando sobre Argentina con propuestas políticas vinculadas a la seguridad (alianza extra-OTAN).

CONCLUSIONES

Creo que hay que dejar de lado argumentaciones ingenuas como las del canciller Di Tella señalando que “Brasil no es amigo de Estados Unidos”, porque los países no tienen amigos o enemigos; tienen intereses y sobre éstos se construyen lazos de amistad, cooperación o conflicto.

El tema es clásico. Su base está en las disputas entre una potencia hegemónica en declinación y una potencia media emergente, en tanto otras potencias deciden, unilateralmente, su vocación de alianza o adhesión a un determinado bloque de poder mundial.

Sería ingenuo imaginar que en la hora actual no existen problemas en las relaciones entre Estados Unidos y el Brasil, que repercuten sobre Mercosur, y en los países del cono sur entre sí, que también influyen sobre el destino del Mercosur.

Un estudio elaborado por la Fundação de Estudos no Brasil (Irela,1997b:6) señala que Estados Unidos es el país que impone el mayor número de barreras no arancelarias al ingreso de productos brasileños a su mercado interno.

Antes de la Ronda Uruguay del GATT Estados Unidos aplicaba tarifas medias del 5,1% a las exportaciones brasileñas hacia su mercado. Después de la Ronda el abanico arancelario va de tarifas entre 0% y 188%. Le apli-

ca, adicionalmente, tarifas especiales al tabaco, el hierro fundido, el jugo de naranja y otros productos. Le ha establecido un sistema de “precios de entrada” para las frutas; tasas de procesamiento y tasas portuarias para otros productos y “cuotas tarifarias” para el azúcar y el tabaco. Además, le aplica la legislación antidumping a la producción del complejo siderúrgico de Volta Redonda, cuando esta empresa fue privatizada y, por tanto, ya no recibe subvención estatal.

Atendiendo pues a que la agenda bilateral es y seguirá siendo al menos *difícil*, Brasil está profundizando sus estrategias hacia la región.

Brasil aspira a hacer del Mercosur el eje de su proyecto ALCSA. Siendo este país el líder natural del Mercosur y los Estados Unidos el de Nafta, es natural que ambos países tiene capacidad para determinar el perfil del ALCA. Brasil no tiene el poder para determinar o no su implementación; pero sí puede influir con su decisión de no integrarlo si las condiciones no corresponden a sus intereses, en cuanto defender su estructura industrial de una competencia para la cual no está preparado competitivamente.

Existen coincidencias en los distintos ámbitos de poder en Brasil que ALCA es un grave peligro para su desarrollo económico, visto que tendría que competir por el mercado latinoamericano con la producción norteamericana. En este sentido, si los países latinoamericanos, y los socios del Mercosur, aceptaran iniciar negociaciones con Estados Unidos por la implementación de ALCA, tal como Estados Unidos seguramente propondrá en la próxima

cumbre de Santiago de Chile, Brasil no aceptará y esto terminaría por aislar al país y, consecuentemente, derrumbar al Mercosur. El argumento es que la industria nacional no está en condiciones de competir con la industria norteamericana en un escenario de reducción arancelaria acelerada, porque los efectos económicos y sociales serían desastrosos.

Pero, al mismo tiempo, y vistas las dificultades del presidente Clinton por obtener del Congreso norteamericano la autorización del *fast-track*, existen mayores posibilidades de que un Mercosur ampliado pueda ser el eje de la integración comercial en el hemisferio occidental, más que la posibilidad de que lo sea un TLC ampliado.

Esto explica por qué Estados Unidos impulsa políticas cuyo efecto pueden ser aislar a Brasil de la alianza atlántica (OTAN), buscando alejarlo políticamente de la Unión Europea poniendo en lugar de relevancia a Argentina; es decir, jugando el papel de “repartidor supremo”, atrayendo a Argentina.

Respecto de las relaciones de este último país con Brasil, vale la pena recordar los factores positivos de las mismas.

Históricamente hubo ciclos de tensión y distensión durante el siglo XIX, en torno a problemas de frontera, armamentos, problemas limítrofes entre Chile y Argentina, políticas de inmigración, etc. Durante el siglo XX estos ciclos se repitieron, con los paradigmas de desarrollo (Vargas, Perón) y el aprovechamiento de los ríos.

La herencia histórica señala que en ambos países, desde los años de 1930 el Estado fue el motor de los procesos de

cambio y modernización. Otros aspectos positivos, en los años recientes han sido el peso de la opinión pública y de la “academia” y los medios intelectuales, en el acercamiento bilateral. Nunca hubo tanta influencia en la formación de la opinión pública y el medio político de estos sectores. La concertación política, más los contactos y encuentros regulares entre diferentes actores de ambos países han llevado a una intensidad sin precedentes de los vínculos bilaterales. Brasil es hoy por hoy el mercado más importante de las exportaciones argentinas. Al mismo tiempo, existe cada vez más conciencia de que la geografía es un determinante estructural del cual no se puede hacer exclusión.

Es nuestra opinión que Argentina y Brasil, como también Chile, representan distintos modelos de política exterior, que responden más a cuestiones de índole interna – coaliciones y alianzas de gobierno; concepciones sobre las estrategias posibles de desarrollo nacional; antecedentes históricos y estructura del patrón de inserción económico internacional – que externa, vinculadas éstas o explicadas a partir de que las políticas implementadas sean un reflejo y reacción frente a los acontecimientos que se producen fuera de la región. Una y otra perspectiva permiten, asimismo, justificar la existencia, o no, de espacios alternativos de inserción y gestión internacional, aún en marcos de “unipolarismo”, uno de cuyos ejemplos, paradójicamente, es la propia construcción del Mercosur político.

En este contexto, sería recomendable una revisión de la política exterior argentina, en cuanto a objetivos y métodos, con el fin de hacer claridad sobre sus relaciones internacionales, evitando ser – justificadamente o no, vo-

luntariamente o no – un nuevo punto de apoyo latinoamericano para la política intervencionista norteamericana.

BIBLIOGRAFIA

- BERNAL-MEZA, Raúl (1994). *América Latina en la Economía Política Mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- _____. (1995). Chile: entre el NAFTA y el Mercosur. Los desafíos de una economía pequeña y en expansión, en *Realidad Económica*. Buenos Aires, n. 133, jul./ago. 1995, p. 23-43.
- _____. (1997). Chili, un modèle périphérique d'insertion internationale. *Études Internationales*. Québec: Institut des Hautes Études Internationales, Université Laval, v. 28, 1997, p. 2-25.
- CERVO, Amado Luiz (1994). "Relações Internacionais do Brasil", en Amado Luiz Cervo (org.). *O Desafio internacional*. Brasília: UNB, p. 9-58.
- _____. BUENO, Clodoaldo (1992). *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática.
- IRELA (1997a). *¿Un desafío al triángulo atlántico? Contexto y agenda de una cumbre UE-América Latina*, Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas, Madrid, Informe, 12 de mayo de 1997.
- _____. (1997b). *Hacia un Área de Libre Comercio de las Américas: una perspectiva europea*. Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas, Madrid, Informe, 19 de junio de 1997.
- HISRT, Mônica; PINHEIRO, Leticia (1995). "A política exterior do Brasil nos anos noventa", en *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, año 38, n. 1, p. 5-23.
- RUSSELL, Roberto (1994). *Los ejes estructurantes de la política exterior argentina: apuntes para un debate*, Buenos Aires: FLACSO, jun.

GLOBALIZAÇÃO, REGULAÇÃO SOCIAL E NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Jaime Marques Pereira*
Maria Cristina Cacciamali* *

INTRODUÇÃO

Os estratos sociais que detêm o poder na América Latina, usualmente até por imitação ou por sentirem-se mais inseridos no cenário internacional, tendem a magnificar as forças de mercado (livre concorrência, espírito empresarial) como o elemento de regulação básica e essencial da sociedade contemporânea. Ignoram que as forças de mercado são postas em movimento por atores sociais que detêm valores éticos e estéticos, bem como interesses (econômicos e políticos) próprios, que não representam nem apontam, a forma de organização da vida social que contemple oportunidades e prazer para a maioria. É dessa maneira que se torna imperiosa a pactuação política que redunde em modos de regulação social que ordenem o movimento da vida coletiva, de tal

* Professor e pesquisador no Institut des Hautes Études en Amérique Latine (IHEAL) – Sorbonne Nouvelle – Paris, França.

** Professora no Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração (FEA) e no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) – Universidade de São Paulo.

forma a permitir, por um lado, menores custos privados nas transações econômicas e, por outro, maior eficácia nas ações sociais, além de diminuir o grau de insegurança privada e social.

As considerações metodológicas aqui apresentadas tratam do tema de pesquisa *globalização, mundo do trabalho e regulação*, suas relações e efeitos retro-alimentadores que podem ser gerados. Essa investigação contém questões específicas de países latino-americanos, remetendo, também, a questões gerais sobre o futuro do trabalho e da proteção social que devem ser investigadas diante das mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo. Mais particularmente, o tema reporta-se à configuração que esses elementos societários vêm apresentando nesta década, ao desenhar-se um horizonte de crescimento econômico a taxas bem menores que no passado, implicando agravamento da exclusão social, concomitante à instabilidade das rendas do trabalho e à expansão de um desemprego estrutural.

Esse quadro aponta a necessidade de renovação das problemáticas de análise na área de estudos do trabalho que dominaram os anos oitenta, remetendo à necessidade de desenvolver uma agenda de pesquisa que gere e reúna resultados sobre formas de regulação, regulamentações e organização social que conduzam à inclusão e à maior participação política das populações.

1. OS OLHARES SOBRE A PROBLEMÁTICA

A literatura econômica internacional sobre esse tema foi, desde a década passada, consagrada, por um lado, à

identificação dos impactos sobre o mercado de trabalho das novas tecnologias e formas de organização da produção e, por outro, ao estudo da generalização das políticas de austeridade (Boyer; Durant, 1993). Uma corrente dessa geração de pesquisas evidenciou a existência de diversos tipos de trajetórias de reestruturação produtiva, recolocando em questão os elementos-chave da melhoria da competitividade. Firmou-se assim, em oposição às diversas interpretações econômicas fundamentadas no individualismo metodológico, uma abordagem institucionalista mais abrangente da mutação do capitalismo contemporâneo que procura integrar as visões elaboradas por diferentes disciplinas (sociologia e economia do trabalho; economia e política internacional; geografia) para explicar as diferenças nacionais de ganhos de competitividade, levando-se em conta variáveis tanto societárias quanto macro e microeconômicas (Crouch; Streek, eds., 1996)

Nessa visão, as mudanças vêm afetando particularmente quem vive de rendas do trabalho e vêm se generalizando no mundo todo, através da expansão do desemprego, da precarização do emprego, bem como da informalidade. Essas mudanças começam hoje a aparecer como contra-producentes, tanto em níveis econômicos e políticos.

Levanta-se, em primeiro lugar, a seguinte questão: as formas de repartição de riqueza que decorrem dessas alterações restringem a expansão do consumo a longo prazo? (Epstein; Gintis, eds., 1995). Nesta década, verificou-se nos países europeus e mais ainda nos países latino-americanos – mesmo com configurações sócio-econômicas diferentes –

que as antecipações da evolução da demanda tendem a estimular o setor financeiro em detrimento dos investimentos produtivos, o que leva, por sua vez, a reduzir o crescimento econômico e a agravar mais ainda o desemprego e a necessidade de diminuir o custo da mão-de-obra. Observe-se, como conseqüência, a crescente dificuldade para superar os processos de ajuste econômico que acabam fazendo da regressão social o principal regulador, anulando qualquer perspectiva de um possível retorno ao pleno emprego.

Cabe dessa forma interrogar, em segundo lugar, se a tendência atual à dualização da sociedade, enquanto dinâmica estrutural, pode vir a desenhar um quadro político que questione a legitimidade das políticas econômicas hoje seguidas, a tal ponto que a sua credibilidade perante a opinião do mundo financeiro acabe esvanecendo-se.

O quadro dessas contradições – entre as reestruturações econômicas e as recomposições sócio-políticas que ensejam a globalização – parece assumir uma feição particularmente acentuada no caso brasileiro (Batista, 1998). Tal hipótese impõe-se à luz das dificuldades de promover a estabilização econômica com relação ao equilíbrio das contas públicas internas e externas que leve a uma redução das taxas de juros.

O potencial de expansão da demanda interna e sua extrema elasticidade às mudanças, mesmo que marginais, da repartição da renda, permitiram que a política de abertura econômica tivesse ocorrido, até 1996, em um contexto de relativo crescimento econômico, impulsionado, no início, pelo consumo das camadas urbanas mais pobres

(Rocha, 1996). Outrossim, os dividendos políticos, particularmente altos, que rendeu a desinflação, nos primeiros anos do programa de estabilização econômica, garantiram a legitimação dessa política, assegurando inclusive o segundo mandato da atual administração federal.

Hoje, no entanto, o manejo da política econômica ao longo do Plano Real demonstrou-se errático. A política de sobrevalorização do câmbio e de juros domésticos elevados desestruturou a organização produtiva, aumentou o desemprego e fez subir a dívida pública interna. A desvalorização recente da moeda brasileira e a reorientação da produção para os mercados interno e internacional podem não ter sucesso, nos prazos curto e médio. A geração de saldos positivos na balança comercial e a reativação do nível de atividade podem não se realizar na velocidade requerida. As exportações podem ser restringidas pelo volume e valor das importações necessárias à produção doméstica. Ou seja, a abertura impôs maior dependência à economia brasileira de insumos e tecnologias disponíveis apenas no mercado internacional, o que implica um número expressivo de insumos ter seu preço em dólar. Por sua vez, a elevada concentração da renda, a perda de poder aquisitivo decorrente da inflação doméstica e o aumento do desemprego bloqueiam a recuperação do nível de atividade. Assim sendo, ratificam-se as tendências recessionista e inflacionária nos prazos curto e médio.

Ademais, a ausência de uma ação do Estado intermediando a repartição dos incrementos de produtividade entre lucros e salários e com a redução do seu papel na redistribuição do salário indireto, apenas pode vir a re-

afirmar um quadro de concentração de renda excessiva (Baltar; Dedecca, 1997; Cacciamali, 1999). Esse aspecto estrutural da história econômica e social brasileira deve ser avaliado não somente sob o ponto de vista ético, mas focado sob o prisma da eficiência alocativa, na medida em que se reduz a perspectiva de ampliação do mercado interno, uma vez que se esgotam os efeitos riqueza e demanda, que impulsionaram o crescimento enquanto durou a desinflação, nos primeiros anos do Plano Real, e políticas públicas articuladas e consistentes com vistas à redistribuição da renda não constituem prioridade na agenda da presente administração federal. O momento econômico é de recessão, aumento de preços, desemprego e maior pobreza.

A importância que reveste os fatores endógenos do potencial de crescimento econômico deve ser ressaltada, pois a abertura econômica não vem significando, no caso do Brasil, uma reorientação e um novo pacto político, tal como pode ser o caso de outros países latino-americanos (Chile, México e Argentina). Ao contrário, reforça-se a estrutura de poder tradicional com o fortalecimento do Executivo governando através de medidas provisórias e tecendo alianças políticas com grupos políticos conservadores que buscam, com o apoio do Estado, renovar sua inserção nesta fase da economia, exposta ao mercado internacional. Na perspectiva de uma trajetória de recessão ou pequenas taxas de crescimento econômico, cabe considerar a possibilidade de uma erosão da legitimidade do Estado.

Nesse sentido, o significado que se estende sobre o mundo do trabalho na conformação de um novo padrão

de desenvolvimento deve ser analisado desde um ângulo mais abrangente: a partir do seu embasamento na regulação social. A questão apresenta-se nesses termos pelo rebatimento sobre a ação coletiva das novas formas de reprodução da força de trabalho, que se estruturam no funcionamento do mercado de trabalho (informalidade, precarização e exclusão), na reorganização produtiva, na reordenação do regime de proteção social, considerando-se este último em um sentido amplo, isto é, de seguridade social e assistência pública, incluindo o acesso diferenciado ao *habitat* e aos serviços básicos, bem como suas formas de gestão.

2. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E UM NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista as considerações tecidas anteriormente, um ponto importante na agenda de pesquisa, e pouco explorado pela literatura especializada, é procurar verificar em que medida as transformações sobre o mundo do trabalho, decorrentes da abertura econômica e da reestruturação produtiva, irão contribuir para a consolidação de um novo padrão de desenvolvimento capaz de conciliar simultaneamente os imperativos da legitimação governamental, próprios de um regime democrático, e a necessária progressão da competitividade, de tal forma a permitir uma melhor qualidade na inserção da economia brasileira no mercado mundial.

A evolução radical que vem conhecendo o mercado de trabalho e a redefinição do regime de proteção social

por força do processo de liberalização econômica devem ser analisados como variáveis determinantes do novo regime de acumulação que estrutura a redefinição do papel do Estado na regulação econômica e social. Deve-se, dessa maneira, abordar a questão da passagem da fase de estabilização para um processo de crescimento econômico sustentável, transbordando a análise dos aspectos da vulnerabilidade externa associados às margens de manobra da política monetário-financeira, procurando, portanto, avaliar as perspectivas do crescimento econômico, a partir de seus determinantes macroeconômicos e sócio-políticos de natureza endógena.

Deve-se, mais particularmente, precisar as condições de sustentabilidade de um novo padrão de desenvolvimento em termos de duas perspectivas: realizar-se um equilíbrio entre as novas dinâmicas de oferta e demanda global induzidas pela reestruturação produtiva; e consolidarem-se as mudanças institucionais que vêm redefinindo o marco regulatório da economia.

O quadro de evidências empíricas que a pesquisa pretende resgatar deverá fundamentar uma análise que, por um lado, esclareça como a globalização econômica e o novo paradigma técnico-organizacional vêm modificar, no caso do Brasil e latino-americano, o papel do mercado de trabalho e da proteção social no desenvolvimento econômico e, por outro, assinala sua especificidade nas mudanças políticas e econômicas que caracterizam o que vem sendo chamado de globalização.

Propõe-se duas frentes de investigação prospectiva:
a) a interação entre mercado de trabalho, regime de prote-

ção social e dinâmica macroeconômica; b) o novo embasamento sócio-político da legitimação do Estado que daí resulta. A primeira frente deve evidenciar a influência sobre a dinâmica endógena da ampliação das novas modalidades de repartição da renda, atreladas à redefinição da relação salarial e decorrentes da liberalização econômica. A segunda busca avaliar até que ponto a substancial mudança social propiciada por este novo quadro econômico irá ou não favorecer a efetivação de um consenso político capaz de assentar de forma durável a legitimidade dos poderes públicos.

Assim sendo, os estudos que compõem uma agenda de pesquisa sob esta perspectiva deve apresentar como principal resultado a formalização do quadro atual das formas de reprodução da força de trabalho aqui consideradas, enquanto nível de estruturação do novo padrão de desenvolvimento de uma economia mais integrada ao comércio internacional e com um setor externo mais expressivo que no antigo padrão por substituição de importações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM TEMA QUE EXIGE ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Pelos desafios que a complexidade do tema impõe, a abordagem interdisciplinar pode resultar em um produto científico que esclareça as determinações que a divisão por disciplinas do saber tende a deixar de lado. Isso porque a partição do conhecimento dificulta uma abordagem mais compreensiva do processo de ajuste estrutural da economia e restringe a apreensão de sua dimensão institucional

inscrita nas formas de expressão política e nas mediações sociais pelas quais se realiza sua efetivação. Essa problemática de análise interdisciplinar justifica-se em termos metodológicos pela necessidade de correlacionar a análise da regulação social, na qual se assentam o crescimento econômico e suas condições de estabilidade, com a análise do jogo dos atores coletivos.

Tal postura metodológica remete a uma visão da globalização que não parte do pressuposto de que esta implicaria – ou aumentaria – a dominação do econômico sobre o político. A pesquisa que propomos parte de premissa oposta, que trata de definir o que é chamado de globalização como uma mudança da relação entre sociedade e economia que resulta tanto de suas próprias dinâmicas quanto daquela dos Estados (Boyer; Drache, eds., 1996).

Tal premissa fundamenta-se nos ensinamentos da história que demonstram que o desenvolvimento do capitalismo e do Estado são processos interdependentes mas simultaneamente autônomos (Bourdieu, 1995; Théret, 1995), isto é, obedecem a lógicas específicas, ou seja, de práticas de acumulação de poder econômico se expressando em direitos de propriedade, ou de poder político se expressando em diferenciação de estatutos.

O termo *globalização* nos parece pura retórica se for utilizado como expressão da força dos mercados, assim transformados de maneira abusiva em sujeito histórico, quando se trata apenas de mecanismos de ajuste de preços e quantidades que não são regulados somente por uma lei de oferta e demanda ou uma racionalidade utilitarista, mas também por relações de poder e por normas sociais

(Bagnasco, 1989). Os territórios nos quais se assentam esses mecanismos mudam, com toda evidência, de natureza e de escala, redefinindo-se assim as áreas e os atributos da soberania do poder público, apesar de o Estado-Nação dividi-la hoje com poderes privados e com instâncias supranacionais, cujo julgamento de suas políticas econômicas se torna determinante da possibilidade de alcançarem suas metas (Lordon, 1997).

Isso não significa, no entanto, que o capitalismo deixa de assentar-se em organizações nacionais personificadas por autoridades políticas que definem o que é do domínio de uma economia privada e o que é do domínio de uma economia pública, orientando assim a gestão da riqueza, ao mesmo tempo em que elas administram populações.

Com base nessas premissas, a questão central dos novos padrões de desenvolvimento que fazem emergir a dialética de recomposição territorial dos mercados e de redefinição da relação entre esferas privada e pública remete mais precisamente a uma análise que efetue duplo resgate, a saber: a) novas formas de coerência entre a gestão da economia e da sociedade que estão se estruturando no bojo da mudança do papel do Estado; b) capaz de avaliar se elas são sustentáveis ou, pelo contrário, reversíveis, diante dos desdobramentos possíveis das contradições entre uma e outra.

Trata-se de um verdadeiro processo de invenção sociológica cujo resultado não é dado de antemão. Os diversos sub-temas que compõem o objeto deste enfoque de pesquisa deverão permitir, na convergência de seus resultados específicos, uma reflexão interdisciplinar sobre as condi-

Jaime Marques Pereira
Maria Cristina Cacciamali

ções de sustentabilidade política e econômica do novo padrão de desenvolvimento da sociedade brasileira, que remetem mais particularmente à parte da população que vive do produto de seu trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- BAGNASCO, A. *La costruzione del mercato*. Il Mulino, Bologna, 1989.
- BALTAR, P.E.; C. S. Dedecca. “O mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90”. In: *Workshop Internacional: O setor informal revisitado – novas evidências e perspectivas de políticas públicas*, IPEA, Brasília, 9-10 jul. 1997.
- BATISTA, P. N. “Os mitos da “globalização”. *Estudos Avançados*, v.12, n. 32, 1998.
- BOURDIEU, P. “L’Etat et la concentration du capital symbolique”. In: Théret, B. (ed.). *L’Etat, la finance et le social*, La Découverte, Paris, 1995.
- BOYER, R.; Drache, D. (eds.). *States against Markets: The Limits of Globalization*. Routledge, Londres e Nova Iorque, 1996.
- BOYER, R.; DURANT, J. P. *L’après fordisme*. Syros, Paris, 1993.
- CACCIAMALI, M. C. “Desgaste da legislação laboral e ajustamento do mercado de trabalho no Brasil nos anos 90”. In: OIT (org.). *Mercado de Trabalho e Políticas Públicas no Brasil*. OIT, Brasília. (No prelo).
- CROUCH, C.; STREEK, W. (eds.). *Les capitalismes en Europe*. La Découverte, Paris, 1996.
- DEHOEVE, M. *L’Union européenne inaugure-t-elle un nouveau grand régime d’organisation des pouvoirs publics et de la société internationale, L’année de la régulation*, v. 1, La Découverte, Paris, 1997.

América Latina: impasses e alternativas

- EPSTEIN, G.; GINTIS, H., (eds.). *Macroeconomic Policy after the Conservative Era: Studies in Investment, Saving and Finance*. Cambridge University Press, Cambridge (MA), 1995.
- LORDON, F. *La quadrature du cercle de la politique économique, les infortunes de la vertu*. Albin Michel, Paris, 1997.
- ROCHA, S. Renda e pobreza: os impactos do Plano Real. *Texto para discussão interna*, n. 439. IPEA, Rio de Janeiro, 1996.
- THÉRET, B. "Finance, souveraineté et dette sociale". In: *L'Etat, la finance et le social*. La Découverte, Paris, 1995.

AUTOGESTÃO, ECONOMIA SOCIAL, COOPERATIVISMO: NOVAS CONCEPÇÕES ORGANIZACIONAIS

Gustavo Luis Gutierrez*

INTRODUÇÃO

A evolução da concepção de empresa, as alternativas organizacionais e as estratégias gerenciais ocorrem, fundamentalmente, num debate onde interagem a academia e a prática profissional, trocando experiências e ajudando-se mutuamente na busca de um ideal de excelência sempre passível de melhoria e aperfeiçoamento, dentro do mercado concorrencial.

Este é o contexto mais conhecido do estudo de administração de empresas, onde partindo-se de Taylor, chega-se às propostas participativas japonesas, à qualidade total e à aplicação de novas tecnologias como a robótica. Esta é a história que poderíamos chamar de “oficial” no que diz respeito à gestão do trabalho.

A história do cooperativismo, da autogestão e das experiências radicais de participação corre paralelamente à administração tradicional, onde tanto podemos perceber confrontos como apropriações de soluções e propostas, de ambas as partes.

* Professor Livre-Docente na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação Física, Departamento de Estudos do Lazer.

Como exemplo de confronto podemos citar a ruptura tentada pela experiência de autogestão institucionalizada da ex-Iugoslávia que, seguindo a prática mais comum no socialismo real, acreditou essencialmente no potencial de um conselhismo generalizado e, até certo ponto, inocente. Os outros casos a serem trabalhados aqui (a autogestão búlgara, as empresas de economia social européias e as empresas autogeridas atuais no Brasil, condizentes com uma pós-modernidade que mistura e pasteuriza todas as influências possíveis e imagináveis) ilustram basicamente processos de apropriação e influências recíprocas.

Finalmente, convém destacar a dificuldade para a troca de informações e experiências no âmbito da América Latina, onde o passado colonial comum acarretou problemas econômicos e sociais parecidos. Nesse sentido, foi possível perceber, através da participação em congressos na Argentina e no Uruguai, um processo de questionamento e expansão das propostas organizacionais alternativas movido pelo mesmo entusiasmo e enfrentando, também, enormes dificuldades.

1. A AUTOGESTÃO E O SOCIALISMO REAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A falência da experiência política denominada socialismo real, que chegou a ser hegemônica praticamente na metade do mundo, foi fruto de um confronto ideológico, econômico e militar, onde ficaram evidentes as limitações e contradições inerentes ao próprio modelo. Neste processo desempenhou também um papel importante a crítica e

as denúncias dos intelectuais vinculados ao movimento de trabalhadores, sindicatos e partidos de esquerda.

Passado o primeiro impacto do reordenamento mundial, parece oportuno, contudo, prestar alguma atenção às especificidades deste fracasso que, obviamente, não constitui algo simples, linear e desprovido de originalidade. E isto pode ser feito com a tranqüilidade do olhar distante, já que a História não se repete, a não ser como farsa. Não parecemos correr o risco, portanto, de ver ressurgir seriamente qualquer experiência que reviva, por exemplo, os tempos dos governos policiais e ditatoriais do Leste europeu.

As propostas autogestionárias no socialismo real têm dois momentos fundamentais: o modelo iugoslavo, sintonizado com a agitação de 68, e o modelo búlgaro, fortemente influenciado pela administração ocidental, tentado no apagar das luzes...

Esta caminhada ocorre, curiosamente, sem que se utilizem contribuições das experiências cooperativistas, acusadas de incentivar o “individualismo pequeno-burguês”. É bem verdade que o cooperativismo, apesar de antigo e conseqüente, pouco contribui no que diz respeito aos modelos organizacionais, além das declaradas boas intenções e do rígido princípio “um homem, um voto”. Da mesma forma, a heterogeneidade do movimento cooperativista pode ter contribuído para esse distanciamento. Mesmo nos dias de hoje não é fácil o relacionamento entre a economia social e um cooperativismo que congrega desde experiências de um igualitarismo radical, até grupos de produtores que parecem sindicatos patronais, passando por empresas absolutamente convencionais como, por exemplo, as gran-

des empresas brasileiras de assistência médica denominadas “Unimed’s”.

1. 1. A EXPERIÊNCIA DA EX-IUGOSLÁVIA¹

O debate sobre autogestão, na Iugoslávia, data do início da década de 50, dentro de um conjunto de medidas que surgem para tentar contornar as conseqüências do bloqueio soviético, decretado por Stalin. As informações sobre a sua implantação sistemática aparecem, porém, no início da década seguinte.

Os acontecimentos de maio de 68, por sua vez, ajudam a divulgar a experiência em nível mundial, principalmente até o ano de 1972, quando se inicia um processo interno de revisão que o levará ao abandono após a morte de Tito em 1980.

Embora a autogestão iugoslava seja apresentada como um modelo bastante complexo e sofisticado, ela se fundamentava, do ponto de vista organizacional, na eleição de um conselho pelos trabalhadores a cada dois anos, composto necessariamente de membros, ou pessoas próximas, do partido do governo. Este conselho, por sua vez, nomeava uma comissão de gestão para administrar a empresa. Bastante sintomático é o fato do conselho poder, segundo seus próprios critérios, realizar reuniões secretas.

Percebe-se, pela literatura da época, que não existe uma preocupação com a questão da propriedade ser estatal (que é algo diferente de coletivo), ou seja, isto não pare-

1 As informações deste tópico foram retiradas, basicamente, de MANDEL, Ernest (1974); BOURDET, Y; GUILLERM, A. (1975) e ADIZES, I. (1977).

ce importante para os estudiosos do tema, independentemente da perspectiva metodológica, assim como não parece presente nas discussões das pessoas diretamente envolvidas no processo.

O modelo considerava a empresa como a unidade mínima a ser autogerida, o que pressupõe uma composição interna homogênea, onde reinaria a comunhão de interesses entre os diversos grupos constitutivos.

Convém, também, destacar a confiança nas formas de representação, já que a autogestão consistiria num processo eleitoral periódico, sem centrar-se necessariamente na organização mais imediata das tarefas ou na autonomia técnica do trabalhador.

A proposta para a determinação dos salários, que se tornaria o principal ponto de atrito da experiência iugoslava, previa em tese a possibilidade de ganhos em função do aumento de produtividade da empresa. Contudo, um salário mínimo era fixado pelo Estado, e entre os objetivos propostos a longo prazo estava o fim dos salários e das desigualdades em geral.

Outro ponto de atrito consistiu nas divergências entre as soluções propostas pelos técnicos e engenheiros e o que os trabalhadores estavam dispostos a fazer. De forma geral, percebe-se um consenso quanto ao fato de que nenhuma empresa moderna pode atuar sem técnicos especializados, os quais, normalmente, propõem soluções corretas.

A ocorrência de greves durante o período ajuda a compreender alguns aspectos da autogestão iugoslava. Entre o ano de 1958 e 1969 aconteceram 1603 greves, tendo

como principais motivos: salários baixos, erros contábeis, atrasos de pagamentos, redução de salários, atitudes burocráticas da direção, aumento dos controles, falta de informações, condições de trabalho, salário mínimo, decisões do conselho de trabalhadores. Os principais grupos que se opuseram aos grevistas foram: direção (49,0%), administradores (15,3%), órgãos de autogestão (4,7%) e outros operários (1,2%).²

As críticas recorrentes à experiência de autogestão iugoslava são as seguintes:

- é difícil a relação da empresa autogerida com o Estado socialista que adota o planejamento centralizado;

- o modelo, conforme foi descrito, permitia a reprodução da heterogestão, pelo surgimento inclusive do que foi chamado na época de Troika Negra (composta pelo diretor da empresa, o secretário do sindicato e o presidente do conselho de trabalhadores);

- existia a preocupação com a possibilidade da reprodução do individualismo consumista típico do capitalismo.

Através da leitura do material disponível percebe-se também que a crítica à burocracia se dirige, essencialmente, aos representantes do governo. Só mais tarde surgiriam conceitos mais específicos como gestores ou tecnoburocratas, associando a esfera pública com a privada e até com a sindical.

O modelo incorpora, ou pelo menos não critica abertamente, uma visão taylorista de administração, principalmente no que diz respeito a não perceber o potencial cria-

2 VENOSA, Roberto (1987), p. 138.

tivo da participação dos trabalhadores. E os autores que analisam a experiência ignoram, pelo menos no início, a possibilidade de conflitos entre os diversos grupos e setores que compõem uma mesma empresa, assim como a forte tendência à autofagia desencadeada pela adoção de mecanismos eleitorais internos, que se manifestou pela aprovação de salários acima do que a empresa poderia pagar somente com a sua produção. Em resumo, percebe-se uma ênfase na dimensão política da autogestão em detrimento dos aspectos organizacionais.

1.2. A EXPERIÊNCIA DA BULGÁRIA³

A proposta de autogestão na Bulgária data de 1978, a partir da idéia da divisão do trabalho em brigadas, terminologia cunhada na década de 20, na Rússia Soviética.

Define-se por brigada, ou coletivo laboral primário, o conjunto de trabalhadores que desenvolve uma tarefa completa, ou uma parte destacada de um processo geral, trabalhando em interação social e técnica intensa. O pressuposto básico consiste em ver o coletivo laboral como algo diferente da empresa, com todas as conseqüências que daí advêm – idéia esta aparentemente defendida por sociólogos búlgaros desde o início da década de 70.

O primeiro aspecto que chama a atenção é o fato de, por caminhos conceituais muito diferentes, estes intelectuais justificarem uma concepção de empresa que se aproxi-

³ As informações sobre o modelo búlgaro foram extraídas de THIRKEL, J.; PETKOV, K. (1988); ANDREEV, K. (1987); KAMENOV, D. (1985) e GODOY, Ivan (1989).

ma bastante da produção em grupos semi-autônomos desenvolvida na Europa, e com alguns modelos da administração japonesa.

A proposta búlgara de autogestão se generaliza a partir de 1986, quando está pronta toda uma extensa legislação que normatiza os critérios para a eleição do chefe de brigada, do conselho, obrigações e direitos, assim como as formas de relacionamento com outras instâncias, como o sindicato ou a direção da empresa. Outro fato importante, a partir desta data, foi a possibilidade da eleição de pessoas não filiadas ao partido do governo. Os dados disponíveis mais recentes referem-se a 1988, sendo relativamente complexo realizar uma avaliação dos acontecimentos atuais, embora tudo indique: quase nada sobrou da experiência.

Formalmente, a proposta autogestionária é adotada após o congresso nacional do partido, em 1978, como instrumento contra a ineficiência da cúpula das empresas no processo de gestão. É provável, mesmo não colocado explicitamente, que houvesse a intenção de ganhar legitimidade junto à população, talvez prevendo a crise que estava por chegar.

As brigadas, através do seu chefe, do conselho e da assembléia geral, podiam tomar decisões sobre aspectos como salários dos membros, admissões e saídas, além de questões técnicas referentes à execução do trabalho. Era permitido, inclusive, que as brigadas rentáveis assumissem a propriedade do setor da empresa em que trabalhavam, através de um convênio que possibilitava a abertura de conta bancária e administrar equipamentos e instalações segundo algumas regras contratadas com a empresa, chamada neste caso de *coletivo laboral fundamental*.

Desde o início, a questão salarial surge como ponto importante e de difícil acomodação. A solução proposta partia do cálculo de um coeficiente de participação laboral, determinado a partir do fundo total de salários, que variava mês a mês, e que definia a magnitude do salário individual dos trabalhadores. Este valor era então ponderado no interior de cada brigada, em função de critérios como qualificação, trabalho pesado, qualidade etc., podendo também incorporar no cálculo variáveis negativas como absenteísmo ou faltas disciplinares.

A idéia era transformar a determinação do salário individual, no interior da brigada, num instrumento de regulação das relações entre os trabalhadores. Estava prevista também a transferência de um percentual dos ganhos em produtividade para salários, embora isto parece não ter ocorrido de forma significativa.

As críticas a esta proposta de determinação de salários centraram-se na sua inevitável subjetividade, assim como na tendência à nivelção num valor igual para todos os membros, fato este percebido agora, paradoxalmente, como indesejável. Este sistema também permitia que surgissem situações de tensão quando a queda na produção da brigada decorria de falha externa, como atrasos na entrega de matéria-prima por exemplo, onde não estava descartada a possibilidade de sabotagens entre brigadas, ou no seu relacionamento com órgãos do governo.

Por outro lado, não se fazem menções a conflitos de vulto entre trabalhadores e técnicos, considerando-se implicitamente a capacidade do coletivo primário para encontrar soluções eficientes e originais. Ao mesmo tempo, a

proposta enfatizava a autonomia dos grupos de trabalho, procurando instrumentalizá-los como forma de pressão junto à cúpula da empresa.

Além das críticas já mencionadas, destacam-se também as dificuldades de relacionamento com as organizações tradicionais, conflitos internos com os dirigentes e demais instâncias de poder, assim como o problema do funcionamento autônomo numa economia historicamente centralizada e planificada.

O texto mais ilustrativo para estas questões, escrito por Thirkel e Petkov, aponta exemplos interessantes de brigadas que diminuíram o número de membros, assumindo tarefas anteriormente desempenhadas pelos chefes de seção. Ou, ainda, outras que decidiram pagar, dos seus rendimentos, serviços especializados como uma forma de apoio, espécie de assessoria externa. Infelizmente, não é possível conferir a sua verdadeira importância no conjunto mais amplo da experiência.

É interessante notar que não existia uma preocupação com a criação de valores individualistas já que, na perspectiva que dava sustentação a esta experiência, eram justamente as estruturas anteriores de organização do trabalho no socialismo real que permitiam e incentivavam a reprodução destes valores.

Finalmente, não se deve esquecer que, apesar do apelo libertário da proposta autogestionária, estamos falando de estados em que o governo exercia rígido controle político sobre a população.

2. A EXPERIÊNCIA AUTOGESTIONÁRIA CONTEMPORÂNEA NA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA (CEE)

A partir, principalmente, dos anos oitenta, expande-se na CEE um forte movimento de criação de empresas de propriedade dos próprios trabalhadores, reunindo tanto aspectos contemporâneos como a tradição do movimento cooperativista organizado, basicamente a partir da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), fundada em 1895.

Este processo tomou rapidamente proporções significativas sob a denominação de economia social ou terceiro setor (setor que não seria nem público nem privado), constituído na sua maioria por micro (menos de dez empregados) e pequenas (menos de cinquenta empregados) empresas, atuando em vários segmentos da economia. A economia social na CEE, no ano de 1989, incluía Bancos Cooperativos locais e regionais (9.123), Cooperativas de Produção (44.985), Cooperativas de Consumo (2.252), Cooperativas Agrícolas (36.687) e Farmácias Sociais (2.471, referente a pontos de vendas, ano base 90). Especificamente na Espanha, as empresas de economia social não financeiras, em 1990, correspondiam a Consumidores e Usuários (477), Cooperativas de Exploração e Comercialização da Terra (628), Cooperativas de Trabalho Associado (8.546), Sociedades Anônimas Laborais (5.777), Cooperativas de Ensino (580), Cooperativas de Saúde (122), Cooperativas do Mar (175), Cooperativas de Transportes (394), Cooperativas de Moradia (3.892) e Cooperativas Agrárias (3.414).⁴

4 GUTIERREZ, Gustavo Luis (1997), p. 138.

A pulverização e diversidade dos casos acarreta uma dificuldade adicional ao estudo do fenômeno, já que além da conceituação correta, é preciso situá-los no interior de cada legislação nacional específica.

Nesta tarefa, o trabalho de Barea e Monzón é muito útil. “A Carta da Economia Social, de 22 de maio de 1982, caracteriza as empresas de Economia Social como aquelas entidades não pertencentes ao setor público que, com funcionamento e gestão democráticos, e igualdade de direitos e bases para os sócios, praticam um regime especial de propriedade e distribuição de lucros, empregando os excedentes do exercício para o crescimento da entidade e a melhoria dos serviços aos associados e à sociedade”. São empresas que “se caracterizam pela finalidade de serviço aos membros e ao meio, a autonomia de gestão, os processos de gestão democrática e a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, para a repartição das rendas.”⁵

Estas características surgem onde o coletivo de trabalhadores se articula para resolver problemas que não conseguem ser equacionados satisfatoriamente nem pelo Estado, nem pela iniciativa privada. Como exemplos, podem ser citados emprego digno, moradia, consumo, crédito, saúde, educação etc.

Os números deste movimento podem dar a noção da sua importância. Especificamente na Espanha, as empresas de Economia Social correspondem a 3% do PIB e a 6% do emprego. A média na CEE é próxima, embora possa variar de país para país.

5 BAREA, José; MONZÓN, J. L. (s/d), p. 3.

É importante destacar que a simples adequação jurídica de uma organização não a torna empresa de economia social, já que o fundamental é o respeito às características autogestionárias. Apesar deste nome, carregado de polêmicas e história, ter sido substituído por cooperativa de trabalho ou sociedade anônima laboral.

Em resumo, o que define uma empresa de economia social é o fato da sua constituição de capital obedecer a regras que assegurem a tomada de decisões e distribuição de excedentes proporcionalmente ao trabalho incorporado e ao consumo de bens e serviços, e não em função do dinheiro investido; objetivar o acesso dos associados ao trabalho, bens ou serviços ao invés do lucro pessoal; e, finalmente, estar ligada, pelo menos na sua origem, a iniciativas de tipo local que procuram satisfazer a necessidades concretas de uma comunidade.

Atualmente as Constituições da Espanha, Itália e Portugal fazem menção explícita à economia social.

O sr. Antônio Manchado, presidente da Confederação Espanhola de Empresas de Economia Social, numa exposição durante o primeiro Simpósio Universidade-Empresa sobre Participação e Autogestão (UNESP, Campus de Marília, São Paulo, 19 a 21 de junho de 1996), declarou o seguinte: “Todas as fontes consultadas coincidem em sinalizar que as empresas de Economia Social têm uma dinâmica frente ao emprego maior que o resto das empresas. Quando se trata de conjunturas econômicas desfavoráveis, nós crescemos, os outros diminuem; enquanto que quando as condições econômicas mercantis são favoráveis, todos crescemos. Acredito que a primeira situação se dá como

resposta defensiva à destruição do emprego, enquanto que a segunda é uma resposta a novas oportunidades e exigências organizacionais do mundo do trabalho frente à terceirização do sistema produtivo. Mas, em todos os casos, é preciso notar que a contribuição da economia social não se reduz à criação de empregos, mas sim postos de trabalho mais estáveis, relações participativas, criativas, eficientes e eficazes, e estratégias de desenvolvimento regional. Pensemos que a primeira consequência da crise é o desemprego, mas a segunda é a precarização do emprego que sobrevive (trabalho instável, mal remunerado, condições previdenciárias deficientes etc.), que faz do auto-emprego coletivo uma opção atrativa, com uma taxa de precarização significativamente menor.”⁶

3. A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG)

No cenário econômico brasileiro, só recentemente as experiências de autogestão começaram a se firmar, como ilustra a criação da Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que representava no ano de 1996 trinta e três empresas espalhadas por diferentes estados do Brasil, principalmente dos setores mecânico e metalúrgico (8), plásticos (6), serviços (4), calçados (3), confecção (2), têxteis (2) etc. Correspondendo, entre projetos definidos ou em implantação, a aproximadamente 5.740 trabalhadores. Das

6 MANCHADO, J. Antonio (1997).

empresas, a maioria (20) está localizada no Estado de São Paulo.

Em função da atualidade do fenômeno, e pela limitação de recursos, não existe um levantamento sistemático da história de cada empresa. A análise preliminar, contudo, permite perceber grande diversidade de caminhos e soluções originais, como o conjunto de trabalhadores que montou uma empresa nova com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), muitas empresas pré-falimentares onde o controle foi transferido ao coletivo dos trabalhadores como parte do pagamento do passivo trabalhista, e até casos em que o coletivo se associou aos antigos proprietários na forma de co-gestão.

A ANTEAG surgiu do trabalho entre o Departamento Inter-Sindical de Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas de Franca, em 1991, procurando através da alternativa autogestionária salvar da falência uma empresa de 482 empregados. Os técnicos envolvidos basearam-se, essencialmente, no *Employee Stock Ownership Plans* (ESOP), idealizado nos Estados Unidos na década de 50.

Sob a idéia genérica da “fábrica sem patrão” são aceitas diferentes alternativas organizacionais, como cooperativas, associações, participação, co-gestão (que pode ser com o antigo patrão, que ainda detenha parte da propriedade) e a própria autogestão.

A ANTEAG se define como “órgão unitário das empresas de autogestão ou de gestão participativa destinado à produção e à difusão de conhecimento e informação sobre processos gerenciais num contexto multidisciplinar, tendo

como instrumento de análise o método científico, a serviço dos interesses dos trabalhadores em empresas autogeridas ou cogéridas. (...) é a estrutura básica com que contam as empresas de autogestão ou co-gestão participativa. (...) A consultoria da ANTEAG pode proporcionar uma estrutura organizacional com máxima eficiência, base necessária para enfrentar as rápidas mudanças que a organização dos trabalhadores e das empresas exige.”⁷

A ANTEAG se sustenta através de taxas pagas pelas empresas associadas, venda de projetos, um percentual de todo capital conseguido no mercado pelas empresas, cobrança de horas técnicas de projetos específicos e contribuições voluntárias de entidades públicas, privadas e pessoas.

Entre as empresas vinculadas à ANTEAG, podem ser citados os casos da Frunorte (Rio Grande do Norte) cogestionária (o proprietário original detém 50% do capital), com 700 trabalhadores e faturamento anual de US\$ 13 milhões; a Coopervest (Sergipe), cooperativa autogerida com 600 trabalhadores e faturamento anual de US\$ 7,5 milhões; a Cootim-Sakai (São Paulo), autogerida, com 100 trabalhadores e faturamento anual de US\$ 5 milhões; a Conforja (São Paulo), de co-gestão, com 500 trabalhadores e faturamento anual de US\$ 25 milhões e a Skillcoplast (São Paulo), autogestionária, com 45 trabalhadores e faturamento anual de US\$ 3,5 milhões.

Trata-se de fenômeno recente e complexo, em que a união das empresas, com propostas não convencionais de gestão em órgãos representativos, parece ser um traço comum da economia social. Os objetivos são sempre os de:

7 ANTEAG. *Autogestão: como sair da crise*. São Paulo, s/d, p.29

América Latina: impasses e alternativas

- fazer pressão sobre o governo para aprovar uma legislação diferenciada e obter tratamento adequado às suas necessidades;

- sensibilizar a opinião pública divulgando a proposta e tentando criar um ambiente favorável;

- trocar experiências e informações, servindo de canal de comunicação entre empresas, mercados e academia, incentivando o desenvolvimento de produtos e estratégias adequadas à sua especificidade.

Esta é uma prática recorrente no cenário econômico e já se pode observar, inclusive, empresas atuando ao mesmo tempo na ANTEAG e em outros órgãos de representação setorial.

Entendemos que esta rica experiência aponta para uma grande diversidade de soluções, diretamente condicionadas ao setor em que a empresa atua, a sua base tecnológica e a sua história. Mereceriam destaque os seguintes pontos em comum:

- salários abaixo do mercado, já que as empresas passaram, na maior parte dos casos, por situações pré-falimentares. A intenção da maioria parece ser a de adotar escalas diferenciadas de salários, dentro de limites relativamente pequenos (um para seis, por exemplo);

- adoção de mecanismos simples de participação, como eleições de chefes e representantes, diminuição dos níveis hierárquicos e maior autonomia individual;

- enorme confiança no aumento de produtividade decorrente do envolvimento e honestidade do coletivo;

- tendência ao distanciamento entre os gestores eleitos e os trabalhadores (estes passam a percebê-los como chefes);

– necessidade urgente de formação básica e técnica.

Este último ponto é importante e envolve a enorme miséria existente no Brasil e em grande parte da América Latina. A autogestão depende da participação pessoal no diálogo interno e nos processos discursivos da tomada de decisões. As dificuldades decorrentes da má escolarização são evidentes. Neste sentido, se na Europa o movimento da economia social considera a educação e o treinamento como prioridades, deste lado do Atlântico a questão é ainda mais urgente.

A ANTEAG constitui-se na primeira tentativa de representação e articulação das experiências de autogestão e, portanto, uma fonte de dados acessível e confiável. Mais recentemente, surgiram pelo menos mais duas organizações com objetivos e estrutura parecidos: a Associação Brasileira de Autogestão, com um perfil que enfatiza a consultoria e o apoio técnico, e a COOTRABALHO (Confederação de Cooperativas de Trabalho do Brasil), ligada à OCB (Organização das Cooperativas de Brasil). Finalmente, existem inúmeras organizações autogestionárias, independentes ou referidas em termos gerais como terceiro setor. Tudo isso ilustra a pujança do movimento, assim como suas limitações e contradições.

4. A AUTOGESTÃO CONTEMPORÂNEA E A AMÉRICA LATINA

O ressurgimento de experiências autogestionárias de organização do trabalho, enquanto alternativas tanto ao desemprego e à precarização das condições de trabalho,

quanto manifestações da busca de um modelo organizacional coerente com projetos pessoais que transcendam a simples acumulação de bens materiais, privilegiando um equilíbrio com a natureza e uma concepção de homem não unidimensional, é uma presença constante, apesar de marginal, em todo o continente latino-americano.⁸

Existem, e existiram, inúmeras experiências desta natureza. Sempre se ouvem notícias destes casos. Sejam animadas e envolvidas num manto de otimismo, sejam desoladas e tristes, quando se referem aos fracassos e derrotas. A questão concreta, portanto, é que o movimento existe, é mundial e não apenas latino-americano, e tem penetração importante inclusive em nível macroeconômico, como tentamos demonstrar com o exemplo da CEE.

No nosso caso específico, a autogestão na América Latina, infelizmente é preciso reconhecer que ainda há um longo caminho a percorrer. Algumas questões são evidentes:

– é urgente criar mecanismos de comunicação entre todos os países latino-americanos, que compartilham a mesma realidade de dependência com relação ao capital internacional, no sentido de trocar informações, experiências e, principalmente, criar junto à opinião pública uma imagem que faça justiça à natureza igualitária e emancipadora do movimento;

– repete-se constantemente, em nível de discurso, que o movimento de 68 era a utopia em busca da prática, e que

8 Consultar, por exemplo, a publicação argentina *Lazos Coop* (Buenos Aires) e *Prensa Cooperativa* (Mar del Plata). Texto ilustrativo é o de PÉREZ, José Rodríguez (1996).

o movimento atual é a prática em busca da utopia. A questão concreta é que nem a prática está consolidada e nem tampouco a utopia, no sentido de idéia força, é consensual. Portanto, é necessário incrementar tanto as experiências autogestionárias, como integrá-las num movimento político coerente e articulado;

– finalmente, é preciso estar atento às limitações de modelos de representação muito rígidos, ou calcados diretamente na experiência de luta sindical. Neste sentido, a experiência autogestionária atual, e principalmente a experiência latino-americana, deveria pensar na possibilidade de ser um movimento que concilie uma grande autonomia dos membros, o que é coerente com a idéia de autogestão, com formas de representação direta que envolvam o mínimo de delegação de poder possível. Como se tentou, por exemplo, durante a Guerra a mais Civil Espanhola, na Catalunha.⁹

5. OBSERVAÇÕES FINAIS

Na literatura atual, às vezes confunde-se a definição de economia social e autogestão com práticas específicas de economia popular e solidária, ou ainda com o termo terceiro setor. Em geral a referência à economia popular e solidária, ou até mesmo ao terceiro setor, incorpora uma dimensão filantrópica e de caridade preocupada com as condições de miséria de determinados segmentos da população, como pode ser percebido na ação de grande parte das Organizações Não-Governamentais (ONGs)¹⁰. O que

9 MINTE, Frank (1977).

10 Consultar, por exemplo: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.), (1997).

caracteriza as experiências de autogestão e economia social, diferentemente, é a busca da eficiência em situações de mercado, preservando relações internas de trabalho igualitárias e democráticas.

O conceito de autogestão sofreu importantes transformações no passar das últimas três décadas. De uma conotação politicamente abrangente e revolucionária, vamos encontrar hoje experiências empresariais específicas, pragmáticas, que objetivam em primeiro lugar a preservação do emprego e, se possível, um aumento gradual da qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos e da sociedade em geral.

Embora o movimento viva hoje um momento mais realista, ou conformista, é inegável que o número de casos aumentou consistentemente durante todo o período, preservando aspectos da proposta inicial, como a busca de relações de trabalho igualitárias e democráticas, e uma inserção social progressista e emancipadora.

A autogestão, portanto, continua sendo elemento importante, original e criativo no panorama empresarial atual e, mais do que nunca, é fundamental na luta por uma sociedade mais justa.

BIBLIOGRAFIA

- ADIZES, I. *Autogestión: La Práctica Yugoslava*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- ANDREEV, K. *La Nueva Constitución Laboral*. Sofia: Sofia Press, 1987.
- ANTEAG. *Autogestão: como sair da crise*. São Paulo, s/d.

- BAREA, José; MONZÓN, J. L. *Las Cifras Claves de la Economía Social en España*. Espanha: CIRIEC (Centro de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa), s/d.
- BOURDET, Y.; GUILLERM, Alain. *A Autogestão: uma mudança Radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CATANI, Afrânio Mendes (org.). *Novas Perspectivas nas Políticas de Ensino Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo Edgar (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão Democrática da Educação*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GODOY, Ivan. *Autogestão e Socialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.
- GUTIERREZ, Gustavo Luis. Da Autogestão à Economia Social: A Concepção de uma Nova Empresa. *Revista de Administração da USP*. São Paulo, 33(1):68-73, jan./mar. 1998.
- _____. “Globalização e Autogestão: as empresas de economia social na Comunidade Econômica Européia”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio e RESENDE, Paulo Edgar (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- KAMENOV, D. *El Desarrollo de la Democracia Socialista y el Papel de los Sindicatos*. Sofia: Sofia Press, 1985.
- MANCHADO, J. Antonio. “Perspectivas das Empresas Autogeridas”. In: VIEITEZ, Cândido Giraldez (org.). *A Empresa sem Patrão*, Marília: UNESP, 1998.
- MANDEL, Ernest. *Control Obrero, Consejos Obreros, Autogestión*. México: Era, 1974.

América Latina: impasses e alternativas

- MINTE, Frank. *La Autogestión en la España Revolucionaria*. Madrid: La Piqueta, 1977.
- PÉREZ, José Rodríguez. *Administración y Conducción de Cooperativas de Trabajo en un Mundo Cambiante*. Buenos Aires: Cooperativa de Trabajo Phillippe Bouchez Ltda., 1996.
- THIRKEL, J.; PETKOV, K. *La Organización del Trabajo por Brigadas en Bulgaria*. Sofía: Inst. Dimitrov, 1988.
- TRAGTENBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1974.
- VENOSA, Roberto (org.). “A Evolução da Participação nas Organizações Iugoslavas”. In: *Participação e Participações: ensaios sobre a autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

Ficha Técnica

Divulgação Humanitas Livraria – FFLCH/USP

Ilustração Diego Rivera. The making of a fresco,
showing the building of a city (detail).
San Francisco Art Institute, California.
Calendário asteca trabalhado em pedra.

Formato 14 x 21 cm

Mancha 10 x 18 cm

Papel off-set 75 g/m² (miolo)
cartão supremo 250g/m² (capa)

Tipologia Goudy Old Staly12,
Poster Bodoni att 13

Montagem Charles de Oliveira/Marcelo Domingues

Impressão da capa Nobre Gráfica

Impressão e acabamento Gráfica da FFLCH/USP

Número de páginas 286

Tiragem 300 exemplares